

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 46 — Série VII — N.º 113
22 de Abril de 1976

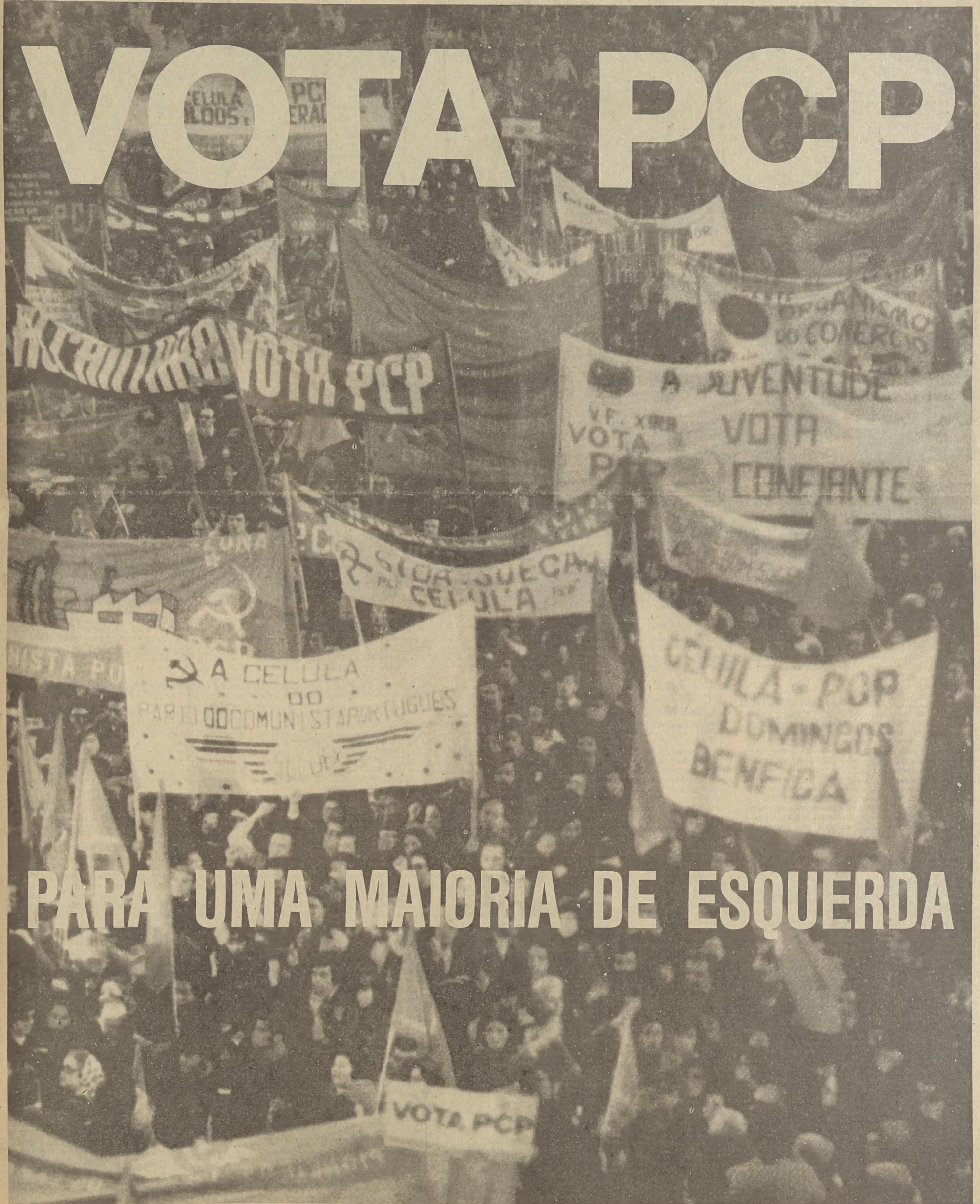
Preço: 4\$00
Angola e Moçambique: 9\$50

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

VOTA PCP



PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

150 000 PESSOAS NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO NO COMÍCIO DE ENCERRAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL DO PCP NO DISTRITO DE LISBOA

Entusiasmo, vibração, confiança revolucionária no PCP, foram as notas dominantes no grande comício de anteontem. Mas foram também a certeza de que, votando no PCP, a esquerda vencerá!



Cento e cinquenta mil pessoas encheram ontem de vermelho e confiança revolucionária o Estádio 1.º de Maio, no grande comício do Partido Comunista Português de encerramento da campanha eleitoral no distrito de Lisboa. A jornada de ontem do Estádio 1.º de Maio foi uma impressionante demonstração da confiança para a classe operária e as massas trabalhadoras depositam na sua vanguarda revolucionária, o PCP. Foi também uma firme garantia de que os democratas, os patriotas e os antifascistas da região de Lisboa confiam no grande Partido da esquerda para bater a reacção e o fascismo, para construir em Portugal um regime democrático rumo ao socialismo.

O grande comício do Partido Comunista Português ontem realizado fica a constituir uma das mais importantes movimentações das massas trabalhadoras, ao lado das gloriosas jornadas de luta já desenvolvidas depois do 25 de Abril. Os cento e cinquenta mil trabalhadores — porque era o povo trabalhador da região de Lisboa que ali se encontrava — presentes são a prova de que os comunistas, batalhadores dedicados e incansáveis pelo alargamento da unidade das massas trabalhadoras e combatentes da primeira linha pela defesa da revolução, têm igualmente fortalecido o Partido da classe operária e das massas trabalhadoras, a vanguarda revolucionária do povo português na luta pela democracia e pelo socialismo, o PCP.

Bastante tempo antes da hora marcada para o início do grande comício, já

algumas das ruas da cidade que conduzem ao Estádio 1.º de Maio eram invadidas pela alegria dos militantes e simpatizantes comunistas que para lá se dirigiam.

OS TRABALHADORES NO COMÍCIO DO SEU PARTIDO

Entretanto, também já ao Estádio 1.º de Maio afluíram muitos e muitos trabalhadores, com as suas bandeiras vermelhas, com os seus dísticos, com as suas palavras de ordem contra a reacção e o fascismo, pela democracia e o socialismo.

Várias bancas, à entrada do Estádio, propiciavam o contacto com os últimos materiais informativos do Partido, com as últimas iniciativas de angariação de fundos. Livros, discos, autocollantes, cartazes e folhetos desapareciam à medida da força militante dos que iam chegando ao Estádio 1.º de Maio.

O recinto ia-se mostrando cada vez mais pequeno e dando lugar à cada vez maior presença da força do trabalho. Eram já muitos milhares os presentes antes do comício se iniciar, que não paravam de cantar conhecidas canções revolucionárias, que não paravam de pintar o negro da noite com o vermelho das bandeiras, que sempre e sempre fortaleciam a atmosfera amena com a firmeza dos milhares de punhos erguidos em defesa da revolução.

A classe operária, os empregados, os intelectuais progressistas, os estudantes, os jovens, as mulheres, o povo trabalhador de Lisboa acorreu em massa ao

comício do Partido Comunista Português porque sabe que o PCP, Partido da resistência antifascista, é o Partido da esperança e do futuro.

A PRESENÇA OPERÁRIA, A PRESENÇA DO TRABALHO

Entretanto, as dezenas de delegações de organismos e células do Partido iam tomando lugar no recinto, com as suas bandeiras e os seus dísticos. Aquelas, com o glorioso símbolo da foice, do martelo e da estrela, a aliança operária-camponesa e o internacionalismo proletário, guias de acção do PCP. Os dísticos demonstrando a enorme capacidade criadora das massas populares.

Podiam-se ver-se dísticos das células e comités locais do nosso Partido de Olivais de Basto, do Coração de Jesus, de Bobadela, do Prior Velho, de Sacavém, da Ajuda, de Belém, de S. Mamede, de Algueirão-Mem Martins, do Bairro da Boavista, do Beato, de Marvila, dos Olivais, do Tojal, de Alcântara, de Porto Salvo, de S. Domingos de Benfica, de Oeiras, da Vialonga, da Apelação, de Loures, de Algés, de Carnaxide, de Vila Franca de Xira, de Sobral de Monte Agraço, do Barreiro, de Alenquer.

Também presentes dísticos representativos das células do PCP nas grandes empresas e sectores de trabalho da região de Lisboa: da Companhia Portuguesa de Electricidade, da Habitat, da Copam, do Baptista Russo, dos CTT, da HTP, da Philips, das CRGE, da Totta Açores, do Banco

Espirito Santo, da Luso Fármaco, da Automática Eléctrica Portuguesa, dos Toldos e Encerados, da TAP, da Fábrica Militar de Braço de Prata, da Sociedade Nacional de Sabões, do Hospital Pulido Valente, da Seldex, da Messa, da Duarte Ferreira, da Fábrica de Louças de Sacavém, da Caixa Geral dos Depósitos, da Fundação Gulbenkian, da C. Santos, da CUF, da Direcção-Geral dos Desportos, da Cimpomóvel, da Mague, da Petrogal, da UTIC, da Joaquim Francisco dos Santos, da Icosal, da Cel-Cat, da J.B. Fernandes, do Entrepósito Datsun, da Ibenol, da OGMA, da EIP, dos Móveis Sousa Braga, da Administração Geral do Porto de Lisboa, da Guérin, da Siderurgia Nacional, da Recauchutagem Triunfo, da Cimianto, da Cidul e de muitas mais.

Finalmente, delegações numerosas dos organismos do Partido da Indústria Hoteleira e de Turismo, dos Professores Comunistas, dos Seguros, dos Bancários, dos Trabalhadores-Estudantes, do Comércio e dos Escritórios e, ainda, representações das organizações revolucionárias da juventude: a UJC e a UEC.

RETORNADOS COM O PCP E O MPLA

Particularmente vibrante foi a entrada no Estádio 1.º de Maio do Organismo do PCP dos Retornados, que foi entusiasticamente aclamado pelas dezenas e dezenas de milhares de pessoas presentes. Logo, noutro local do recinto, por entre as muitas bandeiras do nosso Partido e nacionais, uma bandeira do

MPLA desfraldada demonstrava a amizade e solidariedade dos comunistas portugueses para com a vanguarda revolucionária do povo angolano. Na delegação do organismo dos retornados gritava-se com determinação: «PCP-MPLA».

Os retornados que acorreram ao Estádio 1.º de Maio são já o símbolo dos inúmeros retornados que, não se confundindo com os colonialistas, já não estão dispostos a deixarem-se manipular pelas forças da reacção. São retornados que já verificaram que o único partido que lhes disse sempre a verdade sobre Angola — a certeza da vitória do seu povo sob a direcção do MPLA — foi o Partido Comunista Português. Por grande comício do nosso Partido assume particular significado; por isso, os milhares de trabalhadores presentes os saudaram calorosamente.

O PCP e o MPLA, em quem confiam os retornados que ontem se deslocaram ao Estádio 1.º de Maio, são os símbolos, em Portugal e em Angola, das forças revolucionárias, patrióticas e progressistas que, em todo o mundo, lutam contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, pela paz, pela independência nacional, pelo socialismo, pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Eram 22 horas quando os cento e cinquenta mil presentes entoaram o hino dos explorados e oprimidos de todo o mundo, a «Internacional». Punhos erguidos e bandeiras vermelhas flutuando ao vento, iniciava-se o grande comício de encerramento da campanha eleitoral no distrito de Lisboa, promovido pela Direcção da

Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e que presidiu ao comício, depois de ter dirigido as mais calorosas saudações aos muitos milhares de presentes, apresentou os camaradas que se encontravam presentes na tribuna e que a multidão saudou, saudando neles o glorioso Partido Comunista Português. Encontravam-se presentes os camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, José Magro, Georgette Ferreira, Carlos Aboim Inglês e Rogério de Carvalho, do Comité Central; Alda Nogueira, Manuel Pedro, Raimundo Narciso e Albano Nunes, membros suplentes do CC; e José Casanova, Mário de Carvalho e Hipólito Santos, da DORL. Presentes, ainda, todos os candidatos a deputados pelo círculo de Lisboa.

Entretanto, chegou à tribuna o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, que foi entusiástica e longamente saudado pela multidão.

VOTA PCP! A ESQUERDA VENCERÁ!

Surgiu, então, da boca dos cento e cinquenta mil trabalhadores presentes a afirmação confiante: «Vota PCP — A Esquerda Vencerá». Gritando várias vezes ao longo do comício, esta palavra de ordem resumia o pensamento de todos os que estão empenhados em defender a liberdade e a democracia, em assegurar em Portugal a construção da democracia

rumo ao socialismo. De facto, só votando no Partido Comunista Português é possível assegurar uma maioria de esquerda nas eleições do próximo domingo. Porque o PCP, Partido da liberdade e da democracia, Partido dos trabalhadores, Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, Partido da democratização da instrução e cultura e Partido da independência nacional, é o mais sólido garante da construção da democracia e do socialismo.

Ao longo das intervenções dos camaradas Carlos Brito, Manuela Nunes, Fernando Lopes Graça, António Borge, Vitor Benito, Carlos Carvalhas, Zita Seabra, António Pedrosa, Vital Moreira, Jerónimo de Sousa, José Pedro Soares, Alda Nogueira, Carlos Aboim Inglês, Georgette Ferreira e José Magro, que publicamos noutro local, os muitos milhares de trabalhadores presentes ouviram a voz do seu Partido de classe e sublinharam essas intervenções gritando: «Assim se Vê a Força do PCP», «A luta continua», «Vota PCP, a Esquerda Vencerá».

Finalmente, interveio o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, que pronunciou um importante discurso.

OS TRABALHADORES SABEM QUEM OS DEFENDE

Assim que o camarada Álvaro Cunhal terminou a

sua intervenção elevaram-se no ar duas longas faixas presas por balões, nas quais se podia ler: «PCP Promete e Faz» e «PCP, o Voto Eficaz».

Elevando-se no ar, no céu de Lisboa, era como se das cento e cinquenta mil bocas presentes no Estádio 1.º de Maio se elevasse para todo o país a afirmação, nunca demais repetida: Votar no PCP é o único voto seguro e certo. Seguro e certo na defesa das liberdades e da democracia para a construção do socialismo. Seguro e certo para uma maioria de esquerda e um governo de esquerda.

Sabem-no os cento e cinquenta mil portugueses que ontem acorreram ao Estádio 1.º de Maio. Sabem-no os quase 800 mil portugueses que, no passado ano, votaram no nosso Partido e que, este ano, o voltarão a fazer. Sabem-no, estamos certos, muitos outros milhares de portugueses que, nas passadas eleições, votaram noutros partidos e que, este ano, vão votar no Partido Comunista Português.

Porque cada vez é maior o contingente de trabalhadores portugueses que vê no PCP o seu Partido. Porque cada vez é maior o número de portugueses democratas, patriotas e antifascistas que sabem que só uma grande votação no PCP poderá impedir a formação de um governo de direita, que essa grande votação no PCP é essencial para a continuação do processo democrático. Para estes muitos milhares de pessoas, votar no PCP no próximo dia 25 de Abril é votar no futuro democrático, independente e socialista de Portugal.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

A Constituição a legalidade e As eleições

O próprio dia das eleições marca a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, que consagra as liberdades e direitos dos cidadãos e institucionaliza os novos órgãos do poder.

A Constituição consagra também as grandes conquistas da revolução como as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário.

A aprovação da Constituição tornou-se possível porque, apesar de divergências de opinião, se estabeleceu na Assembleia Constituinte, sobretudo nos últimos tempos, uma aproximação entre socialistas e comunistas e um voto socialista-comunista junto com o MDP/CDE contra o voto dos partidos reaccionários: CDS e PPD.

A aprovação e entrada em vigor da Constituição constitui uma grande e histórica vitória do povo português, de todas as forças democráticas e também (é justo lembrá-lo) do Movimento das Forças Armadas, dos militares do 25 de Abril, cujo mérito histórico não pode ser diminuído pela complexidade, irregularidades, incertezas e contradições do processo revolucionário.

A Constituição entra em vigor. A sua execução é obrigatória mesmo para os partidos reaccionários que procuraram impedir a sua aprovação, mesmo para o CDS que a não aprovou, mesmo para o PPD que a aprovou contrafeito mas que se prepara para violá-la, é obrigatória para todos os cidadãos e para todas as autoridades civis e militares.

A democracia portuguesa está institucionalizada. Temos um regime político de liberdade e progresso social. O povo português está interessado na sua defesa e consolidação e nestas eleições mostrará pelo seu voto ser essa a sua determinação.

As eleições para a Assembleia da República são o primeiro grande acto político para a aplicação da Constituição.

O aspecto mais negativo das eleições é o realizarem-se sem que estejam asseguradas em todo o território nacional as liberdades fundamentais.

As eleições vão realizar-se em vastas regiões efectivamente ocupadas por um poder local reaccionário que mantém as populações amordaçadas, coagidas e ameaçadas, que impede o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos a lei da intolerância, da violência, da brutalidade, da bomba e do cacete.

Nós queremos daqui assegurar às populações dessas regiões que lutamos e lutaremos sempre até que lhes chegue o sol da liberdade. Portugal tem hoje uma Constituição, lei fundamental do país. É para aplicação não numa parte do país mas em todo o território nacional.

O dia virá em que se porá fim de uma vez para sempre à tirania dos caciques fascistas sobre as populações, em que a liberdade chegará aos recantos mais escondidos e ignorados de Portugal.

Já antes da campanha eleitoral, e com particular insistência desde então, temos reclamado das autoridades medidas sérias contra a violência e o terrorismo, de forma a garantir o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território.

Apreciamos de forma positiva as medidas tomadas em muitos casos pelas autoridades militares durante a campanha eleitoral, a fim de garantir a ordem democrática contra os bandos de arruaceiros fascistas.

Mas não podemos deixar de sublinhar que em vastas zonas continua o poder reaccionário. O PCP está praticamente clandestino e não pode desenvolver a campanha eleitoral e portanto nessas zonas as eleições não se podem considerar livres e democráticas e os seus resultados não traduzirão a vontade livremente formada e livremente expressa do povo português.

Não podemos deixar de comparar as medidas militares excepcionais (utilizando poderosos meios aéreos e blindados) para protecção de reuniões reaccionárias da CAP, do CDS e do PPD que, pela forma como foram realizadas e pelos seus objectivos, constituem autênticas provocações, e a falta de apoio militar ao PCP em localidades onde a reacção utiliza a força e a violência para impedir as nossas sessões e comícios.

Também outras situações antidemocráticas têm de ser sublinhadas. Não se pode considerar livre e democrático o voto dos emigrantes, quando sabemos que nos Estados Unidos, no Brasil e noutros países, nenhuma acção política do PCP é autorizada e que na RFA foi proibida a entrada do candidato do PCP pelos emigrantes, o que mostra bem como a social-democracia impede as liberdades e o pluralismo.

Na campanha eleitoral, como em quaisquer outras circunstâncias, a reacção não olha a meios! A todos recorre: à calúnia, à falsa acusação lançada espectacularmente e repetida milhentas vezes, ao escândalo urdido artificialmente, à tentativa de descrédito de militantes progressistas, às operações de intimidação.

Desde o início da campanha eleitoral várias golpadas foram lançadas contra o PCP. De algumas

esperavam os autores que o PCP saísse ferido e enfraquecido. Mas a grosseria dos processos, a concentração dos ataques contra o PCP, o facto de que na campanha anticomunista coincidem partidos reaccionários, certos dirigentes socialistas e provocadores neonazis que põem a máscara de esquerda, coincidem papéis anónimos da contra-revolução, jornais fascistas como «O Sol» e «A Rua», jornais fascizantes como «O Tempo» e «O Dia», jornais PS como «A Luta» e ainda jornais e papeis pseudo-revolucionários, o facto de que a TV por cada minuto dado ao PCP dá uma hora ao anticomunismo mais grosseiro, primitivo e pidesco, suscita na gente séria, não a condenação dos comunistas, mas a condenação de tais processos indignos de uma democracia.

A mentira engana enquanto engana. Uma vez desmascarada, acaba por cair, não contra a vítima mas contra o mentiroso.

Devemos ainda, até ao fim da campanha, estar prevenidos. Podem aparecer grandes e espectaculares promessas, podem decretar-se inquéritos, podem atirar-se como pedradas novas acusações contra forças e elementos progressistas.

Não conseguirão, porém, parar mais a grande corrente que se inclina para o PCP, nem a grande corrente unitária que compreende que a defesa das liberdades e da revolução portuguesa e a construção de um regime democrático só podem ser assegurados com o PCP e nunca contra o PCP.

De qualquer forma chegaremos em breve ao fim da campanha eleitoral e do resultado das eleições dependerá em larga medida a política que será seguida nos tempos mais próximos em Portugal.

Duas perspectivas contrárias

Diante do povo português apresentam-se duas perspectivas não só diferentes, como contrárias.

Uma maioria da direita reaccionária (CDS, PPD, PPM e PDC) significaria a formação de um governo reaccionário, que teria como objectivos o agravamento imediato das condições de vida dos trabalhadores, a liquidação das conquistas da revolução portuguesa, a recuperação pelo grande capital, pelos agrários e pelo imperialismo das posições que perderam em Portugal desde o 25 de Abril, a reinstauração do poder económico e político dos monopólios e latifúndios, o caminho da repressão, da liquidação das liberdades e da instauração de uma nova ditadura.

Só uma maioria de esquerda e um governo de

esquerda podem garantir a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, o prosseguimento do processo democrático.

Sem o PCP há quatro eventuais variantes de uma maioria: CDS-PPD, CDS-PPD-PS, CDS-PS, PPD-PS; mas em qualquer caso será uma maioria de direita reaccionária ou uma maioria de direita antipopular e antidemocrática. **Uma maioria de esquerda e um governo de esquerda só são possíveis com o PCP.**

Os grandes problemas que Portugal defronta são os problemas da liberdade e da democracia, os

problemas das condições de vida material e cultural da classe operária e das massas trabalhadoras, os problemas da reforma agrária e dos pequenos e médios agricultores, os problemas de desenvolvimento económico e do papel do sector nacionalizado e do controlo e da gestão operária, os problemas da independência nacional.

Em todos estes problemas, a campanha eleitoral confirmou o que já era conhecido pela orientação política e pela actividade dos partidos: que apenas um partido de todos os que existem em Portugal toma sem qualquer hesitação a defesa intransigente

das liberdades e das conquistas da revolução e se propõe empregar todos os seus esforços e energias, a sua experiência e a sua força, o trabalho incansável e a dedicação dos seus militantes, para assegurar a continuação do processo democrático, a construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

É o nosso Partido: o Partido Comunista Português. Votando nos candidatos comunistas, o povo português, os eleitores, sabem o que farão os comunistas caso sejam eleitos para a Assembleia da República, o que farão caso venham a pertencer ao novo governo.

Interesses dos trabalhadores

Na Assembleia da República e no Governo, tal como em toda a sua actuação, os comunistas defenderão sempre firmemente os interesses dos trabalhadores.

Os programas e projectos dos partidos reaccionários são absolutamente claros. Ao serviço do grande capital, eles propõem-se agravar a exploração e as condições de vida dos trabalhadores, diminuir os salários, aumentar a jornada e a intensidade do trabalho, utilizar todos os métodos e processos do capitalismo para aumentar os lucros e a acumulação do grande capital.

Uma maioria da direita e um governo da direita significariam inevitavelmente uma política antioperária particularmente agressiva, um rápido e

brutal agravamento da situação dos trabalhadores, a anulação dos benefícios sociais alcançados desde o 25 de Abril.

O que tem sido a política de aliança PS-PPD ao nível do governo, com a congelação da contratação colectiva e o aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade, e com uma política no Ministério do Trabalho manifestamente hostil aos trabalhadores, é uma pequena amostra do que seria a política de um governo de direita com ou sem o PS.

O PCP defende, como sempre defendeu, os interesses dos trabalhadores, porque desde a sua criação e ao longo de toda a sua existência até hoje, como partido e vanguarda revolucionária da classe operária, teve como razão de ser, como objectivo e

como missão, a defesa constante dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, a luta por uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem.

Tal como nas fábricas, nas empresas, nas minas, nos portos, em todos os locais de trabalho, os comunistas, na Assembleia da República e no governo defenderão sempre o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, a elevação dos salários, a melhoria dos benefícios sociais, reformas e pensões, a assistência médica eficaz, a aplicação do princípio agora constitucional «salário igual a trabalho igual», o termo de discriminações profissionais e salariais em relação a mulheres e jovens, a solução dos problemas da habitação e da

saúde, a solução dos problemas dos emigrantes, o acesso dos trabalhadores à instrução e à cultura.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, defende também os interesses de todas as classes e camadas não monopolistas, dos quadros técnicos, dos intelectuais, dos artesãos, dos pequenos e médios agricultores e comerciantes.

Só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda, isto é, uma maioria com o PCP e um governo com o PCP poderão garantir uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares e o melhoramento das suas condições de vida considerado como um dos objectivos centrais e essenciais da democracia portuguesa.



Nova economia rumo ao socialismo

Na Assembleia da República e no Governo, os comunistas defenderão sempre firmemente as nacionalizações, o controlo operário e a gestão dos trabalhadores e a implementação de uma nova economia rumo ao socialismo.

Os partidos reaccionários conduzem já hoje uma violenta ofensiva de recuperação capitalista. A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) lança como programa as desnacionalizações, a cessação da intervenção do Estado nas empresas conduzidas à beira da falência e do encerramento pelos capitalistas, a intensificação da exploração dos trabalhadores e o direito ao «lock-out», apesar de que a Constituição expressamente o proíbe.

Champalimaud lança do Brasil o seu plano económico-político, segundo o qual os patrões

deveriam ter liberdade de fixar os salários e os accionistas das grandes companhias (isto é, os grandes capitalistas), deveriam ter o direito de ditarem a sua vontade.

Os partidos reaccionários (CDS, PPD, PPM, PDC), anunciam também abertamente um programa de recuperação capitalista, de destruição do controlo operário e da intervenção dos trabalhadores na direcção das empresas.

A ofensiva de recuperação capitalista é desenvolvida ao nível de decisão ministerial com a recusa das credenciais, a substituição de comissões administrativas que têm a confiança dos trabalhadores, a demissão de gestores operários que deram o seu melhor esforço, sacrifício e competência para que as empresas continuassem a

laboração e agora são afastados para que essas empresas sejam entregues àqueles mesmos que em actividades contra-revolucionárias as defraudaram, as roubaram, as sabotaram, as conduziram à ruína.

Em alguns casos já se consumou a recuperação capitalista. Mas em muitos outros, os trabalhadores opõem-se firmemente e organizados e unidos conseguem travar este processo que põe em causa algumas das principais conquistas da democracia portuguesa.

Com a classe operária e as massas trabalhadoras, o PCP defende e defenderá firmemente as nacionalizações, o controlo operário e a gestão dos trabalhadores, das empresas onde houve intervenção do Estado.

Sem pôr em causa a iniciativa privada num amplo

sector da economia portuguesa, o PCP defende e defenderá a reconstrução da economia portuguesa com uma nova dinâmica de estabilização, rentabilidade e desenvolvimento, assente na planificação, na reconversão, no papel do sector público e das empresas com intervenção do Estado, o que só será possível com o esforço criador e o entusiasmo dos trabalhadores, numa perspectiva da abolição da exploração capitalista, na perspectiva do socialismo.

Para evitar a recuperação capitalista, para defender as nacionalizações, o controlo operário e a gestão operária, é essencial uma maioria de esquerda e um governo de esquerda, ou seja, uma maioria e um governo com o PCP.

Reforma Agrária

Na Assembleia da República e no Governo, os comunistas defenderão sempre firmemente a Reforma Agrária, como uma das grandes conquistas da revolução.

Os partidos reaccionários afirmaram já abertamente querer liquidar a reforma agrária. Contra a reforma agrária se concentram enormes meios e recursos. O ELP e o MDLP com os seus bandos terroristas, a CAP movida pelos grandes agrários com as suas acções provocatórias, os partidos reaccionários de direita com as suas ofensivas, o PS com uma política de duas no cravo e uma na ferradura (ou melhor: uma no cravo e duas na ferradura), conduzem uma violenta e tenaz ofensiva contra a reforma agrária.

A política do PS em relação à reforma agrária é uma das expressões da indefinição e das hesitações desse partido.

Destacados dirigentes do PS atacam violentamente a reforma agrária, que classificam como «roubo de terras» ou como «dominação superlatifundiária e terrorista dos comunistas, em várias regiões do Alentejo». Que dizem da gente que assim fala? Não é verdade que fala a ligagem dos agrários, que expressa os sentimentos dos grandes agrários e não os interesses nem os sentimentos dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores?

E o Ministério da Agricultura? Na recomposição do VI Governo tinha-se chegado

a uma plataforma para a política do Ministério, com um ministro PS e um secretário de Estado PC.

A reacção não descansou enquanto não arranjou uma campanha para suspender o secretário de Estado do nosso Partido, camarada Vítor Louro, tal como havia afastado o anterior, o camarada António Bica. Afastam-nos por uma única razão: porque, como comunistas, fizemos corajosamente frente à ofensiva dos agrários e da reacção, defenderam corajosamente os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, defenderam firmemente a realização da reforma agrária.

E agora? Como está a ser realizada a política do Ministério? Tem que afirmar-se que estão a ser tomadas numerosas medidas que contrariam a plataforma comumente aprovada e que se dirigem contra a reforma agrária.

Nos casos de restituição de terras não se observa o princípio de defesa da unidade e da rentabilidade das cooperativas. Não se assegura às unidades colectivas de produção o direito preferencial ao arrendamento. Obrigam-se as cooperativas a dar terra a seareiros e impõem-se soluções contra as cooperativas mesmo quando estas e os seareiros se põem de acordo. Resolvem-se desocupações por supostos erros de pontuação antes de verificados. Resolve-se a devolução aos agrários do gado e de máquinas. Resolve-se arbitrariamente a devolução de herdades sob o pretexto de serem fora da área de intervenção, quando esta foi fixada para os casos

futuros e não para as situações adquiridas. Estas medidas correm simultaneamente com saneamentos em massa de técnicos dos Centros de Reforma Agrária, de saneamentos de membros do nosso Partido em vários serviços oficiais.

Todas estas medidas longe de defenderem e consolidarem a reforma agrária traduzem uma política contra a reforma agrária. Mas esta ofensiva não será bem sucedida. Os trabalhadores estão firmemente decididos a defender, consolidar e levar a cabo a reforma agrária e estão dia a dia mostrando com a sua luta heróica que a reforma agrária não poderá voltar e não voltará atrás.

Por sua parte, para justificar a sua ofensiva e as pressões sobre o Ministério, a reacção faz as mais monstruosas acusações contra a reforma agrária. Mas a realidade aí está para desmenti-lo.

Ao contrário das acusações reaccionárias, a reforma agrária não representa a desorganização da agricultura, mas, pelo contrário, a organização pelos trabalhadores, em moldes novos e superiores, de uma agricultura que se encontrava desorganizada, condenando grandes superfícies de terra ao abandono e mantendo a rotina das baixas produções.

Ao contrário das acusações reaccionárias, a reforma agrária não representou a diminuição da

produção e o abate e a redução do efectivo pecuário, mas, pelo contrário, o alargamento da área semeada, o uso de maiores quantidades de sementes, a mais elevada produção de trigo, de cevada distica, de aveia e de outros produtos, o aumento considerável de cabeças de gado.

Ao contrário das acusações reaccionárias, a reforma agrária não representou a expropriação de pequenos e médios agricultores, mas, pelo contrário, a resolução de alguns dos seus problemas e a sua cooperação com os trabalhadores rurais no quadro da reforma agrária.

É necessário não só fazer frente às tentativas dos agrários e da reacção para recuperarem as terras ocupadas e expropriadas, para desorganizarem e desagregarem as cooperativas e unidades colectivas de produção como, embora sem pressas, andar para diante e levar a reforma agrária até à sua realização completa. Essa é a política do PCP que firmemente defenderá na Assembleia da República e no governo.

Para defesa da Reforma Agrária é necessária uma maioria da esquerda e um governo de esquerda, ou seja, uma maioria com o PCP e um governo com o PCP.

Essa será, junto com a luta das massas trabalhadoras, a melhor garantia da defesa, consolidação e realização completa da Reforma Agrária.

Independência nacional

Na Assembleia da República e no Governo os comunistas defenderão sempre firmemente uma política de independência nacional.

Os partidos reaccionários mostraram já, pelos seus programas políticos e pela sua actividade, quererem perpetuar a dependência de Portugal em relação ao imperialismo.

Eles estão prontos a manter os recursos nacionais e a mão-de-obra nacional ao serviço do grande capital estrangeiro, de mãos dadas com os monopolistas portugueses. Nos Açores e na Madeira, fomentam, com o separatismo, a desintegração da nação portuguesa em benefício do imperialismo.

Para manterem os privilégios das classes

parasitárias estão prontos a recorrer às pressões externas, às ameaças externas e mesmo à intervenção externa nas questões internas portuguesas.

Rejeitamos firmemente tais actividades.

Não cabe a países estrangeiros determinar qual deve ser o regime social e político de Portugal, qual deve ser a política do governo português, de que partido devem ser os ministros de tal ou tal ministério. Em Portugal mandam os portugueses.

O sr. Kissinger, secretário do Estado norte-americano, e o sr. Schmidt, chanceler da RFA, declararam recentemente que não querem comunistas nos governos da Europa Ocidental, designadamente em Portugal. Mas que têm estes

senhores que querer ou não querer com a política interna dos Estados Europeus, com a política interna da República Portuguesa?

Nós, portugueses, não reconhecemos, ao sr. Kissinger ou ao sr. Schmidt o direito de pretenderem decidir da política portuguesa. O Povo português tem pleno direito de decidir do seu destino e, em última instância, será o Povo português que decidirá qual será o regime e qual será o governo de Portugal.

O PCP repele as pressões diplomáticas, económicas, financeiras, morais, que países imperialistas têm exercido sobre Portugal, e censura severamente aqueles que apelam para a ingerência externa na vida política nacional.

Na chamada «cimeira socialista» há tempos realizada no Porto, a social-democracia europeia,

pela boca dos seus chefes que são também, em alguns casos, chefes de governos, vieram (pela mão de um partido português), dizer aos portugueses qual é o regime que lhes convém e aquele que lhes não convém, quais são os partidos maus e qual é o bom. Trata-se de uma grosseira ingerência no processo eleitoral que consideramos inoportuna e indesejável, como consideramos igualmente inoportuna e indesejável as manobras da OTAN em Portugal no preciso dia em que se vão contar os votos das eleições.

Isso não impedirá, porém, que o Povo português vote e vote bem. Uma grande votação no PCP será a afirmação de que o Povo português preza a sua independência nacional.

Liberdade e democracia

Na Assembleia da República e no governo, os comunistas defenderão sempre firmemente as liberdades do povo português, a consolidação e desenvolvimento do regime democrático consagrado na Constituição.

Todos os programas e projectos dos partidos reaccionários — no plano político, económico e social — são completamente incompatíveis com as liberdades, com um regime democrático.

O agravamento da exploração e das condições dos trabalhadores, a recuperação capitalista, a

liquidação da reforma agrária, uma política de submissão e subserviência ao imperialismo estrangeiro, são inseparáveis de uma política de violência e de repressão.

Pela maneira como actuam nas regiões que ocupam, pela sua brutal intolerância, pela liquidação efectiva das liberdades, pela utilização do terror, esses partidos mostram a sorte que teriam reservada ao Povo português se acaso viessem a ter a maioria e a constituir governo.

O futuro que esses partidos oferecem a Portugal não são as liberdades, não é a democracia, mas o

que o Povo português continue gozando das liberdades de falar, de escrever, de se associar e organizar, de ter os seus sindicatos, de formar partidos políticos, de se reunir, de se manifestar e de fazer greve em defesa dos seus interesses.

Uma maioria de esquerda e um governo de

democratas, todos os homens e mulheres progressistas, todos os antifascistas a cerrarem fileiras, a unirem-se para fazer frente ao perigo, para o caminho apressado para uma nova ditadura, para o fascismo.

Esse é um perigo real e o PCP exorta todos os

esquerda são a garantia de que o fascismo não voltará e de que o Povo português viverá e trabalhará em paz e segurança, são a garantia de que a nossa

jovem democracia será defendida e consolidada, de que Portugal continuará o caminho aberto pelos heróicos capitães de 25 de Abril e aprofundado e

alargado pelo Povo e pelos militares, numa aliança que garantiu e deve continuar a garantir a defesa da revolução contra quaisquer golpes reaccionários, a

defesa das instituições democráticas, a defesa da paz, da soberania e da independência nacional.

Relações com as ex-colónias

Na Assembleia da República e no governo os comunistas defenderão sempre firmemente o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação fraternal com os povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

A reacção e as forças conservadoras, retomando abertamente a defesa dos interesses colonialistas, voltam a falar agora na perda do império e o sr. Sá Carneiro retomou, com outras palavras, a absurda ideia de a nação portuguesa do Minho a Timor. A mentalidade colonialista e propósitos neocolonialistas, sobretudo traduzidos numa política ao nível da Assembleia da República ou de um governo, são diametralmente opostas aos interesses de Portugal e do Povo português.

Demasiados prejuízos trouxe já ao nosso país a política de hostilidade para com os movimentos revolucionários (a Frelimo, o MPLA, o PAIGC), que conduziram a luta dos seus povos contra o colonialismo. Demasiados prejuízos trouxe o tardio reconhecimento do governo da República Popular de Angola, erro colossal determinado por uma política conservadora, e pelo erro de análise e de cálculo do PS e do PPD, e por pressões vindas do estrangeiro.

Portugal perdeu uma ocasião única de concretizar toda uma perspectiva de ampla cooperação com

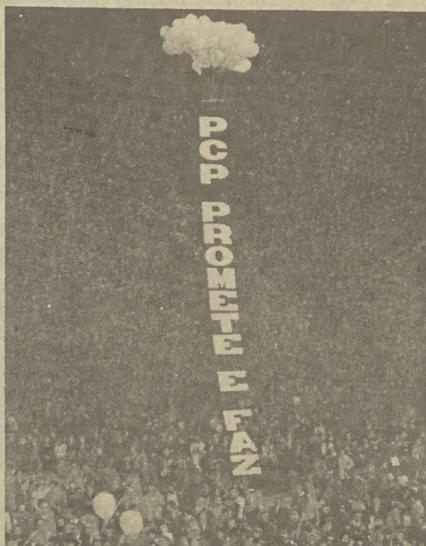
esses novos Estados independentes, cooperação que correspondia inteiramente tanto aos interesses desses países como aos interesses nacionais portugueses, incluindo o do seu próprio desenvolvimento económico.

Os preconceitos colonialistas e neocolonialistas levaram a graves decisões, cujos prejuízos são e serão ainda incalculáveis. O erro não foi adoptar uma política de descolonização, única política que correspondia a um ideal democrático e aos interesses comuns do povo português e dos povos antes submetidos ao colonialismo português. O erro foi em certa altura ter-se adoptado uma política que contrariava o próprio processo de «descolonização» e independência dos novos Estados.

O problema dos chamados «retomados» insere-se neste complexo processo. Uma grande parte dos retomados fugiram apenas à guerra ou foram vítimas da propaganda reaccionária e colonialista, que procurou envenenar-los contra o MPLA e os enganou grosseiramente acerca da perspectiva de evolução da situação em Angola.

Toma-se hoje evidente para muitos que o regresso a Angola, para aí trabalhar em paz, possível mas em amizade com o povo angolano, o seu partido revolucionário e o seu governo.

Um número crescente de retomados vê hoje



claramente que o PCP foi o único a falar verdade e que apresenta uma perspectiva real da solução dos seus problemas. Por isso aumenta cada dia o número de retornados que procuram o nosso Partido, e contamos já com uma activa organização de retornados membros do PCP.

É sem dúvida agora difícil, mas é ainda possível sanar as feridas abertas por uma errada política e encetar e desenvolver relações de cooperação e amizade.

Mas para isso é indispensável impedir que os objectivos e ideário colonialista e neocolonialista (que os partidos reaccionários começam descaradamente a utilizar), venha a pesar na política portuguesa.

Uma maioria de direita e um governo de direita comprometeriam definitivamente as relações de Portugal com as ex-colónias portuguesas.

O desenvolvimento das relações de cooperação fraternal só poderão desenvolver-se e terão necessariamente que desenvolver-se na base dos princípios de igualdade, do respeito pela soberania, do respeito pelos interesses mútuos, da não ingerência nas questões internas.

Uma maioria com o PCP e um governo com o PCP oferecem a garantia para que uma tal política seja realizada.



Votar e votar bem

Trata-se agora de ir às eleições, de votar e votar bem.

Votar para evitar o regresso ao passado fascista. Votar para assegurar uma política democrática que corresponda aos interesses, aspirações e objectivos do Povo português.

Os votos não se devem dispersar e nenhum democrata se deve abster.

Em vésperas de eleições é necessário fazer duas observações da maior importância.

A primeira observação diz respeito à dispersão dos votos da esquerda.

Nessa primeira observação, quando afirmamos que a dispersão de votos por candidatos que, pelo estreito apoio das massas com que contam, não têm possibilidades de ser eleitos só aproveitaria à reacção, dizemos uma verdade que ninguém pode contestar. Nas eleições do ano passado para a Assembleia Constituinte, houve quase 300.000 votos dispersos e divididos que se perderam porque não conseguiram eleger um único deputado.

Por isso afirmamos que votos divididos são votos perdidos e saudamos aqueles que, compreendendo esta realidade, sobrepõem os interesses da democracia e do povo trabalhador, a um voto que marque apenas, em utilidade, a presença do respectivo grupo político no acto eleitoral. Saudamos aqueles que, não sendo comunistas, se decidiram a votar PCP e a todos

dizemos que tudo faremos para estar à altura da confiança que depositam no nosso Partido.

O voto da esquerda não pode servir apenas nas condições actuais para marcar uma posição ou atitude política. Tem de servir para eleger deputados da esquerda, para evitar uma maioria da direita.

Aconselhar a dispersão de votos é facilitar uma vitória da reacção.

Por isso não podemos deixar de referir a acção divisionista, que conduzem certos grupos esquerdistas, como é o caso da UDP.

Estes agrupamentos não procuram servir a revolução, mas servir-se da revolução. Não procuram servir os trabalhadores, mas servir-se dos trabalhadores.

Em vários casos, na campanha eleitoral, quando a reacção procura criar confrontos e conflitos violentos nas zonas onde é grande a força revolucionária, nos centros industriais e no Sul, o Sul da reforma agrária, para justificar que o perigo para a democracia vem dessas zonas e não dos Açores e das regiões do Norte dominadas pela reacção, vimos este agrupamento com o seu radicalismo e o extremismo de processos ir ao encontro dos desejos da reacção, emparceirando nas provocações encomendadas pela direita à AOC, PC de P (ml), e MRPP.

Agora, em vésperas do acto eleitoral, a UDP

vem apelar para que não se vote no PCP, dizendo que votar no PCP é votar «na tração à luta do Povo». A conclusão no fim de contas é a mesma da dos provocadores do MRPP que gritam que é melhor uma maioria CDS-PPD que PCP-PS!

É bom que o afirmem, porque assim todos ficam a saber o que querem e a quem servem.

Nós insistimos: a divisão de votos da esquerda abriria novas possibilidades para a eleição de candidatos de partidos reaccionários.

Os eleitores da esquerda devem votar para eleger deputados.

Estamos confiantes em que isso sucederá, que uma grande votação nos candidatos do PCP, o único partido da esquerda que tem reais possibilidades de fazer eleger muitos dos seus candidatos, confirmará a vontade de fazer frente à reacção e derrotar a reacção nas próximas eleições.

Uma segunda observação é que a abstenção de democratas só à reacção pode aproveitar.

Podemos rezear-se que a situação antidemocrática existente em vastas zonas, a baixa dos métodos eleitoralistas utilizadas por alguns partidos, a impunidade dos ataques mais injuriosos e a facilitação que lhes é dada nos grandes meios de comunicação social (como a TV, a rádio e certa imprensa), a desilusão de muitos pela política do PS, possa criar o risco de abstenções de eleitores de esquerda.

O PCP chama a atenção para os perigos de tal abstenção.

É certo que o voto não é obrigatório.

É necessário que todos os portugueses e portuguesas saibam que ninguém é obrigado a votar. Que nenhum cacique ou reaccionário pode obrigar quem quer que seja a ir votar e muito menos obrigar a votar em qualquer partido, seja o CDS, o PPD, o PPM, o PDC ou qualquer outro. Que ninguém pode ameaçar com vinganças, castigos ou penalizações aqueles que não queiram votar. O voto é livre e não obrigatório.

Isto devem saber todos os eleitores, sobretudo nas regiões dominadas pela reacção, para se não deixarem intimidar, enganar e conduzir às umas para votarem nos seus próprios inimigos, nos partidos reaccionários.

Mas é ao mesmo tempo necessário insistir em que nenhum democrata, nenhum antifascista, nenhum homem ou mulher de sentimentos progressistas, nenhum português ou portuguesa que queira viver em liberdade e queira que os interesses do povo sejam defendidos, deve abster-se, deve ficar em casa e não votar.

A abstenção dos eleitores democratas só à reacção pode aproveitar. É necessário que todos votem porque por um se ganha e por um se perde e para bem do povo português é necessário que seja a reacção a perder e a esquerda a ganhar.

Votar PCP

Estamos quase no fim da campanha eleitoral e os dirigentes do PS ainda não disseram se depois das eleições se propõem aliar-se à direita, isto é, ao CDS e PPD ou à esquerda, isto é, ao PCP.

Por isso quem votar no PS não sabe no que vota. Não sabe se vota para uma maioria de direita ou para uma maioria de esquerda, para um governo de direita ou para um governo de esquerda, para uma política de direita ou para uma política de esquerda, para o agravamento da exploração dos trabalhadores ou para a melhoria das suas condições de vida, para a defesa das nacionalizações e do controlo operário, ou para a recuperação capitalista, para a defesa e realização da reforma agrária ou para a sua liquidação, para uma política de independência nacional ou para a recuperação imperialista e a submissão ao imperialismo estrangeiro, para a consolidação das liberdades e da democracia ou para um governo e uma política que conduziria a breve trecho a uma nova ditadura.

Esta indefinição resulta do cálculo do PS caçar votos à esquerda e votos à direita mas sinceramente

desejam que o cálculo não lhes saia errado e não venha a perder de um lado e do outro por terem perdido a confiança de todos.

Que muitos que votaram PS votem PCP, não só é útil como é necessário para a formação de uma maioria de esquerda.

Mas não será útil para a democracia, se eleitores que votaram PS votarem PPD.

Na actual situação política, o voto no PCP adquire uma importância decisiva.

Não apenas para o PCP. Mas para todos os trabalhadores, para a sorte e o futuro do nosso país.

O reforço do PCP é essencial para assegurar o prosseguimento do processo democrático.

O PCP é hoje a única força política que, pela clareza dos seus objectivos, pela firmeza e coerência da sua actuação, pela sua dedicação à causa do povo, aparece como a barreira operária, popular, democrática, antifascista em que o Povo pode confiar.

A própria campanha eleitoral comprovou que há partidos reaccionários, que há um partido que se não

sabe para onde vai (se se volta para a esquerda, para a cooperação com o PCP, ou se se associa com os partidos reaccionários) e que há um único grande partido da esquerda, um único que dá garantias de defender sempre e em quaisquer circunstâncias as liberdades, a democracia, os interesses dos trabalhadores e das populações, as conquistas da revolução — o Partido Comunista Português.

O reforço do PCP não é só do interesse dos comunistas, mas de todos os trabalhadores, de todas as classes e camadas antimonopolistas, de todas as forças progressistas de todos os democratas, de todos os antifascistas.

A campanha mostrou que massas populares, cada vez mais amplas e sectores políticos muito diversos tomam consciência de que um eventual enfraquecimento do PCP representaria o imediato e brutal agravamento das condições de vida do Povo português e sérios e imediatos perigos para a Democracia.

Tomam consciência de que o reforço do PCP constitui, nas condições específicas do quadro

político português, uma condição indispensável para assegurar a defesa dos interesses populares e insubstituível para o prosseguimento do processo democrático.

Quanto mais numeroso for o reforço do PCP, quanto mais elevado for o número dos seus candidatos eleitos, maiores serão as possibilidades da formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e da formação de um governo de esquerda.

Por isso temos a certeza de que votarão no PCP muitos eleitores que não são comunistas, mas que compreendem que os comunistas constituem uma força de capital importância para salvaguardar as liberdades e prosseguir a construção de um regime democrático que corresponda aos interesses e às aspirações mais profundas do Povo de Portugal.

Por isso confiamos em que uma grande votação confirmará a confiança da classe operária, do Povo trabalhador, no Partido que pela sua orientação e pela sua actividade comprova ser merecedor do título do Partido da Esperança e do futuro.

CANDIDATOS DO PCP NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

Manuela Fernanda Nunes operária têxtil da fábrica Cintideal, membro da Comissão de Trabalhadores daquela empresa e da Comissão de Freguesia de Alhandra do PCP

Daqui saúdo todos os presentes e em especial as mulheres trabalhadoras, donas de casa, mães e jovens que aqui se encontram, e através delas saúdo todas as mulheres da região de Lisboa.

Como todas nós sabemos o Partido Comunista Português, sempre tem defendido, defende e defenderá a igualdade da mulher perante a lei, o fim de todas as discriminações que as mulheres sofrem no trabalho, na família e na sociedade.

Esta igualdade que o 25 de Abril tenta estabelecer está consagrada na Constituição da República que entra em vigor em 25 de Abril próximo e que o PCP se comprometeu a defender, custe o que custar.

O Partido Comunista Português sempre defendeu, defende e defenderá a garantia de assistência e de férias, de gravidez e de parto, o estabelecimento duma rede de creches e de jardins de

infância, assim como a criação de estruturas sociais (lavandarias, cantinas, etc) que facilitem a vida das mulheres trabalhadoras e donas de casa.

No momento em que a reacção e os seus partidos tudo têm feito e fazem para tentar roubar aos trabalhadores, ao povo, as conquistas do 25 de Abril, agora mais do que nunca, as mulheres trabalhadoras, mães e cidadãs de todas as idades, devem dar o seu apoio ao partido que na prática mais as tem defendido e defende.

Sabemos que a esmagadora maioria das mulheres não são filiadas em qualquer partido, que são cidadãs sem partido.

E las nos dirigimos, assim como a todas as outras, católicas ou não, chamando-as a votar no PCP, pois votar no PCP é votar na defesa dos direitos e interesses de todas nós, mulheres portuguesas.

Uma votação maciça das mulheres no PCP assegurará uma maioria de esquerda na Assembleia da República e portanto um Governo de esquerda que defenda as conquistas do 25 de Abril, que defenda os direitos das mulheres do nosso país, trabalhadoras e donas de casa.

Votar no PCP é votar num futuro melhor para os nossos filhos! Votar no PCP é ajudar a reconstruir Portugal!

Nas nossas mãos de mulher uma grande tarefa: ajudar a erguer um futuro de esperança na nossa terra!

Carlos Carvalhas economista, secretário de Estado do Trabalho nos cinco primeiros Governos Provisórios

Em 25 de Abril de 1974 iniciou-se o desmantelamento do estado fascista e o povo português conquistou as liberdades democráticas e sindicais.

A plena utilização dessas liberdades permitiu o fortalecimento da organização dos trabalhadores, nomeadamente do poderoso Movimento Sindical Unitário que pôs em causa a ordem económica dos monopólios.

A luta dos trabalhadores viria mais tarde a conseguir o reconhecimento por lei da liberdade sindical e da unidade dos trabalhadores forjada pelas suas lutas de décadas e consagrada no reconhecimento da Intersindical Nacional, como central única dos trabalhadores.

Ao movimento sindical unitário devem-se importantes lutas e conquistas das massas trabalhadoras que melhoraram o seu nível de vida,

que viram os salários reais aumentados e outras regalias conquistadas. Mas é de realçar também o concurso do movimento sindical unitário no desmantelamento dos monopólios, na luta contra a sabotagem económica, na luta pela aplicação do controlo operário, metas importantes na construção de uma nova sociedade rumo ao socialismo.

A divisão dos trabalhadores, a divisão do movimento sindical unitário continua a ser um objectivo central do grande patronato, das forças reacçãoárias e conservadoras, das forças fascistas e fascizantes.

Por isso, a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, a unidade do seu movimento sindical é cada vez mais importante e constitui uma barreira intransponível à recuperação capitalista e reacçãoária e uma arma decisiva para vencer as forças de direita.

Para a defesa da unidade, das nacionalizações, do controlo operário, faço um apelo à classe operária, ao funcionalismo público, às mulheres, aos jovens, aos sindicalistas, a todos os trabalhadores, aos pequenos e médios empresários, para uma forte votação no Partido Comunista Português.

Vitor Benito torneiro mecânico da Mague, membro da Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira

Se a prova não tivesse sido suficientes vezes feita pelos povos que se empenharam na construção do socialismo, a simples experiência de 2 anos de revolução democrática no nosso país provaria que só a classe operária pode unir e mobilizar as mais amplas massas populares e garantir a sua participação democrática na resolução dos seus problemas, na construção do seu destino.

Todos os avanços da revolução estão ligados à mobilização das massas populares e cada recuo do processo revolucionário corresponde a uma fase em que os trabalhadores e as massas populares foram marginalizados.

São também os trabalhadores e as massas populares quem pode substituir as formas políticas e administrativas do antigo regime, vencer o "legalismo" burguês e a burocracia administrativa. Sem isso não será possível colocar a máquina administrativa ao serviço dos verdadeiros interesses do nosso povo.

Somos também nós que teremos que realizar a nossa pró-

pria revolução cultural, dissipando o obscurantismo, o atraso, a ignorância, o egoísmo, a indiferença em que a exploração e o fascismo nos quis afogar, e criando o homem novo da sociedade nova.

Em todos estes campos, têm as organizações populares (Comissões de Moradores, Assembleias Populares), um papel fundamental a desempenhar como meio mobilizador das massas populares para a defesa da revolução, para a resolução dos graves problemas locais, para o desencadear das energias criadoras das massas.

Elas terão, cima de tudo, de unir as massas populares numa larga prática democrática em torno, tanto das grandes tarefas nacionais, como das simples, mas tão importantes, aspirações locais.

Terão que combater o parasitismo, a ignorância e a indiferença social, desenvolver a cultura e o desporto, cultivar e dignificar o homem, lutar para resolver inúmeros problemas que podem melhorar sensivelmente a vida das populações.

Só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda, não marginalizará as organizações populares, as Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, antes as incentivará e apoiará como uma das bases essenciais do Estado democrático e uma importante forma da participação crescente das massas no Governo da Nação.

José Pedro Soares membro suplente do CC do PCP e da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC, deputado à Constituinte

A todos os jovens aqui presentes, à classe operária, aos trabalhadores, às mulheres, aos estudantes e à sua organização de vanguarda, a UEC, vos transmito as saudações ardentes de combate da União da Juventude Comunista.

As eleições no próximo 25 de Abril, dizem também respeito aos jovens que hajam completado 18 anos e se encontram recenseados.

Os jovens trabalhadores, continuam a ser uma parte importante da população activa do nosso país.

Na hora presente, o objectivo principal de todos os portugueses, quer sejam jovens ou adultos, é político e o mesmo.

O resultado das próximas eleições, apesar da entrada em vigor da nova Constituição política, trará novas perspectivas ou implicações a todos os trabalhadores e à juventude em especial.

Do seu resultado dependerá em grande medida a efectiva institucionalização da vida democrática, a defesa das conquistas populares e da juventude e a edificação do novo Portugal rumo ao socialismo.

O direito ao trabalho, o fim das discriminações económico-sociais por motivo de sexo ou idade, uma verdadeira reforma do ensino que abra de vez as escolas e universidades à juventude trabalhadora, o direito ao ensino, à cultura, ao desporto e ao gozo das férias e dos tempos livres, onde o gosto e as energias criadoras da nossa juventude possam ser realizados na sua máxima plenitude, o exige de todos nós, jovens trabalhadores, uma atitude firme e decidida porque só uma sociedade democrática e avançada, só uma vitória da esquerda, só na nossa luta e unidade elas poderão ser garantidas e resolvidas.

Os grandes problemas nacionais, as aspirações do povo trabalhador e da juventude não poderão ser resolvidos pelo CDS, PPD ou os grupos provocatórios que os apoliam. Tiveram 50 anos para o fazer, e nestes dois anos de liberdade a sua voz e ferocidade têm sido apenas a voz dos grandes patrões e a ferocidade do terrorismo e da contra-revolução.

Só uma vitória da esquerda para que as radiosas perspectivas pelas quais a nossa juventude aspira e luta, se possam realizar.

Empenhada na ampla campanha de massas do PCP, no reforço e dinamização do movimento juvenil, a União da Juventude Comunista apela a todos os jovens progressistas para uma vez mais cerrarmos fileiras contra os partidos da reacção, votando maciçamente no PCP, o Partido da classe operária, o Partido dos trabalhadores, o Partido das liberdades, e das nacionalizações e da reforma agrária, o Partido da juventude e do futuro.

António Borga jornalista e locutor, ex-chefe de redacção do Telejornal, sub-chefe de redacção do jornal «O Diário»

O povo português, os trabalhadores portugueses, sejam eles comunistas, socialistas ou de outros partidos, sabem hoje, por experiência própria, a espécie de "pluralismo" e de "liberdade" que os dirigentes do Partido Socialista, em coro com a direita reacçãoária, reclamaram e acabaram por impôr à Televisão, à Rádio e aos jornais estalizados.

Mais do que acentua e meia de trabalhadores progressistas da informação, aqueles que, antes do 25 de Abril, lutavam diariamente contra a política de mentira e do obscurantismo do fascismo, foram arbitrariamente afastados dos seus locais de trabalho, na maior vaga de perseguições políticas da história da informação portuguesa.

Os trabalhadores portugueses, todas as forças democráticas do nosso povo, podem ver como os órgãos de informação estatizados, sejam eles dirigidos por gente apontada pelo PS ou pela direita reacçãoária, fazem coro com a informação privada do grande capital nos ataques e calúnias às conquistas do 25 de Abril e às forças que defendem a democracia.

Atacam a descolonização, a organização sindical, a Reforma Agrária, a própria Constituição. Mas defendem o conspirador Spínola, o seu movimento neofascista, as medidas antioperárias e anti-populares, a política de total dependência ao imperialismo.

Os trabalhadores comunistas da informação, podem garantir ao povo português, aos pequenos e médios comerciantes e agricultores, vítimas da recuperação dos grandes intermediários, e, antes de mais, aos trabalhadores das fábricas, dos campos e do mar, que o voto no Partido Comunista Português será a melhor contribuição para que as portas dos grandes órgãos de informação nacionais se voltem a abrir às suas lutas, aos seus anseios e às suas conquistas.

Por uma informação verdadeira ao serviço do Povo, viva o Partido Comunista Português!

António Marques Pedrosa operário metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da Cometa e do Conselho Unitário de Trabalhadores

Dia 25 de Abril é dia de eleições, em que o Povo português, em grande medida, decidirá do destino das conquistas da nossa Revolução.

Sendo o Partido Comunista Português o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, serão eles a mola impulsora para a grande votação que o nosso Partido terá. E só com uma grande votação no grande Partido da esquerda, o Partido Comunista Português, será possível defender as liberdades e as conquistas dos trabalhadores.

Camarada e amigo, se trabalhas numa fábrica, quer sejas comunista ou socialista, deverás saber para quem trabalhas e para quem é a tua mais-valia, mas isso só será possível se

exerceres o controlo operário. As forças reacçãoárias não querem o controlo operário porque não querem que a classe trabalhadora tenha acesso aos segredos que, segundo eles, são só para alguns. Mas nós, comunistas, dizemos que todo o trabalhador terá acesso a todo o problema que a ele diga respeito e só através do controlo operário será possível à classe trabalhadora saber como vão os destinos das empresas e saber se a entidade patronal sabota ou não a vida da empresa e a economia nacional. O controlo operário é uma arma fundamental contra a recuperação capitalista dos monopólios e uma ferramenta preciosa para construir uma nova economia, rumo ao socialismo.

Por isso, amigo e camarada metalúrgico, votar no PCP é votar na defesa dos teus interesses, é votares de modo seguro para que na Assembleia da República haja uma maioria de deputados de esquerda, que farão frente à reacção e serão o garante das liberdades.

A todos os amigos aqui presentes e àqueles que não puderam vir, quero fazer avivar de que ao longo de 55 anos do nosso Partido, a luta travada por nós foi e sempre será para que acabe a exploração do homem pelo homem e isso será possível se o povo português votar no Partido Comunista Português, o grande Partido da esquerda.

Georgette Ferreira membro do CC e da DORL do PCP, deputada à Assembleia Constituinte

Chegámos quase ao fim da campanha eleitoral para a eleição dos deputados à Assembleia da República.

Nesta campanha política, a classe operária com a sua determinação, espírito combativo, capacidade de mobilização e organização, realfirmou o seu papel de vanguarda da nossa revolução. Esse papel de vanguarda afirmou-se também na clarividência política que lhe permitiu determinar as formas de luta em defesa das suas reivindicações económicas-sociais sem se desviar do objectivo primeiro desta etapa do combate — a batalha política.

A classe operária soube estar vigilante e desmantelar a onda de greves e concentrações fomentadas e estimuladas pela reacção e a direita, que valendo-se do descontentamento real e justificado dos trabalhadores, procurava aproveitá-lo no sentido de criar um clima que facilitasse à reacção um golpe que impedisse a realização das eleições.

A classe operária soube estar vigilante contra as provocações constantes dos grupos reacçãoários e provocadores, não se deixando envolver nas armadilhas que a reacção lhe armava.

A classe operária soube organizar a luta em defesa do trabalho e melhores salários inserindo-a na batalha política eleitoral, soube reforçar a sua unidade e acção contra a recuperação capitalista, contra os saneamentos à esquerda, contra a violação dos direitos dos trabalhadores conquistados no 25 de Abril e já consignados na Constituição.

A classe operária soube soldar a sua unidade com os

trabalhadores agrícolas, com os pequenos e médios camponeses, com os pequenos e médios comerciantes industriais.

A classe operária e os trabalhadores fizeram seu o nosso programa, o programa do Partido Comunista Português, porque ele interpreta fielmente os seus anseios e esperanças, porque ele é o único que lhe garante a defesa das conquistas da classe operária e lhe assegura a construção da sociedade a que aspira — a sociedade socialista.

Camaradas e amigos:

No dia 25 de Abril, segundo aniversário da nossa revolução, data histórica para o nosso povo, data que marca o fim da ditadura fascista, data que abriu as portas das prisões e trouxe o sol a milhares de lares portugueses, nesse dia nós vamos votar.

A classe operária, todos os trabalhadores, conscientes da responsabilidade na defesa das conquistas da nossa revolução, vai votar no Partido que é o seu, no Partido que nunca a traiu, no Partido que no passado, no presente e no futuro, esteve, está e estará à sua lado!

A classe operária vai votar no PCP!

Camaradas e amigos:

Como operária com mais de 30 anos de luta em defesa da liberdade e da democracia, como dirigente deste glorioso Partido de Bento Gonçalves, Alfredo Diniz, de Germano Vidigal, de Catarina Eufémia, de Alfredo Lima, de António Tavares, de Fernando Capilé e tantos outros tombados no combate que tornou possível o sol do 25 de Abril, eu lanço-vos o meu apelo para que no dia 25 de voto da classe operária honre as suas tradições!

Que o voto da classe operária realirme no dia 25 o seu papel de vanguarda na defesa da nossa revolução ameaçada!

Que no dia 25 de Abril a classe operária, os trabalhadores assegurem com o seu voto a garantia do nosso futuro livre e independente rumo ao socialismo, votando no PCP!

Jerónimo de Sousa operário metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da MEC e da Comissão Concelhia do PCP de Loures, deputado à Assembleia Constituinte

Hoje em que a direita reacçãoária cerra fileiras contra o processo democrático, hoje em que se verifica a tentativa e até a concretização da recuperação capitalista nalgumas empresas geridas pelos trabalhadores, mais do que nunca se impõe o reforço das organizações unitárias dos trabalhadores. As Comissões de Trabalhadores, órgãos que são exemplo da iniciativa criadora da classe operária e dos trabalhadores, participaram, participam e terão de continuar a participar em todo o processo democrático e revolucionário para além das eleições.

Embora conscientes que as Comissões de Trabalhadores não podem ser adaptados figurinos, a aprovação na Constituição do seu reconhecimento e qual o seu campo de acção, nomeadamente o controlo operário, pelo qual os deputados comunistas se bateram com firmeza, veio beneficiar não tanto o nosso Partido, não tanto esta ou aquela força política, mas antes

os trabalhadores em geral e as massas populares.

E muitas vezes através das diferenças ideológicas que possam existir. Foi assim que representantes de mais de uma centena de milhares de trabalhadores apoiaram por unanimidade a luta dos nossos companheiros da Joaquim Francisco dos Santos em vários plênários.

Foi assim que mais de cem Comissões de Trabalhadores reunidas na Mague aprovaram por unanimidade uma moção de apoio à luta dos trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves e contra a recuperação capitalista. É importante que se diga que foi por unanimidade, camaradas, porque nem todos eram comunistas — mas todos souberam compreender que, para além dos muros das suas fábricas, para além das divergências secundárias, existe o capitalismo, existe a reacção, e como tal, perante o inimigo comum, há que fazer unidade e prestar solidariedade a todos os que sofrem a exploração e a repressão, seja na Têxtil Manuel Gonçalves ou na Joaquim Francisco dos Santos, ou na Sanimar.

Sem sectarismo e na unidade de acção, conscientes da correlação de forças existente em cada momento, aplicando para cada caso concreto as formas de luta mais adequadas, reforçemos as nossas Comissões de Trabalhadores para que elas continuem a ser autênticos órgãos revolucionários, ferramentas para a construção do Portugal democrático, rumo ao socialismo.

Zita Seabra membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC

Queria dirigir-me muito em particular a todos os estudantes aqui presentes e começaria exactamente por lhes apresentar as mais vivas saudações do PCP e das suas organizações revolucionárias da juventude — a UEC e a UJC.

Certamente que muitos estudantes, alguns dos quais com direito a voto pela primeira vez, estão ainda hesitantes sobre a quem vão entregar o seu voto, e muitos vieram aqui hoje para poderem decidir conscientemente.

Votar no PCP é uma opção que pode parecer difícil. Efectivamente a Universidade tem uma composição social bem determinada, pois só 4% dos que a frequentam são filhos dos trabalhadores. No entanto, há muitos factores a contrariar essa origem social: o ser-se jovem é um, e o não se estar ainda inserido nas cadeias de produção é outro e não menos importante. Não temos dúvidas de que muitos estudantes sabem hoje os seus verdadeiros interesses como estudantes e como jovens só serão defendidos num Portugal democrático a caminho do socialismo, e sabem que essa sociedade só existirá com o PCP, só existirá com uma maioria de esquerda.

Nos partidos de direita, PPD, CDS, PDC e PPM, ou no MRPP e AOC (que nasceram nas escolas mas onde estão a ser rechaçados) não temos dúvida de que os estudantes não votarão.

José Magro membro do CC e da DORL do PCP, deputado e vice-presidente da Assembleia Constituinte

Se a direita ganhasse as eleições de domingo, se obtivesse a maioria, as eleições para a Presidência da República seriam tendencialmente do mesmo sentido, o Governo viria a ser um Governo de direita e, ao ficar assim, nas mãos da direita a maior parte dos órgãos de soberania, acabaria por vir a perder-se a Revolução Portuguesa.

A alternativa para a derrota da revolução, é, assim, uma maioria de esquerda na Assembleia da República.

Majoria de esquerda na Assembleia da República só pode haver uma e do Portugal de agora: a constituída no fundamental pelos deputados do PC, mas também pelos deputados do PS.

A dificuldade maior para tal objectivo está na indefinição por parte do PS da opção que terá de fazer na Assembleia para a obtenção da maioria. E a ameaça do voto PS vir a traduzir-se num voto de direita, levará muita gente que votaria PS à indecisão e, eventualmente, à abstenção, o que só à direita favorecerá.

O PS afirma que governará sozinho, ou passará à oposição. Tais afirmações são demagogia eleitoral e são também

Estão ainda muito vivos os métodos educativos do Paulo Cunha, do Marcelo Caetano ou do Salles Luis. Os «gorilas» deixaram a Universidade há demasiado pouco tempo para que alguém acredite nas falas mansas do Carneiro ou do Freitas do Amaral.

No PS o voto é incerto. E essa incerteza não serve os interesses da juventude estudantil.

Creio que melhor que qualquer outro exemplo podemos ver o que sucederia cá com o que se está a passar em França. Os estudantes estão em luta contra a presença de representantes do grande capital na gestão das universidades.

Cá em Portugal, não nos custa imaginar, pela contestação que já está a ser feita de todas as medidas progressistas no campo do ensino e em particular na gestão democrática das escolas, que um governo de direita, com ou sem o PS, procuraria meter a CIP e a CAP na gestão das universidades.

Votar nos grupos esquerdistas significa desperdiçar o voto. Alguém conhece o conteúdo do tal «governo patriótico e antifascista» que a UDP propõe? Já é estranho que pretendam governar sozinhos, mas mais estranho ainda é que tenham feito toda a sua campanha eleitoral atacando todas as conquistas da Revolução e atacando a própria Revolução.

Votar no PCP é o voto seguro e certo. E mesmo aqueles estudantes que têm dúvidas sobre a nossa linha política ou métodos de actuação, ou sobre qualquer outro aspecto da actividade do PCP, nós dizemos: «A attitude revolucionária não se caracteriza pela frase revolucionária, mas pela acção útil e necessária à Revolução» e esta acção, no próximo dia 25 de Abril, é o voto no PCP.

chantagem sobre o eleitorado, com a ameaça de entregar as alavancas do poder ao PPD, ao CDS e a outros partidos reacçãoários.

Não! Na actual correlação de forças políticas o PS não poderá governar sozinho, nem com o modelo de importação de um «governo à sueca». O voto do PCP nunca será dado sem ter voto na matéria. O PS também não passará, como diz, à oposição, se puder evitá-lo. O PS anseia governar e, para tal, estará sempre disposto a compartilhar o poder. A grande dúvida está em saber com quem fará partilhá-lo.

Para barrar o passo à direita, para garantir a maioria de esquerda que se impõe, importa pois que os trabalhadores socialistas exijam da Direcção do PS o compromisso inequívoco de aliança à esquerda, de aliança com o PCP para uma maioria de esquerda.

Uma votação maciça no PCP, o único voto seguro e certo nas nacionalizações, na Reforma Agrária, no Controlo Operário, numa Democracia avançada é a forma mais eficaz de exigir que o PS se volte para a esquerda, e não para a direita. O PCP é o único Partido de posições bem claras, o Partido da sólida garantia da maioria de esquerda e, com ela, a garantia de que a democracia portuguesa e as conquistas populares serão intransigentemente defendidas e alargadas.

Vital Moreira assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deputado à Assembleia Constituinte

No próximo dia 25 de Abril está em jogo também a nova Constituição Portuguesa, que nesse dia entra em vigor. O resultado das eleições pode ser decisivo para a defesa da Constituição e do regime democrático que ela consagra, aberto à construção do socialismo.

A direita reacçãoária não quer a Constituição. O CDS votou contra ela. O PPD aprovou-a mas com tantas reservas que deixou claro que não está disposto a respeitá-la e a cumprí-la. O PPM, o PDC e os grupelhos provocatórios que servilmente os acompanham não têm perdido ocasião para bolsarem insultos contra a Constituição.

Compreende-se que a direita reacçãoária não queira a Constituição. A Constituição reconhece e defende as liberdades democráticas — e o PPD e o CDS não querem as liberdades democráticas. A Constituição reconhece e defende os direitos dos trabalhadores — e o PPD e o CDS são partidos da grande

burguesia, são os partidos da CIP. A Constituição reconhece e defende as nacionalizações — e o PPD e o CDS querem devolver as empresas nacionalizadas aos banqueiros e aos capitalistas. A Constituição reconhece e defende a Reforma Agrária e os interesses dos pequenos e médios agricultores — e o PPD e o CDS são os partidos dos grandes agrários, são os partidos da CAP. A Constituição define e garante um regime democrático — e o PPD e o CDS são partidos reacçãoários.

Uma vitória eleitoral do CDS/PPD, um governo da direita reacçãoária, seria abrir caminho, a curto prazo, a um golpe de Estado contra a Constituição. A Constituição é um obstáculo a uma política de direita. A direita reacçãoária teria de liquidar a Constituição.

Nos seus aspectos essenciais, a Constituição foi feita por uma maioria de esquerda, com papel decisivo do PCP. Só uma maioria de esquerda com o PCP, só um governo de esquerda com o PCP pode defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Só uma maioria de esquerda, com o PCP, pode garantir a construção de um regime democrático estável, assegurar a ordem democrática e a paz, impedir o regresso ao fascismo, construir uma nova economia ao serviço dos trabalhadores e do povo, edificar um país democrático e socialista.

Carlos Aboim Inglês membro do CC e da DORL do PCP

Saudações calorosas para todos vós, companheiros, que viestes a este nosso grandioso comício para em conjunto afirmarmos uma mesma vontade unitária e uma mesma confiança inquebrantável nas forças, capacidades e destino do Portugal que trabalha, na vitória eleitoral das forças democráticas, na possibilidade de um governo de esquerda que há-de garantir em segurança a construção do futuro livre, democrático, independente, rumo ao socialismo, a que todos aspiramos para a nossa Pátria.

Dirijo-me especialmente a vós, homens, mulheres e jovens que pertencês a diversos partidos e agrupamentos da Esquerda não-comunista ou com eles simpatizais. Temos divergências ideológicas e políticas que não são de hoje e naturalmente não poderão apagar-se de um momento para outro. Os interesses de classe e as ideias a que damos corpo organizado podem implicar e implicam diferenças entre nós. Mas não só hoje como no passado, tanto nos tempos da luta antifascista como no decurso dos 2 anos da nossa revolução, nós encontramos-nos, dialogámos e lutámos também unidos. Aquilo que nos une é muito mais importante e deve ser muito mais forte do que as diferenças. E a experiência vivida por todos nós demonstra à evidência que, unidos na acção,

duplicamos as nossas forças, fomentamos uma ampla mobilização da força imensa das massas populares, contribuímos decisivamente para a vitória das forças democráticas, da independência nacional e do progresso social.

Nas eleições que se aproximam, cujo resultado será em grande medida decisivo para o futuro de Portugal, uma grande lucidez e sentido das responsabilidades se exige a todos os homens de esquerda. As eleições não resolvem tudo. Mas voltar as costas às eleições, não serve os trabalhadores e a liberdade, só serviria o grande capital e a reacção. Por isso é imperioso votar, e votar de modo eficaz. Votos dispersos, são votos perdidos. Pior do que perdidos: a dispersão do voto da esquerda ajudaria a eleger deputados da direita. Na conjuntura política concreta em que hoje se encontram as forças de esquerda, nós, comunistas, dizemos a todos vós, com profunda noção da responsabilidade que assumimos: no próximo dia 25, nas eleições para a Assembleia da República, o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda, só pode ser o voto no Partido Comunista Português.

Saudamos fraternalmente todos os democratas portugueses, homens de esquerda das mais variadas tendências, que no próximo domingo, ajudarão com o seu voto à vitória duma maioria de esquerda, que favoreça a criação dum governo de esquerda, com o qual possamos, todos, construir em comum o futuro de Portugal, rumo ao socialismo.

Maria Alda Nogueira membro suplente do CC e da DORL do PCP, deputada à Assembleia Constituinte

O PCP afirmou que a classe operária sozinha não pode construir o socialismo no nosso país.

O PCP sempre suplinhou a enorme e decisiva importância da aliança da classe operária com os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais para a construção dum Portugal democrático rumo ao socialismo.

O PCP sempre preconizou e conduziu uma política de defesa dos interesses das classes médias, vítimas, elas também, da política dos grandes monopolistas e seus governos. De tal maneira que podemos bem dizer que raras são as acções em defesa dos interesses e direitos das classes médias do nosso país que não tenham tido a participação activa dos

comunistas e do seu Partido.

No Programa Eleitoral do PCP pode ler-se: "O PCP defende o respeito pela iniciativa privada não-monopolista em amplos sectores da economia nacional e o apoio do Estado aos interesses e direitos dos pequenos e médios comerciantes e industriais, assim como de artesões..."

No que aos pequenos e médios agricultores respeita também no Programa Eleitoral se afirma: "O PCP opõe-se veementemente a quaisquer apropriações ou expropriações de terras de pequenos e médios agricultores" e "defende imediatas medidas que em todo o país respondam às reclamações dos pequenos e médios agricultores".

Por tudo isto, nós chamamos os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais, a votar no PCP pois fazendo-o votarão contra a recuperação do grande capital, votarão pela reconstrução e desenvolvimento da economia portuguesa, para bem do povo e do país.

Fernando Lopes Graça compositor e jornalista

Estamos, está o povo português em vésperas de um acontecimento dos mais vituosos da nossa história contemporânea, acaso de toda a nossa história: a eleição de deputados para a Assembleia da República, importante escalão no processo de democratização do País iniciada com a magnífica jornada de 25 de Abril de 1974, que derribou a ditadura fascista em Portugal. É já sabido que, não obstante todos os entraves que se lhe puzeram, ou tentaram pôr, a nova Constituição Portuguesa veio resultar um documento dos mais significativos dentre as leis fundamentais dos países que diligenciam encaminhar os povos para a realização da verdadeira democracia, que não pode ser senão a das mais amplas perspectivas socialistas — entendida a palavra socialismo no seu justo sentido e alcance. É sabido também que as grandes conquistas da Revolução Portuguesa, como sejam as nacionalizações e a reforma agrária, se acham salvaguardadas na nova lei fundamental do nosso país, que assim cumprirá à próxima Assembleia da República respeitar e fazer respeitar contra tudo o que se lhe possa opôr.

No entanto, se é certo que o acto cívico que vai decorrer no próximo dia 25, é, na sua significação, de uma importância capital para o futuro de um Portugal livre, independente, democrático e a caminho do socialismo, há que considerar que esse futuro não está automaticamente assegurado pela legalidade do próprio acto eleitoral e pela largueza de vistas da Constituição que nos vai reger. As forças da reacção, que são poderosas, não há que

desconhecê-lo, continuam activas e tudo tentará para travar o passo à Revolução. O Partido Comunista Português, pelo qual me honro de ser candidato à Assembleia da República, não tem deixado de alertar o povo português para os perigos que de todos os lados nos esperitam, fazendo do mesmo passo os mais veementes apelos para a unidade das forças progressistas, único garante da Democracia em Portugal.

Não se quer forçar a consciência de ninguém, aliando-a aarteiramente à prática de uma acto político que poderia deostrar das suas íntimas convicções. Mas se a consciência dos homens de letras, dos artistas, dos trabalhadores intelectuais que conheceram a miséria da sua situação durante a longa noite do fascismo em Portugal, que sabem o que, por toda a parte, representaram e representam as doutrinas e as práticas de força e prepotência que fazem do ser humano um jugo e uma vítima de interesses que escondem a sua verdadeira face debaixo de frases sonoras e vazias de sentido, se essa consciência, a consciência, repito, dos homens de letras, dos artistas, dos trabalhadores intelectuais portugueses, e a quem neste momento especialmente me dirijo, se encontra liberta de preconceitos, atenta às dramáticas realidades da nossa actual cena político-social, não será certamente exercer sobre eles violência a rogar-lhes que meditem fundamentalmente no acto eleitoral do próximo domingo e decidam no seu foro íntimo se é legítimo ou não outorgar a sua confiança ao partido que inulidivemente assume a posição mais consequente na defesa e promoção da democracia e do caminho para o Socialismo em Portugal: o Partido Comunista Português.

DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTO EM CENTENAS DE SESSÕES E COMÍCIOS NOS ÚLTIMOS DIAS DA CAMPANHA

Nos últimos dias, o PCP, prosseguindo a sua campanha de esclarecimento e divulgação, abordou por todo o país os temas do seu Programa Eleitoral e debruçou-se sobre muitos assuntos que interessam profundamente aos trabalhadores e a todo o povo. Têm sido, todos os dias, muitas dezenas de sessões e comícios, de que a seguir damos apenas um breve apanhado

«O passado e o presente do PCP constituem uma garantia real do nosso apego à liberdade, garantia que não é de palavras e propaganda demagógica, mas de acção de muitos milhares de comunistas que deram toda a sua vida para que a liberdade vivesse na nossa Pátria» — salientou o camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, durante o grandioso comício eleitoral que o nosso Partido levou a efeito no Salão dos Bombeiros, em Alverca.

Parante uma assistência entusiástica, que encheu por completo o recinto e que não cessou de se manifestar vibrantemente, gritando as palavras de ordem do Partido dos trabalhadores e os cânticos da Revolução, o camarada Carlos Aboim Inglês, referindo-se às conquistas do processo democrático começou por afirmar:

«Quando hoje ouvimos certos doutores de fala mansa, advoga-

por um dirigente socialista, afirmou: «Esse senhor está cego da ódio anticomunista, próprio de um renegado que é, e não vê que aquilo que nega está a fazer-se diariamente na vida e na luta dos trabalhadores. Nada poderá deter a vontade unitária de todos os que querem de facto o Socialismo. «Esse senhor quer fazer cegos os outros: o PS não vai obter a maioria, não pode pois governar sozinho e terá que se aliar, ou à esquerda ou à direita. O PS procura esconder essa verdade para caçar votos na escuridão. Votar assim, porém, é assinar um cheque em branco e pô-lo à mercê da mão lesta de qualquer falsificador bancário».

E mais adiante: «Semear os enganos fatais, ilusões sobre uma «posição democrática» a que se temeria o PS se vingasse — uma maioria CDS-PPD, alguns dirigentes so-

cialistas estão dispostos a recorrer à violência e ao crime para impor de novo o poder dos monopólios e dos imperialistas ao nosso povo.»

«Dia a dia se torna mais claro o carácter fascista e fascizante do CDS e do PPD», denunciou Angelo Veloso, membro do Comité Central e candidato do círculo do Porto, perante cerca de três mil militantes, simpatizantes e amigos do Partido Comunista Português da freguesia de S. Pedro da Cova, reunidos no campo de futebol para participarem num grandioso e vibrante comício de propaganda eleitoral do partido dos trabalhadores e da resistência ao fascismo, que com eles viveu lado a lado a vida de luta contra a fome, a miséria, a opressão e a exploração de que foram vítimas, durante as últimas décadas, os heróicos mineiros de S. Pedro da Cova que, consoante disse o responsável da DORN, «foram e

«Cada voto nos partidos reaccionários — acrescentou Albano Nunes — cada voto no CDS, no PPD, no PPM, no PDC e nos grupelhos provocatórios neonazis seus aliados é um voto contra a democracia, um voto contra as liberdades, um voto contra os trabalhadores, um voto na reacção e no fascismo».

Mais adiante, Albano Nunes referiu-se à actuação desses partidos reaccionários serventários do grande capital: «A direita reaccionária procura confundir e enganar o povo para se servir do seu voto. Ela, que por todas as formas semeia a intranquilidade e a violência, apresenta-se no entanto como guardiã da «ordem», da «tranquilidade», da «estabilidade», da «justiça social», tentando responsabilizar a esquerda e o PCP em particular pela desestabilização que provoca».

UM EXEMPLO DE IMPUNIDADE

«Quem deu ou vendeu as armas aos homens da Standard? Que é que confessou à PJ o terrorista Ribeiro da Silva? Quem deu ou vendeu as armas apanhadas em casa do Centeio? Que se apurou das complicitades na fuga dos pides de Alcoentre e de Barbieri?»

«A arrogância e a ousadia dos fascistas chega ao ponto do «Comércio do Porto» contactar uma fonte afecto ao MDLP e depois reproduzir um comunicado do Comando Operacional do MDLP. Quem apola e quem protege o «Comércio do Porto»? Quem está por detrás dos seus editoriais? Porque é evidente que está alguém por detrás do «Comércio do Porto». O «Comércio do Porto» insulta o Presidente da República, insulta altas figuras militares como o brigadeiro Charais, o brigadeiro Vasco Lourenço, etc. O «Comércio do Porto» divulga no dia seguinte o que se passou em reuniões do Conselho da Revolução! O «Comércio do Porto» contacta com o MDLP, entrevista terroristas, entrevista arcazeiros, etc. Chega a atacar a Constituição por demasiado progressiva! E ainda por cima, em plena campanha, faz propaganda eleitoral descarada contra o PC e o PS, a favor do PPD!»

«O «Comércio do Porto» serve como exemplo da arrogância e da impunidade das forças mais reaccionárias, das forças que apoiam os partidários de Spínola!»

«E o caso da «Stern» mostra bem quais são as intenções dos fascistas e seus aliados: destruir por um banho de sangue as forças da esquerda portuguesa, restaurar uma ditadura fascista terrorista. Não apenas contra os comunistas. Não é por acaso que Spínola declara sem ambiguidades que tratará os socialistas do mesmo modo. Isto é, liquidando-os fisicamente».

«Isto tudo mostra bem, que estas eleições não são uma mera forma de eleger mais ou menos deputados, de arranjar uns votos mais ou uns votos menos. O que se discute nestas eleições é, de facto, o futuro do nosso País. Do resultado destas eleições vão depender as instituições nacionais, as liberdades e a existência de todos nós!»



«Nestas eleições, sublinhou, ou ganha a esquerda ou ganha a direita».

A verificar-se a primeira alternativa teremos a consolidação das liberdades, uma política de defesa dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, a construção da democracia rumo ao socialismo (como está consignado na Constituição), a reorganização económica, uma economia planeada e o começo de uma economia rumo ao socialismo que irá acabar com a exploração do homem pelo homem. Teremos ainda, garantiu Carlos Costa, «uma política de Independência Nacional e de boas relações com

liberdades políticas) rumo ao fascismo; teremos uma política antioperária, e a defesa exclusiva do grande patronato, uma política de super exploração e miséria. Teremos, de novo, a política dos grémios, de defesa exclusiva dos grandes agrários, dos grandes senhoros e dos grandes Intermediários.

Teremos a recuperação capitalista que agudizará, ainda mais, a crise económica capitalista, afundará a economia no caos, provocará o desemprego generalizado e uma monstruosa subida de preços. O exemplo da recuperação

Cristal, no Porto, vários assuntos foram abordados pelos oradores, quase todos relacionados com os problemas que afectam a juventude portuguesa.

Encerrou o comício o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Depois de afirmar que na Constituinte ficou provado o que pode valer a aliança PC/PS, e que na Constituição estão consagradas as conquistas da nossa Revolução, disse: «Os que se opõem à Constituição são os que dizem (na TV) que o povo não pode suportar a atmosfera e que

publicadas por um vespertino, segundo o qual tudo separa comunistas e socialistas, disse que aquela linguagem não é de um socialista e tanto poderia ser de um CDS como de um PPD.

«Temos um programa eleitoral, claro e com soluções concretas — continuou o camarada Octávio Pato, mas não dizemos que o realizaremos sozinho. O nosso Programa aponta um caminho, aponta soluções, mas só será realizado pela acção, pela luta de todo o povo, com os comunistas à frente.»

«O PCP é o Partido da juventude» — disse mais adiante, recordando que na época fascista, o PCP esteve sempre na vanguarda da juventude e as organizações de vanguarda da juventude ou eram comunistas ou foram criadas com o apoio do PCP citando nomeadamente os casos da FJCP e do MUD juvenil.

«O futuro da juventude depende da própria juventude, depende da sua luta, da sua organização e unidade» — sublinhou, afirmando em seguida que a juventude tem sabido lutar e lutar cada vez melhor. A UJC e a UEC são as duas maiores e mais conhecidas organizações da juventude democrática e progressista, são destacamentos de vanguarda da juventude trabalhadora e estudantil. Mas só poderão ser verdadeiras vanguardas se souberem unir, mobilizar e organizar as grandes massas juvenis trabalhadoras.»

Pondo em destaque a finalizar as perspectivas abertas à juventude pelo 25 de Abril, salientou o muito que ainda falta realizar (direito ao trabalho, acesso ao ensino e à cultura, melhoria das condições de vida). A este respeito referiu Salgado Zenha, que afirma que a Revolução, «é perguntou: «Acaso já edificamos o socialismo que o próprio PS diz querer? Em que ficamos? Se dizemos que queremos o socialismo não podemos dizer que a Revolução já acabou.»



dos dos Champalimauds e dos Mellos, dizer que os trabalhadores e os comunistas são «antidemocráticos» e querem destruir as liberdades — nós respondemos que sabemos, demais qual era a «liberdade» dos patrões da CUF e dos Cimentos: a liberdade de explorar o povo sem freio e de o reprimir sem castigo — e essa antiliberdade dos «senhores» da reacção, nós não a queremos e estamos decididos a não permiti-la mais.

Ninguém mais que os trabalhadores e os comunistas está interessado nas mais amplas liberdades, ninguém lutou, luta e lutará mais pelas liberdades que os trabalhadores e os comunistas, pois as liberdades são-lhes vitais para caminharem avante na construção de uma vida melhor, para pôr fim, de uma vez para sempre à fonte e raiz de toda a opressão — a

cialistas passam sem vergonha e sem razão o diploma de «democratas» aos partidos da direita reaccionária que, se viessem a constituir governo, rumariam rapidamente para uma nova ditadura que esmagaria toda a oposição, incluindo o PS».

«O PCP não faz tais jogos escuros e, com a autoridade e responsabilidade de quem diz sempre a verdade aos trabalhadores e cumpre o que diz, afirma claramente:

Só uma larga e firme coligação de forças de esquerda, cívica e militar, poderá assegurar uma maioria democrática e permitir um Governo sólido, com capacidade para governar em segurança, no sentido progressista, respeitando e aplicando rigorosamente a Constituição, elaborada e aprovada pelos representantes

são ainda um exemplo valioso para toda a classe operária portuguesa».

«Sucessivos factos vêm revelando a ligação entre os terroristas do ELP-MDLP e os políticos do CDS e do PPD. O último número do jornal «Expresso» confessa e desmascara as ligações entre o MDLP, o PPD de Sá Carneiro e a CAP: terroristas, latifundiários e fascistas aparecem de mãos dadas a conspirar contra a liberdade. E não se venha dizer que o «Expresso» de Pinto Balsemão é manejado pelos comunistas.

«Mas não é só. Por todo o lado, nas acções terroristas e nas violências aparecem homens do CDS e do PPD. Nos incêndios, nos atentados, nos espancamentos. O que verdadeiramente escandaliza é a impunidade e o silêncio que sistematicamente tomba sobre os factos e os criminosos. Como é possível acreditar que a polícia e as autoridades nada sabem sobre nenhum das centenas de atentados já sofridos? Como é que é possível acreditar que se prendam criminosos e gatunos com armas de guerra e a polícia nada consiga apurar sobre os fornecedores de armas?»

O QUE INTERESSA AOS TRABALHADORES

«O PCP não é, nem nunca foi, um Partido eleitoralista. O PCP não encara as eleições na perspectiva mesquinha, eleitoralista e irresponsável de certos dirigentes que, dizendo-se pluralistas, sonham afinal governar sózinhos, muito embora saibam bem que não vão ter para isso a maioria necessária. O PCP é um partido revolucionário, coloca acima de tudo o que interessa aos trabalhadores, o que interessa à revolução», afirmou o camarada Albano Nunes, membro suplente do CC do PCP, no decorrer do Comício realizado na Damaia.

Prosseguindo a sua intervenção, salientou: «E o que interessa à revolução e está ao alcance das forças democráticas é uma maioria e um governo de esquerda, o que só é possível com o PCP e uma grande votação no PCP. O que interessa à revolução é a aliança das forças democráticas e patrióticas, cívicas e militares, para derrotar a reacção e defender as conquistas revolucionárias já alcançadas».

O ÚNICO VOTO SEGURO E CERTO

«Não podemos, neste momento, confundir a massa dos socialistas que quer a unidade com os comunistas com alguns dirigentes do PS que a não querem. Porém, como os votos são para os dirigentes, nós dizemos: para uma maioria de esquerda de que saia uma Assembleia de esquerda, um Governo de esquerda e uma política de esquerda. O único voto seguro e certo é o voto no PCP. Votando no Partido Comunista Português a esquerda terá a maioria nas próximas eleições», afirmou Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, no discurso de encerramento do comício eleitoral promovido pelo Partido Comunista Português no cinema da S. Mamede de Infesta com a participação entusiástica de mais de 500 pessoas.



exploração do homem pelo homem. A liberdade e a democracia não são para nós um «jogo», como alguns democratas de salão ou conselho de administração lhe chamam, cujas «regras» são a batota burguesa, a manipulação e os cordelinhos imperialistas, interesses estranhos ao Povo e à Nação. Esse não é um jogo limpo. As liberdades e a democracia para os trabalhadores são uma questão vital para vencerem na luta contra a exploração, por isso defenderão as liberdades com toda a energia».

O RECURSO À VIOLÊNCIA

«Os factos mostram que, por um lado, as forças reaccionárias são capazes de recorrer a tudo para impor a sua vontade. Mostram, por outro lado, que os reaccionários temem a democracia e temem as eleições. Mostram ainda que os

A CEGUEIRA ANTICOMUNISTA

Numa breve análise à actuação do PS é a afirmação («...ou seja cegunho...») feita recentemente

de ALVARO CUNHAL

Novamente à venda

A Superioridade Moral dos Comunistas

1.ª edição: 50 000 ex. — 2.ª edição: 25 000 ex.

A VENDA NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIÇÃO:

CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA



ÁLVARO CUNHAL NO ALENTEJO

Mais de uma dezena de comícios com a participação do camarada Álvaro Cunhal demonstraram a firmeza e determinação dos trabalhadores alentejanos na defesa das conquistas do 25 de Abril

Depois das grandiosas jornadas no Norte, em que dezenas de milhares de comunistas e amigos do nosso Partido participaram em comícios e sessões a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, coube agora a vez ao Sul de ser visitado pelo secretário-geral do PCP. No sábado e no domingo, numerosas localidades viveram horas inesquecíveis de determinação e confiança no futuro democrático e socialista de Portugal, e na pessoa do camarada Álvaro Cunhal saudaram a firmeza do PCP na vanguarda da luta por um futuro para o nosso país sem exploração do homem pelo homem.

Ao longo das estradas, saudando a sua passagem ou nos breves comícios realizados nas diversas povoações, o camarada Álvaro Cunhal viu-se envolvido numa onda irremprível de entusiasmo e vibração, de fé inquebrantável no nosso Partido e na democracia. Muitas dezenas de milhares de comunistas, de homens e mulheres sem partido ou de outras organizações, manifestaram a sua confiança na possibilidade de uma maioria de esquerda saída das próximas eleições, só possível através de uma grande votação no Partido Comunista Português.

À chegada ao Torrão, do camarada Álvaro Cunhal, mais de milhar e meio de militantes e simpatizantes do PCP, bem como trabalhadores da região, comprimiam-se na praça onde se realizou um minicomício.

O camarada Álvaro Cunhal, num breve improviso, depois de saudar os trabalhadores e povo do Torrão, expôs os traços fundamentais que caracterizam a política do PCP, detalhando em especial as questões referentes à Reforma Agrária.

Referindo-se em seguida ao actual período eleitoral focou a necessidade da obtenção de uma maioria de esquerda para a concretização de uma forte barreira que se oponha às forças conservadoras e reaccionárias.

Por entre alas compactas de povo do Torrão, o camarada Álvaro Cunhal visitou ainda o centro de trabalho do nosso Partido.

EM FERREIRA DO ALENTEJO

A paragem seguinte seria em Ferreira do Alentejo, para onde, havia já longo tempo, tinham confluido trabalhadores, pequenos e médios agricultores e muitas mulheres da região.

Foi perante mais de dois milhares de militantes e simpatizantes do nosso Partido, que se realizou mais um comício.

Comçou por usar da palavra José Guerreiro, da Comissão Concelhia da UJC, que, depois de saudar os presentes e apelar para uma acção de unidade contra o fascismo e o capitalismo, mencionou as conquistas fundamentais alcançadas pelo Povo Português em aliança com o MFA, como as nacionalizações e a Reforma Agrária, afirmou em dada altura: «Após o 25 de Novembro os grandes agrários passam à ofensiva, organizam plénários reaccionários, nos quais constam a Reforma Agrária e todas as conquistas fundamentais da juventude e de todos os trabalhadores».

Falando em seguida um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da região, realçou, num brilhante improviso, a disposição de não deixar recuar «um milímetro que seja» o processo da Reforma Agrária no nosso País.

Usou então da palavra o camarada Álvaro Cunhal que, ao referir-se em dado passo às acusações feitas aos comunistas de não quererem as liberdades, afirmou: «Ninguém mais do que os comunistas se mostrou capaz de lutar pelas liberdades; no tempo do fascismo onde estavam os lutadores pelas liberdades? Quem é que arriscava a liberdade e a vida pelas liberdades do povo? Ninguém mais do que os comunistas».

E depois do 25 de Abril quem é que defendeu as liberdades contra os ataques da reacção?

Desde o 25 de Abril, que temos sido nós, os comunistas, que juntamente com outros democratas, com os militares, nos momentos difíceis, temos procurado defender a nossa democracia das ameaças da reacção.

E em relação ao futuro eu considero que temos dado garantias ao nosso povo de que somos capazes de lutar pelas liberdades, quaisquer que sejam as condições».

No caminho para o objectivo seguinte, teve o camarada Álvaro Cunhal de fazer uma paragem em Ervidel, onde centenas de trabalhadores aos gritos de «PCP» do cimo dos seus tractores e atrelados, queriam saudar o líder do nosso camarada o Partido Comunista Português.

Feita a paragem, Álvaro Cunhal saudou os trabalhadores presentes e dirigiu algumas palavras de confiança.

EM ALJUSTREL

A chegada a Aljustrel foi efusivamente saudada pelos milhares de trabalhadores rurais e mineiros que se comprimiam no largo onde se desenrolou o comício.

Maria do Rosário, da UJC de Aljustrel, saudou o camarada Álvaro Cunhal e através dele o Comité Central, as organizações do Partido, as organizações democráticas e todos os presentes.

Comearia por se referir à acção desenvolvida pela direita reaccionária e, ao seu medo perante o avanço da organização e fortificação do movimento popular de massas, e ainda à aliança feita pelos partidos burgueses com os grupos provocatórios, que está condenada à derrota e ao fracasso, como aconteceu em Beja.

A certo passo da sua intervenção afirmou: «Não fora a grande implantação do nosso Partido nas massas trabalhadoras, e hoje, no nosso distrito, as liberdades democráticas estariam ameaçadas».

Acabou apelando para a vigilância revolucionária de todos os militantes do PCP até ao dia das eleições e depois delas.

Falando em seguida o camarada Álvaro Cunhal, depois de traçar o quadro da actual situação política e ao referir-se ao próximo acto eleitoral e às condições existentes para a sua efectivação ao local de acção do nosso Partido, afirmou:

«Podéis estar certos que mesmo nos distritos onde a luta é mais difícil e onde há poder local reaccionário, mesmo aí os nossos camaradas continuam corajosamente a batalha eleitoral, como é o caso da Madeira, dos Açores, nos próprios distritos norteños mais difíceis ocupados pela reacção, muitas vezes defrontando ameaças da intervenção de bandidos

fascistas, mas de qualquer forma conduzindo a nossa actividade política no sentido de travar o caminho à reacção e impedir a grande maioria de direita, que no norte certamente em alguns distritos a reacção vai conseguir dada a situação antidemocrática».

Falando ainda sobre um problema que affige em especial os trabalhadores mineiros de Aljustrel, como é o caso do Contrato Colectivo de Trabalho, Álvaro Cunhal referiu ainda a necessidade da união de todos os trabalhadores em torno de objectivos comuns, e da definição em cada momento das formas de luta mais adequadas em cada situação.

Perante as mais de seis milhares de pessoas presentes, o camarada Álvaro Cunhal apelaria em seguida a uma grande e maciça votação no voto seguro, no voto PCP.

EM CASTRO VERDE

Foi em Castro Verde que o nosso camarada se viu obrigado pelas massas que correram a aplaudi-lo, a atravessar a vila no meio de manifestações de alegria das largas centenas de militantes e simpatizantes do PCP que se juntaram num campo fronteiro à vila para ouvir a palavra do nosso Partido.

Depois de José Mota, da organização distrital de Beja, ter falado, usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, que se referiu em especial ao processo da Reforma Agrária, bem como aos ataques que lhe são dirigidos, ainda antes das eleições, afirmando: «Há medidas que já estão a pôr em causa cooperativas e herdades colectivas; isto quer dizer que mesmo sem uma vitória nas eleições do CDS e PPD, um governo constituído apenas pelo PS e pelo PPD, governo onde há militares que nós consideramos militares progressistas, e há comunistas que procuram travar ao máximo as medidas do Governo, e mesmo assim nesta altura, esta ofensiva foi tornada oficial contra a Reforma Agrária».

Se se formar na Assembleia da República uma maioria PPD-PS, com os comunistas fora, seria formado um governo de direita e, então, os perigos seriam muito maiores para a Reforma Agrária.

EM ODEMIRA

Mais de cinco milhares de trabalhadores, mulheres, povo de Odemira, no geral, aclamou o camarada Álvaro Cunhal à sua chegada.

Anteriormente, o camarada Miguel Urbano Rodrigues havia usado da palavra, para contrapor a política prometida pelo PCP nas anteriores eleições e a executada, e o prometido pelos outros partidos e o que na realidade sucedeu.

Referiu a propósito Miguel Urbano, que alguns partidos foram a Odemira prometer mundos e fundos no campo da saúde, mas que foi o nosso Partido que na realidade levou a cabo uma acção sanitária naquela região.

Em seguida o camarada Álvaro Cunhal, ao dar resposta às calúnias e provocações feitas ao PCP afirmou: «Há reaccionários em muitas regiões do Norte que afirmam: «se vierem os comunistas roubam-vos as terras...»

«Mas também dizem outras coisas: «se vêm os comunistas roubam-vos os filhos, roubam-vos as mulheres, roubam-vos as casas e vão matar os velhos...»

«Sobre isso de dizerem que vão matar os filhos, dizem que os velhos não podem trabalhar e que os comunistas matam quem não pode trabalhar».

«Quando a velhos e quanto a crianças, nós, os comunistas, também temos uma palavra a dizer».

«Quem é que condenou os velhos trabalhadores a quando chegarem à velhice a terem que ir



para as estradas pedir esmola?

«Foram os comunistas, ou foram os grandes agrários?»

«E em relação às crianças, certamente sabeis que era a vida de explorados dos seus pais, que passavam muitos meses de desemprego no Inverno porque as terras estavam por cultivar, que os agrários não lhes davam trabalho, porque estavam apenas a viver da cortiça sem que procurassem cultivar as terras».

«E por todas essas razões que as crianças atravessaram muitas dificuldades».

«Nem o fascismo nem os agrários, nunca tiveram cuidado de abrir escolas, e ainda hoje para que muitas crianças frequentem escolas quantas aldeias não há aí assim, em que as crianças ou não frequentam as escolas ou têm que se deslocar quilómetros e quilómetros para frequentarem uma escola».

«Quando a crianças, eles dizem que nós queremos roubar crianças. O que nós queremos é assegurar às crianças o bem-estar para que não haja crianças famintas, nem crianças descalças, nem crianças mal vestidas nem crianças sem escola».

«Queremos assegurar pensões aos velhos para que vivam com todo o conforto de uma vida inteira de trabalho».

NO CERCAL E EM SINES

O auxílio e solidariedade dos países socialistas, e dos trabalhadores portugueses para com a Reforma Agrária, constituíram o ponto principal da alocução do camarada Álvaro Cunhal à sua passagem pelo Cercal, perante mais de dois milhares de militantes e simpatizantes do nosso Partido.

Antes do fim desta jornada ainda passaria Álvaro Cunhal pela vila piscatória de Sines, onde foi recebido por uma multidão que se aglomerava no largo onde o nosso camarada dirigiu algumas palavras no essencial ligadas ao actual processo eleitoral, apelando ao voto para uma larga maioria de esquerda que possibilite um governo para a defesa das conquistas fundamentais do nosso povo.

«Há muitos socialistas que não estão satisfeitos com a política anticomunista dos seus dirigentes. Todos os dias falamos com socialistas que nos dizem: 'nós pensamos que é necessário uma aliança com o Partido Comunista, e que é necessário romper uma aliança com os partidos reaccionários como o CDS e o PPD».

«Mas para que isso se torne possível é necessário que haja uma forte representação do PCP na Assembleia da República. Se não tivermos uma fonte de representação será muito difícil que o Partido Socialista, mesmo com a pressão dos seus militantes, se decida por uma aliança à esquerda».

«Se a nossa representação não fosse grande, haveria a aliança à direita, com o PPD e o CDS».

«Dai o dizermos que o voto no PCP é o voto seguro e certo».

EM GRÂNDOLA

Em Grândola efectuou-se um comício onde uma assistência de seis milhares de pessoas escutou atentamente a palavra do Partido Comunista Português.

Começou por falar o camarada candidato do distrito de Setúbal, Cândido Matos Gago, que saudou todos os membros do Partido presentes no comício, e todas as forças progressistas de Grândola, dizendo a respeito destas:

«Integro todos aqueles que, livres de qualquer interesse pessoal, estão dispostos a sacrificar o individual ao colectivo, em suma, em avançar em passos largos para uma Grândola socialista».

Referiu-se em seguida às carências de Grândola, chamando a atenção para o muito trabalho ainda a desenvolver, nomeadamente no capítulo da Reforma Agrária, salientando que Grândola tem 14 cooperativas agrícolas já a funcionar e que outras brevemente serão formadas e começarão a produzir.

Quatro dos problemas que afecta Grândola é o problema dos pescadores, que têm sido vítimas de entradas de todos os lados para que não se organizem em cooperativas.

Matos Gago, depois de fazer um apelo às forças progressistas de Grândola para colaborar com os trabalhadores da terra e do mar, frisou o exemplo da cooperativa corticeira Militão Ribeiro, que espera sirva de exemplo para a criação de várias cooperativas de consumo.

Passou a fazer a descrição dos diversos problemas que afectam a região, nomeadamente no capítulo da educação e desporto, na assistência à terceira idade, na falta de ocupação de tempos livres e da medicina, citando a propósito desta última: «Equipas de médicos progressistas que, deslocando-se por este País fora vêm a sua acção dificultada pela reacção e o caciquismo».

Terminou fazendo um apelo aos habitantes de Grândola para uma grande votação no PCP, para uma demonstração clara da vontade das massas trabalhadoras de uma maioria de esquerda na Assembleia da República.

Falando em seguida, o camarada Álvaro Cunhal, detalhou demoradamente a visita que acabava de realizar, lembrando o entusiasmo, a força encontrada, por onde havia passado.

Ao referir-se ao actual momento político chamou a atenção para o facto de a direita procurar, cada vez mais, entrar e virar a seu favor o processo.

Falando em seguida sobre o processo eleitoral e actual política do PS afirmou:

«Eu estou convencido que há aqui uma dezena de socialistas. Estou convencido que têm informações com eles, de que há

companheiros que detendem uma política de aliança com o Partido Comunista».

«Há muitos socialistas que não estão satisfeitos com a política anticomunista dos seus dirigentes. Todos os dias falamos com socialistas que nos dizem: 'nós pensamos que é necessário uma aliança com o Partido Comunista, e que é necessário romper uma aliança com os partidos reaccionários como o CDS e o PPD».

«Mas para que isso se torne possível é necessário que haja uma forte representação do PCP na Assembleia da República. Se não tivermos uma fonte de representação será muito difícil que o Partido Socialista, mesmo com a pressão dos seus militantes, se decida por uma aliança à esquerda».

«Se a nossa representação não fosse grande, haveria a aliança à direita, com o PPD e o CDS».

«Dai o dizermos que o voto no PCP é o voto seguro e certo».

EM CAMPO MAIOR

Ontem, Campo Maior foi a primeira paragem numa série de curtos comícios, no Alentejo, que terminou ao fim da tarde em Vendas Novas. Aviz e Arraiolos foram também etapas dessa viagem de esclarecimento e divulgação dos objectivos do PCP. Por todo o lado, apesar da chuva que caiu durante todo o dia, a palavra do nosso Partido foi escutada por milhares de trabalhadores empenhados em alcançar uma maioria de esquerda nas eleições do próximo domingo.

O secretário-geral do PCP chegou a Campo Maior por volta do meio dia, acompanhado pelo camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do PCP e candidato por Portalegre. A multidão que seguia-o a pé, debaixo de chuva, até ao local do comício que se realizou ao ar livre: «O povo está na rua porque a luta continua». Estas e outras palavras de ordem de unidade e de saudação ao Partido pontuaram a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que se demorou nos objectivos principais do Programa Eleitoral do PCP, com incidência especial nos problemas da Reforma Agrária.

Antes de iniciada a sessão, a que presidiram todos os membros da Comissão Concelhia de Campo Maior, o nosso Partido foi alvo de provas entusiásticas de adesão, tendo o camarada Álvaro Cunhal recebido dezenas de ramos de flores, bem como recordações de arte popular, que farão parte do museu do nosso Partido.

«Não há socialismo sem Reforma Agrária» foi uma das afirmações mais ouvidas no comício. A essa palavra de ordem o camarada Álvaro Cunhal, que falou de improviso como em todas as sessões de ontem, acrescentaria que seremos capazes de defender a Reforma Agrária e a democracia.

Depois de abordados outros aspectos da luta de massas e do nosso Partido, com incidência especial no momento que vivemos, e na necessidade absoluta de alcançar, através do voto seguro e certo no PCP, uma maioria de esquerda na Assembleia da República, o secretário-geral do PCP referiu-se ainda a outras

questões relacionadas com a cultura e a instrução para os filhos dos trabalhadores e a independência nacional.

EM AVIZ

Aviz foi a etapa seguinte. Na praça da Câmara milhares de pessoas, sob um violento aguaceiro, ouviram primeiramente o camarada António Gervásio, que falou demoradamente sobre a Reforma Agrária, referindo dados concretos sobre a actuação exemplar dos trabalhadores na defesa e avanço dessa realização imprescindível à consolidação da democracia.

Reafirmando que a «lei da Reforma Agrária deve ser cumprida», o camarada António Gervásio lembrou que há ainda terras com centenas de hectares que estão incultas por deficiências na aplicação da lei, e, como o camarada Álvaro Cunhal já o fizera anteriormente, protestou, apoiado unanimemente pelos trabalhadores, contra a actuação do Ministério da Agricultura, e contra a suspensão arbitrária do camarada Vítor Louro, do seu cargo de secretário de Estado da Estruturação Agrária.

Antes de o camarada Álvaro Cunhal usar da palavra, intervieram ainda a camarada Maria das Dóres e o camarada José Silva, candidatos do nosso Partido por Portalegre, que focaram aspectos relativos ao voto das mulheres e dos jovens trabalhadores e estudantes.

O secretário-geral do PCP frisou, como já o fizera em Campo Maior, que o nosso Partido não só defende a Reforma Agrária como os pequenos e médios agricultores e lembrou que os trabalhadores das cooperativas e herdades colectivas ajudam esses proprietários de pequenas parcelas, bem como os seareiros e outros trabalhadores sem terra.

Recebidos, como em todo o lado com provas de grande afecto, os camaradas Álvaro Cunhal e António Gervásio saíram de Aviz sob aplausos intermináveis e prolongadas saudações ao nosso Partido.

EM ARRAIOS

Seguiu-se o comício em Arraiolos. Estavam presentes os camaradas candidatos pelo distrito de Évora: Manuel Gusmão, José Manuel Jara, Dinis Miranda, Raúl Luís Rodrigues, Custódio Gíngão, Diamantino Dias e o candidato independente Paulo Lencastre. Todos foram saudados com entusiasmo pela multidão que se aglomerava na Praça Lima e Brito.

Usou da palavra o secretário-geral do PCP, sob uma onda de gritos de «unidade, unidade» (objectivo bem sublinhado em todos os comícios), o camarada Álvaro Cunhal salientou, mais uma vez, a importância de que se revestem as eleições do próximo domingo, como forma de luta ao lado de outras formas de luta. Reafirmando a necessidade do voto certo e seguro de todos os trabalhadores, acrescentou que ninguém deve ficar em casa nesses dias e que a campanha do nosso Partido não se limita às sessões públicas, mas se prolonga e deve continuar a prolongar-se, em casa, junto dos

familiares, nos locais de trabalho, nos campos e nas fábricas, em todos os sítios onde haja um trabalhador enganado, mal esclarecido ou mal informado sobre a necessidade de obter nas urnas uma maioria de esquerda e um governo de esquerda para o nosso país.

Focou depois a questão das alianças com outros partidos, nomeadamente com o PS, cujas bases se manifestam claramente, em muitos locais, pela urgência da unidade dos trabalhadores se fortalecer, designadamente através de um voto seguro e certo pela democracia, para bater a direita reaccionária e a ameaça de regresso ao fascismo.

Criticando novamente a direcção do PS pela recusa em tomar uma posição definida na sua política de alianças, pois nenhum partido obterá por si só a maioria necessária para governar sozinho, o camarada Álvaro Cunhal salientou que o nosso Partido, embora seja já um grande Partido, precisa de muitos mais trabalhadores a apoiá-lo e frisou bem, sob as palavras de ordem de «unidade, unidade», vindas da multidão, que há muitos homens, mulheres e jovens, que não estando filiados no PCP têm confiança nos comunistas.

O comício de Arraiolos terminou com um vibrante apelo à unidade e ao seu constante fortalecimento perante os perigos que ameaçam a democracia e as conquistas dos trabalhadores a caminho de «uma sociedade onde todos os homens tenham direito ao fruto do seu trabalho» — palavras do camarada Álvaro Cunhal, saudadas com grande entusiasmo por todos os trabalhadores, entre os quais tinham grande representação os jovens de ambos os sexos.

VENDAS NOVAS

Partiu-se para Vendas Novas. O campo do «Estrela» encheu-se com muitos milhares de trabalhadores, a quem foram apresentados os candidatos do nosso Partido pelo distrito de Évora. Como noutros comícios desse dia, estavam presentes as cooperativas e as herdades colectivas. Estava presente também a estima pelo PCP e pelos seus dirigentes, que se manifestou logo de início na oferta de grandes ramos de flores e de objectos de arte popular.

Falou, em primeiro lugar, o candidato independente Paulo Lencastre, que explicou as razões da sua candidatura pelo nosso Partido, fazendo larga referência à unidade que deve presidir a todas as lutas dos trabalhadores e aos numerosos apelos a alianças com forças progressistas que o PCP tem feito.

«Não podemos enfrentar a direita unida com uma esquerda dividida», disse, a dado passo da sua intervenção, acentuando que há 20 candidatos independentes nas listas do PCP para a Assembleia da República.

Na qualidade de médico, Paulo Lencastre, referindo-se à necessidade de derrotar o grande capital, usou uma imagem viva e muito apreciada pelos trabalhadores. Disse que «o capitalismo é a doença, o socialismo a convalescença, o comunismo a cura». Mas, «quando a doença é muito longa — acrescentou — a convalescença também o é».

A intervenção de Paulo Lencastre desencadeou uma onda de palavras de ordem de «unidade, unidade», ritmadas durante muito tempo pela assistência. Sobre a necessidade de não desperdiçar os votos dos trabalhadores, o candidato independente por Évora diria que, no ano passado, o MDP obteve, nas eleições para a Constituinte, 250 mil votos, com os quais elegeu apenas 5 candidatos (50.000 votos por candidato), enquanto que o CDS elegeu os seus deputados com uma média de 19 mil votos por cada um. «Não basta votar à esquerda — realçou — é preciso votar com utilidade».

O camarada Custódio Gíngão, trabalhador agrícola e candidato pelo mesmo distrito, falou a seguir sobre a Reforma Agrária e a necessidade de a defender em todas as circunstâncias. Citou números e referiu elementos concretos. Disse nomeadamente, que, no Concelho de Montemor-o-Novo, a sementeira de trigo aumentou de 900 mil para 1800 mil quilos do ano findo para este. Referiu-se ainda aos aumentos de salários proporcionados aos trabalhadores agrícolas pela Reforma Agrária, conquista que é preciso vigiar constantemente contra as ameaças e os perigos reais de sabotagem, pois já para o próximo Verão os reaccionários e fascistas falam em incendiar searas. «Ninguém queimará nenhuma seara», afirmou.

A finalizar e referindo-se à necessidade do voto seguro e certo no próximo domingo, o camarada Custódio Gíngão lembrou que, se não soubermos fazer a cruzinha no sítio adequado do boletim de voto, corremos o risco de ter de vir a trazer às costas uma cruz muito grande.

Na sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal lembrou, por sua vez, que é preciso saber em que futuro se vota, pois não se trata de escolher homens, mas uma política que sirva o futuro dos trabalhadores e não dos grandes agrários e monopolistas, contra os quais se dirige a nossa política, a política do PCP.



O grande comício em Aljustrel

ALENTEJO, BALUARTE DA LIBERDADE



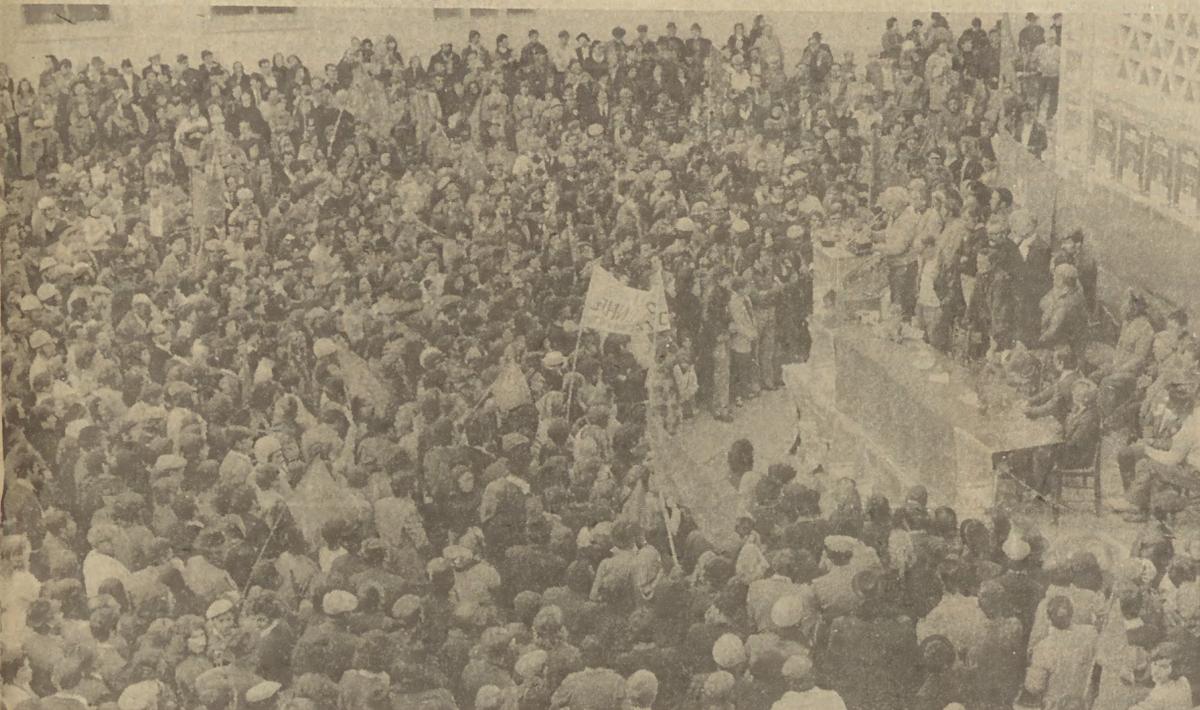
Em Torrão



Em Ferreira



Em Ervidel



Em Odemira



Em Castro Verde



Em Grândola



Em Campo Maior



Em Avís



Em Arraiolos



Em Vendas Novas

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

PORTUGUESAS! PORTUGUESES!

No próximo dia 25 de Abril, o povo português vai ser chamado a tomar decisões de grandes consequências para a sua vida e para o futuro de Portugal.

Assegurar uma maioria de esquerda está ao alcance de todo trabalhador

Todos os portugueses que sofreram o fascismo mas puderam ver a luz da liberdade nestes dois anos devem ter consciência do que significaria uma vitória da direita e da reacção, uma vitória do PPD, CDS, PDC e PPM, nas próximas eleições.

As liberdades e as outras conquistas da Revolução seriam postas em causa. Acelerar-se-ia a exploração dos trabalhadores. Os salários seriam congelados e os preços aumentados. Os pequenos e médios agricultores seriam mantidos numa vida sem esperança, de miséria e dificuldades. O movimento sindical e todas as formas de organização popular seriam atacadas. Cresceria a humilhante submissão da nossa Pátria ao imperialismo. Que ninguém tenha ilusões. Um governo de direita não hesitaria em abafar pela repressão as justas reclamações e protestos populares, abrindo rapidamente caminho à instauração de uma nova ditadura.

Um governo de direita entraria imediatamente em choque com a **Constituição** democrática e progressista que resultou da vontade popular, que é apoiada pelas forças de esquerda e que as Forças Armadas já declararam solenemente defender e estar dispostas a fazer respeitar. Um governo de direita significaria, também por isso, a abertura de um período de gravíssimas tensões políticas e sociais e de perigosas convulsões, em tudo opostas aos desejos do povo português de ver respeitada a ordem democrática, assegurada a estabilidade de vida colectiva e defendidas a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.

Mas se todo o povo trabalhador votar e votar bem, **os partidos da direita reacçãoária serão derrotados.**

Uma maioria de esquerda é a garantia da paz da democracia e do progresso do nosso povo

Só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda, com o PCP, pode assegurar a intransigente defesa e o fiel cumprimento da **Constituição**, garantindo assim o feliz e pacífico desenvolvimento do processo democrático a caminho do socialismo.

Só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda defenderão os interesses dos trabalhadores e de todo o povo laborioso, consolidarão as grandes conquistas da Revolução — **nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário**. Só uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda poderão impedir a recuperação da economia pelos grandes capitalistas e agrários, assegurarão as **liberdades**, combaterão sem tréguas a anarquia, a violência e o terrorismo e garantirão a política de **independência nacional** exigida pelos sentimentos patrióticos dos portugueses.

O voto no PCP é o voto seguro e certo para uma maioria de esquerda

Nas próximas eleições, seguramente que nenhum partido, por si só, terá a maioria dos votos. Por isso, nenhum partido poderá governar sozinho sem alianças com outros partidos. As pretensões que o Partido Socialista manifesta de constituir governo sozinho não têm qualquer base real.

Os trabalhadores, os democratas e antifascistas não sabem em relação ao PS se os seus votos vão servir para dar corpo a uma aliança do PS com a direita, ou para fortalecer uma aliança do PS à esquerda, com PCP. O voto no PS não é, pois, nem um voto claro, nem seguro, nem certo.

Mas uma grande votação no PCP poderá certamente impedir que o PS prossiga uma política de congelamento de salários, de aumento de preços e de recuperação de empresas pelos grandes capitalistas sabotadores, que é o resultado da sua aliança com o PPD no VI Governo.

Uma grande votação no PCP poderá certamente criar as condições para formar um governo de esquerda com o PCP, com uma política democrática coerente, de defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

Votar no PCP é votar na unidade das forças democráticas e patrióticas

A justa compreensão das repercussões dos resultados das próximas eleições gerou um vasto movimento de apoio popular a uma maioria de esquerda. Uma grande corrente de opinião, abrangendo milhares e milhares de democratas sem partido e doutros partidos, de firmes combatentes antifascistas e sinceros patriotas, afirma-se pela maioria de esquerda e por um governo de esquerda, com o PCP, como condição essencial para consolidar o regime democrático a caminho do socialismo.

O PCP saúda todos os democratas que, não sendo comunistas, estão dispostos, com entusiasmo e confiança, a fortalecer a votação do PCP, e sublinha o grande significado e alta importância da sua atitude na luta pela liberdade e a democracia.

O PCP saberá, como sempre, honrar essa confiança e manterá a política unitária que é timbre do seu passado e do seu presente e que é também uma forte exigência da própria defesa da Revolução.

PORTUGUESAS! PORTUGUESES!

Está nas vossas mãos a sorte desta grande batalha pela liberdade, pela democracia, pelo bem-estar do povo português, pelo progresso do país.

Nenhum democrata, nenhum antifascista, nenhum patriota se deve abster.

Nenhum voto pela liberdade, nenhum voto contra a direita e contra o regresso do fascismo, se deve perder.

Também por isso, a dispersão dos votos de esquerda nos pequenos partidos de esquerda e organizações esquerdistas conduziria à perda de votos. O PCP apela a todos os democratas para que, votando certo, evitem a possibilidade de se formar uma maioria de direita apenas porque duas ou três centenas de milhares de votos de esquerda se perderam.

O voto no PCP é o voto útil, seguro e certo pela liberdade, a democracia e o socialismo.

Uma grande votação no PCP, o Partido da verdade, da esperança e do futuro, é a forma útil, segura e certa de os portugueses afirmarem, dois anos passados, que a Revolução iniciada em 25 de Abril não morrerá às mãos da direita e da reacção e que a sociedade próspera, feliz e sem exploração por que aspiram será alcançada.

Se o povo trabalhador quiser, será certa a vitória da esquerda, a maioria de esquerda e o Governo de esquerda com o PCP!

21 de Abril de 1976

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A FORÇA E A ORGANIZAÇÃO DO PCP NUMA CAMPANHA COM OS TRABALHADORES

Grande número de sessões. Intensa participação. Diálogo aberto com todos os trabalhadores. Esclarecimento e verdade contra a calúnia e a provocação

Termina amanhã a campanha eleitoral para a Assembleia da República. Numa média de 150 sessões e comícios diários, em que predominaram o esclarecimento e o diálogo entre comunistas e não comunistas, o PCP esteve presente e foi ouvido em todo o país. Desde as aldeias às pequenas e grandes cidades, nas praças das vilas, nas sociedades e clubes recreativos, nas cooperativas, nas herdades colectivas, em todo o lado onde o nosso Partido está organizado e fomenta a organização, ali se ouviu a palavra firme e verdadeira dos comunistas, contribuindo para fortalecer o movimento operário e popular e por ele sendo fortalecidos, numa troca permanente de sangue vivo e circulante.

Números e outros dados concretos, revelam que a campanha eleitoral do PCP serviu para revitalizar as artérias da revolução e do processo democrático rumo ao socialismo. Centenas de milhares de pessoas contactaram conosco, muitas delas pela primeira vez. Em todos os dias da campanha, foi intensa a troca de pontos de vista. Nas sessões de esclarecimento, que predominaram largamente sobre os comícios, não houve nenhuma barreira a separar comunistas de não comunistas. O diálogo foi sempre possível. Os interesses coincidem entre trabalhadores e entre estes e outras camadas da população explorada e oprimida pelo fascismo. Para todos o inimigo é o mesmo. É o grande capital agrário e monopolista, que levanta a cabeça na tentativa de recuperar os privilégios perdidos.

Pequenos e médios agricultores, pequenos e médios comerciantes e industriais, trabalhadores retornados, intelectuais e quadros técnicos estiveram, em número significativo, em muitas sessões do PCP. Muitos fizeram perguntas, muitos concordaram com as respostas. Ao lado dos operários, dos trabalhadores da cidade e do campo, sentaram-se muitas outras pessoas que vivem do seu trabalho e lhe querem ver o fruto. Construído dia-a-dia, na luta de largos anos, temos o raro privilégio de conhecer por dentro o mundo do trabalho, o que pensamos e sentem as massas trabalhadoras. Quando falamos, quando o nosso Partido fala, são trabalhadores que se dirigem a outros trabalhadores. Por isso, nesta campanha, o esclarecimento sobre os objectivos do PCP teve uma característica predominante: as pequenas sessões, nas quais se estabelecia o diálogo e a controverfia.

Foi nessas sessões por todo o país, num total de cerca de 3000 que principalmente se apresentaram os objectivos do Partido na defesa de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e de um governo de esquerda para o nosso país. Foi ali que se debateram problemas locais e nacionais.

Mais do que sessões, poder-se-ia falar de encontros, de encontros entre trabalhadores. E não era apenas o apelo a um voto esclarecido, a um voto consciente e seguro, o que os levava a reunir-se para ouvir e participar. Era sobretudo o trabalhador da herdade colectiva que ia ouvir o outro trabalhador da herdade colectiva tinha para lhe dizer sobre os problemas comuns. Era o operário da construção civil que ia ouvir o operário da construção civil para tirar dúvidas sobre a política do PCP, e saber o que o nosso Partido tem feito, ou tentado, para melhorar as condições de habitação de milhares de pessoas. Era o pequeno agricultor que ia ouvir outro pequeno agricultor sobre a Reforma Agrária e

apresentar os receios com que a direita reacçãoária o habituou a encará-la. Era afinal o reconhecimento de que o PCP tem soluções para todos os problemas nacionais, para os problemas que afligem todos os trabalhadores, e que esses problemas têm de ser resolvidos com os trabalhadores, com a sua participação activa na luta política da qual fazem parte também as eleições.

LOCAIS DAS SESSÕES

Outra das características predominantes da campanha do nosso Partido foi a escolha dos locais das sessões de esclarecimento e difusão dos objectivos do PCP. A escolha incidiu com muita frequência nos refeitórios das empresas (onde eles existem), nas cooperativas e herdades colectivas, nas sociedades e clubes recreativos e culturais. Locais de trabalho e de reunião, não foi por acaso que eles foram escolhidos. Era um modo de assinalar que o PCP está onde estão as massas trabalhadoras, está onde se vivem os seus problemas, as suas preocupações diárias, as dificuldades a vencer. É certo que a luta dos trabalhadores também decorre na rua e na rua estiveram também, em locais públicos, com dezenas de milhares de pessoas. Mas as sessões de esclarecimento eram diferentes. Tratava-se menos de aceitar e aplaudir e mais de participar, de discutir, de propor.

Por isso se encontraram, frequentemente, nessas sessões trabalhadores socialistas ao lado de trabalhadores comunistas, de outras forças democráticas e progressistas e sem partido. Por isso ali se ouviram os mais esclarecidos e consequentes apelos à unidade das forças de esquerda, à unidade do movimento popular de massas, para bater nas umas a reacção e o regresso ao fascismo. A participação foi grande. O interesse nunca diminuiu. Todas as perguntas tiveram resposta. Mesmo aquelas que de perguntas pouco tinham, antes se aproximando da provocação deliberada e do insulto, tiveram respostas serenas e lúcidas. Ninguém conseguiu verdadeiramente perturbar uma sessão com a arma democrática do diálogo. Os boicotes, quando os houve, foram sempre violentos. Ninguém conseguiu boicotar sessões fazendo perguntas, ou excitando os ânimos na controverfia. Para evitar que uma sessão do Partido se realizasse foi sempre necessário impedi-la pela força, nas localidades onde domina o caciquismo e actuam os provocadores armados, sem que as autoridades intervenham com eficácia na defesa das liberdades e da segurança de pessoas e bens.

As sessões de esclarecimento foram orientadas por candidatos que conheciam profundamente os problemas dos trabalhadores da região, da empresa, da cooperativa, da fábrica, do bairro, do hospital, da escola. Nunca se falou de cátedra.

Pelo contrário: enquanto se esclarecia um ou outro ponto do Programa Eleitoral, ou os objectivos mais vastos do Partido, também se ia aprendendo, também os que estavam com o ouvido atento, eram esclarecidos e elucidados.

A intensa participação dos trabalhadores foi um facto. O diálogo não se estabelecia apenas entre a mesa e a assistência, mas também entre esta. Não havia uma separação entre oradores e ouvintes. Não havia

mesmo oradores, pois as sessões eram mais encontros do que outra coisa. Eram encontros entre trabalhadores com os mesmos objectivos, e as mesmas preocupações, os mesmos interesses a defender.

FORÇA E ORGANIZAÇÃO

A realização dessas 3000 sessões, por todo o país, mesmo nas zonas mais influenciadas pelos preconceitos anticomunistas e pelo receio do cacique, é uma prova concludente não só da grande implantação do Partido, mas ainda da força da sua organização.

O esforço dos militantes, a sua disciplina e organização subiram a alto grau na preparação desses encontros de campanha com os trabalhadores. Ninguém poupou trabalho e sacrifício para arranjar as salas, decorá-las, organizar espectáculos de canto livre, prever as mínimas exigências, atender a tudo o que poderia tornar o encontro mais agradável e proveitoso.

Foram dias de trabalho extenuante para candidatos e militantes do nosso Partido. Mas o esclarecimento exigia-o. Contra a demagogia, a patranha e a calúnia que são a forma predilecta de actuação da direita reacçãoária junto de alguns trabalhadores, foi necessário (e continua a sê-lo) levar a informação correcta, aos locais de trabalho e de reunião, no campo e na cidade, a todo o lado onde tenta penetrar novamente a opressão das consciências, o obscurantismo e o ataque às liberdades e às outras conquistas da revolução.

Não deixámos de realizar grandes comícios com muitas dezenas de milhares de pessoas. Mas demos muito mais atenção às pequenas sessões, pois era com elas, inclusivamente, que iam dar resposta mais pronta e eficaz às campanhas reacçãoárias. Ao anticomunismo, à infiltração provocadora da direita entre alguns trabalhadores através dos bandos neonazis, verbalistas e pseudo-revolucionários.

O nosso objectivo de esclarecimento e divulgação foi alcançado. Por isso tivemos de suportar os assaltos, as provocações e os boicotes contra algumas sessões de esclarecimento. Bem sabiam essas forças que os encontros entre trabalhadores comunistas e não comunistas, para mutuamente se informarem e esclarecerem, eram perigosas para a campanha da direita reacçãoária, para a sua preocupação ansiosa de confundir e enganar.

POR TODO O LADO

Mas, apesar dessa preocupação das forças reacçãoárias, não deixámos de realizar sessões de esclarecimento nas zonas onde continuamente é lançado o veneno contra o nosso Partido. Houve sessões do PCP em Bragança, em Braga, em todo o Norte e nas Beiras. Não houve dia nenhum em que, nesta ou naquela freguesia, os nossos candidatos e militantes não estivessem presentes junto de dezenas de outros trabalhadores como eles. É isso que a reacção não perdona ao nosso Partido: a sua capacidade de organizar e mobilizar, a sua capacidade de utilizar a organização já existente, de fazê-la avançar e de a promover e estimular onde não existe ou fraqueja.

O movimento popular de massas, a sua força e capacidade de mobilizar, são uma realidade. Não é, por conseguinte, apenas a organização do PCP que funciona. Funciona também a organização do movimento popular de massas. Muitos homens, mulheres e jovens sem partido se deslocaram, por vezes bem longe, para participar em sessões do PCP. Não são apenas os militantes, os trabalhadores organizados num partido de massas que participam. Participam todos os interessados no processo democrático, todos os democratas que vêm na consolidação da democracia e no seu prosseguimento rumo ao socialismo a única forma de defender os seus interesses.

Isso teve expressão bem visível nos candidatos independentes das listas do nosso Partido, que participaram activamente nas sessões de esclarecimento. Os seus apelos à unidade das forças democráticas não cairão no vazio. São eles, são esses candidatos independentes que representam extensas camadas da população, que sem terem feito uma opção partidária, estão com a revolução, estão com as forças que se opõem ao regresso ao fascismo e anseiam por uma vida melhor.

UM EXEMPLO DO ESFORÇO E DA PARTICIPAÇÃO

O esclarecimento sobre o voto seguro e certo, sobre a importância das eleições como forma de luta e sobre os objectivos que, em geral, devem ser alcançados pelas forças democráticas, não foi um esclarecimento seco, papagueado. Vieram à superfície todos os perigos evidentes e escondidos. Foram comentadas as actuações de outros partidos. Deu-se atenção especial às formas eficazes e ineficazes de conseguir uma maioria de esquerda na Assembleia da República e um governo de esquerda para o nosso país.

Seria cansativo enumerar todas as sessões realizadas. Já mencionámos a média diária e total que atingiu cerca de 3000. Mas que essas sessões proporcionaram. Só no distrito de Setúbal, até ao dia 18 do corrente, tinham-se efectuado 240 sessões e 19 comícios, estando ainda programadas, até ao fim da campanha, mais 112 sessões e 13 comícios. Mais de 100 mil pessoas participaram nessas iniciativas até ao dia 23.

Para além da eficácia que se deseja como resultado da campanha eleitoral dos trabalhadores, a fim de defender as grandes realizações do processo democrático e poder seguir em frente; para além dos resultados do esforço dispendido, fica-nos a certeza de que a campanha eleitoral do nosso Partido teve a assinalável uma extensa movimentação de massas empenhadas na defesa do futuro democrático e socialista do nosso país, futuro esse que não poderá ser construído sem os comunistas e muito menos contra eles.

A campanha demonstrou bem essa certeza. Quanto ao futuro, compete a todos nós, a todos os trabalhadores, comunistas ou não, defendê-lo nas urnas, no próximo domingo, pois a defesa da revolução passa por elas, passa por uma maioria de esquerda para a Assembleia da República e por um governo de esquerda para Portugal.

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA PROVOCADORES, CACETEIROS E BOMBISTAS À SOLTA EM CERTAS ZONAS DO PAÍS

Com serenidade e firmeza, os militantes comunistas souberam enfrentar as provocações e intimidações dos bandos de reaccionários que, em certas zonas do país, criaram um clima que impedirá que as eleições sejam consideradas verdadeiramente livres

A violência terrorista e reaccionária reacendeu-se durante o período da campanha eleitoral para a Assembleia da República, que termina amanhã. Acompanhando toda a campanha anticomunista dos partidos reaccionários — PDC, CDS, PPD e PPM — e dos grupelhos que descaradamente fazem o jogo do fascismo — PC de P(m-l), AOC e MRPP — a actividade terrorista visou particularmente o Partido Comunista Português, mas também e todas as forças progressistas em geral.

Provocadores, caceteiros, bombistas, pides soltos recentemente e toda a corja dos lacaios dos grandes capitalistas e latifundiários voltaram a provocar o terror, a maior parte das vezes impunemente e em tantos casos beneficiando da negligência das autoridades.

Encorajados pela impunidade em que ficavam os seus actos, tornavam-se mais audaciosos e não hesitavam sequer em actuar à luz do dia, desprezando cuidados para não serem reconhecidos, pois sabiam que nada lhes acontecia. Aproveitando a liberdade impunham e impõem o terror. Aproveitando a liberdade aniquilam a liberdade a amplas

camadas da população. Não foi este o objectivo da Revolução de Abril, que dentro de dias perfaz dois anos. Não foi este o objectivo dos jovens capitães e de todos os militares, no imediato seguimento pelo povo, que decididamente se comprometeram para restituir a dignidade perdida ao nosso País.

Tudo o povo sabe e a reacção também quais as perspectivas que finalmente se abriram na madrugada de Abril. Por isso o seu estrebuchar raivoso, desferido com os dentes que ainda não foram partidos as mordeduras finais da fera que sente próximo o estertor.

AS LIBERDADES EXISTIRÃO EM TODO O PAÍS

Não é de agora que o Partido Comunista Português afirma que existem certas regiões do País — nomeadamente a Madeira, os Açores e zonas dos distritos de Braga, Viana do Castelo, Bragança, Viseu, Coimbra, Leiria e Santarém — onde se verifica a ausência completa da liberdade para as populações locais,

vivendo-se ainda uma situação em quase tudo igual à que existia antes do 25 de Abril.

Já muito antes da anterior campanha eleitoral o PCP advertira para o facto de nessas regiões o acto eleitoral não poder ser considerado livre, quando os caciques locais, manipulando alguns indivíduos sem escrúpulos, impediam a actividade dos partidos políticos progressistas e utilizando todo o tipo de coacção, desde a económica à religiosa, obrigavam os empregados e mesmo populações de algumas aldeias a votarem no partido que lhes era indicado. Noutros locais a ausência de liberdade era tão flagrante que eram os próprios caciques que controlavam as mesas de voto, sem qualquer tipo de fiscalização — isto é, uma «chapelada» à altura dos tempos de Salazar e Caetano.

Hoje as liberdades continuam a não existir nessas regiões do País, onde os comunistas por vezes são obrigados a repetir a vida de clandestinidade. Onde uma minoria que não quer perder os seus privilégios escandalosos que obtém à custa do povo trabalhador ainda continua a impor a sua vontade e a ditar as leis. Mas as

liberdades regressarão a todos os pontos de Portugal — e por isso o ódio cego e o terror assassino da reacção fascista que sabe perto o seu fim.

COINCIDÊNCIA OU CONFIRMAÇÃO?

Se a liberdade fosse possível em todo o território nacional, maior teria sido a votação no PCP no ano passado e outros resultados se concretizariam na eleição para a Assembleia da República, em reacção ao Partido Comunista Português.

Isto porque milhares e milhares de pessoas teriam tido oportunidade de conhecerem o Programa do PCP e de verificarem no contacto directo com os militantes comunistas como são falsos todos os boatos e calúnias que a campanha anticomunista propala. Teriam também a oportunidade de verem como através da sua organização se poderiam opor, com resultados, aos grandes senhores que os obrigam a uma vida de miséria e de escravidão, sugando o seu trabalho, aproveitando-se das suas dificuldades e impedindo pela força, se necessário, que essas

populações se apercebam que hoje em Portugal já se vive uma realidade diferente — conquistando e defendendo uma vida melhor para o povo trabalhador.

Fazendo-se um balanço dos actos terroristas cometidos verifica-se que a esmagadora maioria se registou nos distritos onde o CDS e o PPD obtiveram melhores resultados nas eleições de 1975. Coincidência? Ou a confirmação de que estes dois partidos, apoiados e apoiando-se na actividade parafascista de grupelhos pseudo-esquerdistas, são os instigadores de toda a actividade terrorista que grassa por várias zonas do País, submetendo as populações à tirania da ditadura que pretendem voltar a impor?

Aliás, a comprová-lo, sabe-se que muitos dos reaccionários que participaram em assaltos a Centros de Trabalho do PCP, boicotaram sessões de esclarecimento e fizeram todos os atropelos à jovem democracia portuguesa não escondiam os emblemas desses dois partidos ou são conhecidos como membros locais do CDS e do PPD.

O CDS, que este ano tirou definitivamente a máscara que lhe escondia o rosto de 48 anos de fascismo não se inibiu de aparecer publicamente em comícios apresentando a alternativa da m o c a , e m p u n h a d a agressivamente por gorilas ou por mulheres que anteriormente tinham como profissão frequentar os chás de caridade.

AS ARMAS APARECEM ONDE NÃO AS PROCURAM

Os incidentes verificados durante a campanha eleitoral confirmaram o que o Partido Comunista Português declarou desde sempre: que em vez de se passarem buscas a unidades colectivas de produção e a residências de antifascistas à procura de armas, estas seriam encontradas facilmente noutros locais.

Com efeito, nos últimos dias da região do Norte, quando um grupo de reaccionários aparecia a boicotar uma sessão de esclarecimento ou a intimidar a brigada de colagem de cartazes pela as pistolas apareciam, fáceis, nas mãos dos provocadores — e nalguns casos camaradas nossos ficaram feridos.

O PCP tem denunciado todas estas provocações que se sucedem diariamente em muitas

regiões do País e onde não existem as condições mínimas de segurança e respeito pela ordem democrática que permitam às forças antifascistas e nomeadamente ao PCP levar a cabo a sua campanha eleitoral de acordo com os direitos que a lei garante.

OS «CUBANOS» NÃO PASSAM DE ALEMÃES

Dando conta dos factos mais significativos de ameaças, provocações, boicotes, destruição de propaganda, ocupações, actos de banditismo e terrorismo que quotidianamente se relacionam com a campanha eleitoral, a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP apresenta num comunicado agora publicado um resumo do que se tem passado nos cinco distritos ao norte do Douro desde 27 de Março até agora. E pomenoriza alguns casos:

«É também constante a destruição de cartazes de propaganda do PCP por elementos de partidos reaccionários, com destaque para os grupelhos nazis do MRPP, PC de P (m-l) e AOC.

«Os gravíssimos acidentes que nesta noite (dia 20) tiveram lugar em Fomalhão, onde um grupo de fascistas tentou, por duas vezes, assaltar o Centro de Trabalho do PCP e depois foi apedrejar a sede do MDP/CDE; bem como incidentes de ontem em Viana do Castelo, onde um grupo de alemães lançou provocações contra uma caravana do PCP, mostra que as violências continuam, que podem mesmo agravar-se a todo o momento.»

E prossegue o comunicado: «Desde há cerca de um ano que grupos de terroristas actuam impunemente no Norte. Grande número de centros de trabalho do PCP e sedes de outros partidos democráticos e de sindicatos foram assaltados, saqueados e destruídos. Muitos militantes comunistas e outros democratas foram vítimas de espancamentos, atentados, alguns dos quais terminaram em assassinatos. As ameaças e perseguições a militantes progressistas são constantes. Comunistas e outros democratas, sindicalistas, trabalhadores sem partido foram e estão sendo expulsos dos seus empregos ou de lugares que ocupavam na administração local. No distrito de Bragança, por

exemplo, todos os centros de trabalho do PCP — foram assaltados e saqueados. Militantes comunistas são agredidos. Dirigentes sindicais são expulsos da cidade. No distrito de Vila Real a situação é idêntica. Candidatos do PCP são impedidos de desenvolver livremente a sua actividade, são emboscados na estrada, perseguidos e espancados. O assassinato do Padre Maximino dá ideia do clima de violência e intimidação que se vive no distrito. E sob este clima que o povo do Norte irá às urnas.

«Para além de tudo isto, na quase totalidade das mesas das assembleias de voto destes distritos os comunistas não estão presentes pois as autoridades não os integram nelas.»

Sobre este assunto, a Comissão Distrital de Bragança do PCP enviou à Comissão Nacional de Eleições uma carta onde dá conta das discriminações vergonhosas que ali se praticam:

«Em Alfândega da Fé, embora sem nosso conhecimento, tentamos ser o único partido a entregar a lista de delegados para as mesas de votos nas condições que a Lei prevê, tivemos conhecimento no dia 15 de Abril da composição das mesas de voto em edital com data de 13 de Abril, e constituídas sem qualquer participação nossa.»

«De notar que como Presidente da Secção de Voto n.º 1 da Freguesia de Alfândega da Fé surge o nome de António Ricardo, retornado, implicado no assalto ao Centro de Trabalho do PCP na vila e em outros actos de violência fascista.»

CONFIANTE...

Muito embora seja este o clima que se vive em muitas zonas do País, o Partido Comunista Português está confiante quanto à determinação do povo português em não permitir que partidos reaccionários criem de novo as condições ao regresso do fascismo.

É sintomático que no Norte, onde a reacção tem o seu feudo, as populações locais tenham repudiado, energicamente, comícios do CDS e do PPD pretendem efectuar. O povo do Norte, que não é reaccionário, tem agora a confirmação de quem instaura o terror, quem coloca as bombas, quem agride. E em todas essas acções são sempre os mesmos que aparecem a dirigir e a participar nas acções terroristas.

bem identificados com o CDS e o PPD, partidos que acusam os comunistas de praticarem a violência.

O povo do Norte e de outras regiões está cansado do terrorismo e não acredita já na liberdade que esses partidos lhe prometem e que se traduzirá apenas na liberdade dos exploradores continuarem a explorar ainda mais os trabalhadores.

Por isso o reforço do PCP é essencial para assegurar o prosseguimento do processo democrático, que se traduzirá numa vida melhor. O reforço do PCP não é só do interesse dos comunistas mas de todos os trabalhadores, de todas as classes e camadas antimonopolistas, de todas as forças progressistas, de todos os democratas, de todos os antifascistas.

Amplios sectores da população tomam consciência de que um eventual enfraquecimento do PCP representaria o imediato e brutal agravamento das condições de vida do povo.

«Por isso temos a certeza — como afirmou o camarada Álvaro Cunhal no discurso de encerramento da campanha eleitoral em Lisboa — de que votarão no PCP muitos eleitores que não são comunistas, mas que compreendem que os comunistas constituem uma força de capital importância para salvaguardar as liberdades e prosseguir a construção de um regime democrático, que corresponda aos interesses e às aspirações mais profundas do povo de Portugal.»

«Por isso — disse ao terminar — confiamos em que uma grande votação confirmará a confiança da classe operária, do povo trabalhador, no Partido que pela sua orientação e pela sua actividade comprova ser merecedor do título do Partido da esperança e do futuro.»

...E SERENOS

O desespero das forças reaccionárias perante a vontade do povo é flagrante. Perante isto não raciam e utilizam todos os métodos, a que os comunistas respondem com a sua serenidade, não embarcando nas provocações que apenas favoreceriam o jogo da direita reaccionária.

E não é de mais recordar que «a vitória é difícil mas é nossa». É de todo o povo português. É a reacção, com a sua campanha, apenas consegue prolongar o fim que já vê próximo.

NADA PODERÁ VENCER-NOS!



Correram mundo as fotografias do selvático ataque ao Centro de Trabalho do PCP em Braga, que culminou com a total destruição do recheio e o incêndio do edifício. As paredes calcinadas são, como afirmam os nossos camaradas de Braga no cartaz colocado na varanda, «a imagem das liberdades que os fascistas defendem». De nada adianta porém a selvaria dos bandos do ELP e do MDLP, dos caciques do CDS e do PPD: a determinação dos comunistas não cedeu face aos ataques e a organização do PCP em Braga continua o seu trabalho — e cresce! Nas chamadas ateadas pelo fascismo se caldeia a férrea vontade de um povo que avança para a democracia e para o socialismo.

A ACTIVIDADE DA REACÇÃO AO NORTE DO RIO DOURO

Num comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP dá-se conta que nos cinco distritos ao norte do Douro e no que se refere ao PCP as ameaças, provocações, boicotes, destruições de propaganda, ocupações, actos

de banditismo e terrorismo são quotidianos.

É o comunicado apresenta um resumo dos factos mais significativos relacionados com a campanha eleitoral que a seguir transcrevemos:

27/3 — Em Felgueiras elementos do CDS insultaram e agrediram militantes do PCP que se encontravam a colar cartazes.

27/3 — Em Torrão (Marco de Canavezes), um candidato do PCP, juntamente com outros comunistas, no regresso de uma sessão de esclarecimento são espancados na estrada por um grupo de fascistas, um dos quais é um informador da Pide há pouco libertado.

1/4 — Em Moreira de Lima militantes do PCP são alvejados a tiro quando colavam cartazes.

2/4 — Em Real (Braga) militantes do PCP são espancados por um grupo de fascistas quando faziam picagens.

4/4 — Em Braga o conhecido provocador Fernando Cigano, de pistola em punho e disparando tiros para o ar, ameaça um grupo de comunistas quando colavam cartazes.

5/4 — Em Adufe (Braga) nova cena de tiros contra comunistas que colavam cartazes.

6/4 — Em Candelo (Vila do Conde) um grupo de fascistas, fazendo, rebentar bombas de foguete e gritando «aquí não entram os comunistas, aquí só vem o PPD», procura boicotar uma sessão de esclarecimento do PCP.

6/4 — Em Santa Catarina do Couto (Santo Tirso) um grupo que grita «viva o PPD» procura interromper uma sessão de esclarecimento do PCP. Várias pessoas foram espancadas.

7/4 — Na Aresosa (Porto) rebenta uma bomba junto do centro de trabalho do PCP.

7/4 — Em Valença rebenta um petardo junto do local onde se está a realizar um comício do PCP.

7/4 — Em Couto de Ourielas (Boticas), quando regressavam de uma sessão de esclarecimento, militantes do PCP encontram a estrada bloqueada com tábuas com pregos.

7/4 — Em Espinho (Braga), após elementos do PPD terem tentado boicotar uma sessão de esclarecimento do PCP, a estrada

de acesso aparece bloqueada com paus e pedras.

7/4 — Em Cabreiros (Braga) um elemento do PPD ameaça disparar uma arma contra militantes do PCP que colavam cartazes.

8/4 — Em Braga é derramado um ácido corrosivo sobre o automóvel de um candidato independente do PCP, José Manuel Mendes, que nesse mesmo dia recebeu uma chamada telefónica ameaçando-o de morte.

8/4 — Em Rio Mau (Vila do Conde) caciques locais boicotam uma sessão de esclarecimento do PCP.

10/4 — Em Gaia elementos do PPD, alguns armados de pistolas, atacam uma brigada de propaganda do PCP.

11/4 — Em Bragança elementos do CDS e do PPD procuram boicotar um comício do PCP provocando distúrbios, gritando insultos e ameaças. À saída os candidatos do PCP têm que ser protegidos por uma força policial.

12/4 — No Barredo (Porto) um grupo de provocadores procura boicotar uma sessão de esclarecimento do PCP gritando ameaças de morte contra os comunistas.

12/4 — Em Vilar de Maçada (Alijó) um grupo de fascistas, usando uns emblemas do CDS e outros bandeiras do PPD, impedem a realização de uma sessão de esclarecimento do PCP. Fazem rebentar bombas de foguetes e danificaram o automóvel de um candidato do PCP.

12/4 — Em Guiães (Vila Real) caciques locais impedem a realização de uma sessão de esclarecimento do PCP utilizando crianças para esse fim. Cartazes e outra propaganda do CDS são atirados para dentro da sala.

UM TRABALHO DE PROPAGANDA DIFÍCIL MAS EFICIENTE

Caracterizando-se por tocar todos os grandes problemas da vida nacional — desde o aumento escandaloso do custo de vida às condições difíceis em que vivem os reformados — a propaganda do Partido Comunista Português, durante a campanha eleitoral, procurou, dentro de um espírito de objectividade e unidade ideológica, chegar ao conhecimento de todo o povo português.

Rejeitando, como sempre, a demagogia, e abordando os problemas de uma forma directa e compreensível, milhões e milhões de cartazes e de folhetos foram colados e distribuídos.

Para a concretização do programa de propaganda, que só nas regiões onde as liberdades não existem teve mais fraca expressão, foi essencial o esforço de todos os militantes e simpatizantes do PCP que durante este período, como sucedera nas eleições anteriores e em todas as ocasiões necessárias, não pouparam esforços numa frente específica de luta da classe trabalhadora.

Brigadas a colar cartazes, distribuindo folhetos de porta em porta, indo a fábricas e a outros locais de trabalho difundir a propaganda do Partido, através de caravanas automóveis, ou pintando murais que perpetuam a luta dos trabalhadores —

milhares de comunistas e simpatizantes, nomeadamente jovens, mobilizaram-se nesta grande batalha, deram todo o seu esforço para que uma grande votação no PCP possibilitasse a maioria de esquerda na Assembleia da República.

Respeitando a propaganda dos outros partidos, mas procurando sempre realçar os nossos cartazes de propaganda, paredes enormes, nos locais de maior movimento, se encheram com o nosso símbolo e as nossas palavras de ordem, ora chamando a atenção para um comício ou uma sessão de esclarecimento a realizar, ora apontando para problemas da vida nacional que urge resolver.

Também a maneira de votar não foi esquecida pelo Partido Comunista Português para assim contrariar a tentativa de grupelhos que, aproveitando o analfabetismo de grande parte do nosso povo, o procuram confundir utilizando símbolos iguais ao nosso. Deste modo toda uma campanha foi realizada no sentido de esclarecer convenientemente a votar no PCP todos aqueles que o desejem fazer.

A tarefa da propaganda eleitoral foi árdua, foi cansativa. Redobram-se os esforços mas em toda a parte ninguém se furtou a

dar o seu contributo para que uma votação maciça no PCP possa vir a ser uma realidade e se traduza, amanhã, com garantias, num governo de esquerda que defenda as conquistas do povo português e possibilite avançar rumo a uma sociedade mais justa e mais feliz.

novamente à venda



assim foi temperado o aço

NIKOLAI OSTROVSKI

Baseado em factos autênticos, «Assim foi temperado o aço» é um romance que consegue traçar, numa qualidade literária de grande valor, o quadro empolgante do esforço desenvolvido para que o jovem Estado socialista soviético se tivesse podido afirmar política e economicamente.

Reflecte as múltiplas e complexas transformações na vida do povo, e o modo como, sob a direcção do partido bolchevique e numa luta difícil contra a resistência dos inimigos da revolução, o socialismo se enraizou firmemente, rompendo para sempre com o velho mundo.

A força dos grandes ideais revolucionários, o papel da classe operária e o da sua aliança com o campesinato, o verdadeiro amor à pátria e ao povo, são valores que nesta obra de Nikolai Ostrovski atingem um nível muito elevado. Distribuição: CCL — Central Distribuidora Livrelra

SEARA NOVA. Com a análise social e estatística dos resultados eleitorais de 1975. Compre a SEARA de Abril e compreenda as diferenças entre as duas eleições.

O jornal operário e a tribuna operária LENINE. O jornal da classe operária portuguesa.

2 Novos Discos PORTUGAL AQUI E AGORA. Na voz de poetas e cantores que estão com a revolução. DE PE NA REVOLUÇÃO DIA DE HAVER REVOLUÇÃO. Maldita carestia e a revolução dos preços.

UMA NOVA REVISTA economia EOC. questões económicas e sociais. À venda em todas as Tabacarias e Livrarias do País.

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

MDP RECOMENDA VOTO NO PCP A FIM DE CRIAR CONDIÇÕES PARA A UNIDADE ENTRE PS E PCP

«É na tentativa de unir o PS e o PCP que tomámos esta decisão. Uma votação forte no PCP não é apenas um benefício para a esquerda, mas irá também apontar ao PS onde é que está verdadeiramente o seu campo de alianças»

«Sempre desejámos e continuamos a desejar que se estabelecesse uma plataforma de unidade entre o PCP e o PS. Só uma aliança efectiva entre estes dois partidos pode assegurar a derrota da direita. Entretanto, a evolução da prática política e eleitoral do Partido Socialista que, através dos seus mais destacados dirigentes, vem afirmando que recusa uma aliança com a esquerda e com o PCP, leva-nos a rever a nossa posição, explicando qual a atitude a tomar pelo MDP face ao próximo acto eleitoral. É de salientar que esta nossa reflexão foi tomada e reforçada através da auscultação das bases. Na verdade, o Manifesto Eleitoral do MDP/CDE, deixava indefinida a opção entre PS e PCP» — declarou Felicidade Alves, da Comissão Central do Movimento Democrático Português, durante a conferência de imprensa que esta organização política levou a efeito na sua sede em Lisboa e na qual também estiveram presentes outros destacados militantes do MDP, nomeadamente António Gonçalves, Ezequiel Vicente,

Alcina Bastos, Júlio Vidal e Alberto Branco. Depois de ter explicado aos jornalistas presentes quais os motivos que tinham levado à convocação da conferência de imprensa, Felicidade Alves apontou a necessidade primordial da votação na esquerda, tendo referido que o MDP vinha esperando do PS «uma definição clara de política de esquerda». Assim se explica que o Manifesto Eleitoral do Movimento Democrático Português referisse a dado passo: «Agora que está aprovada uma Constituição democrática é necessário que os resultados eleitorais assegurem uma maioria de esquerda, que permita formar um Governo de esquerda que defenda e leve à prática a Constituição, que abre perspectivas para consolidar as vitórias e as conquistas populares. Um Governo de esquerda que crie condições para definir e executar uma política de Paz, Progresso e Independência Nacional. O povo vota contra si próprio se votar na direita reacçãoária (CDS, PPD, PDC, PPM) ou nos

pequenos grupos que lhe fazem o jogo (MRPP, AOC, PC de P (m-l)). Se estes partidos formassem governo limitariam as liberdades, atacariam fortemente os interesses das camadas populares, abririam as portas ao regresso do fascismo, qualquer que fosse a roupa com que esse regime se vestisse. Para que isso não aconteça é necessária uma maioria de esquerda. Para obter uma maioria de esquerda na Assembleia, capaz de formar um Governo de esquerda a votação tem de ser concentrada nos grandes partidos de esquerda. E mais adiante: O ano passado verificou-se que os pequenos partidos de esquerda tiveram cerca de 300 000 votos e só elegeram um deputado. A esquerda perdeu assim centenas de milhares de votos. O próprio Movimento Democrático Português com cerca de 250 000 votos só elegeu 5 deputados. Foram precisos quase 50 000 votos para eleger um deputado enquanto houve partidos que elegeram os seus com cerca de 20 000 votos para cada deputado. Essa a razão por que o Movimento Democrático Português não concorre a estas eleições, exactamente para contribuir para a concentração de votos nos grandes partidos de esquerda. O Movimento Democrático Português respeita os pequenos partidos de esquerda, mas a necessidade imperiosa de bater a direita aconselha esta atitude, porque votar em pequenos partidos de esquerda é desperdar votos e retirar deputados à esquerda». A seis dias das eleições para a Assembleia da República, o MDP/CDE analisou «a prática eleitoral e o comportamento político das forças eleitorais que vão disputar o voto dos portugueses para a eleição dos deputados daquela Assembleia». É nestas condições que surge um documento da Comissão Central, onde se salienta: «Até hoje, aguardou o País que o Partido Socialista definisse uma intenção clara de praticar uma política de esquerda através dos seus deputados na Assembleia da República e do Governo que viesse a ser formado. «Infelizmente, não só faltou até agora essa definição, como, pelo contrário, têm sido inequívocas, constantes e repetidas as declarações dos seus responsáveis que o Partido Socialista não se aliaria nunca ao Partido Comunista Português, nem formaria com ele Governo. «Os responsáveis do Partido Socialista afirmam-no muito

claramente: se o PS não dispuser de mais votos do que o PPD e o CDS em conjunto, colocar-se-á na oposição. «Na prática, isto significa que o PS preferiria a formação de um Governo de direita — PPD, CDS — a uma aliança com o PCP. Na prática, se tal fizesse, o PS entregaria o poder à direita, isto é, a um Governo que a curto prazo poria em causa todas as conquistas democráticas e populares do nosso Povo e abriria as portas ao regresso do fascismo. «Falo-á o Partido Socialista? Assumirá perante o povo português essa responsabilidade? «Para que isso não aconteça torna-se imperiosa uma forte votação no Partido Comunista Português.» E mais adiante: «A votação no PCP não se apresenta assim como uma adesão ideológica, nem como uma posição anti-PS, nem tão pouco como um enfraquecimento do projecto unitário do MDP. «Tal como a situação se apresenta, uma forte votação no PCP é a forma de impedir a entrega do poder a um Governo de direita, pela demonstração de que um grande número de portugueses se empenha em que venha a ser formado um Governo com uma política progressista, baseada numa unidade de esquerda. Quanto a nós, MDP, uma forte votação no PCP cria as condições para a unidade PS-PCP. Para a unidade das forças de esquerda, que traduz a unidade de acção e de organização dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, contra o fascismo, pela liberdade e direitos dos cidadãos, pela economia ao serviço do Povo, pela independência nacional.



O PCP E AS ARTES PLÁSTICAS

Manifesto eleitoral da célula dos Artistas Plásticos da DORL do PCP

A revolução iniciada no dia 25 de Abril encontrou eco imediato nos artistas plásticos que, procurando exprimir a sua confiança no futuro que se abria a Portugal, se agruparam espontaneamente nalguns movimentos com o propósito de denunciarem os processos reacçãoários atentatórios das liberdades e dos direitos dos artistas. Algumas iniciativas marcaram a vida desses movimentos que perderam vitalidade por não conseguirem deirir-se programaticamente nem impor-se como associações de classe, desagregando-se e deixando um vácuo que ainda não foi preenchido, o que marginalizou os artistas plásticos, enquanto classe profissional, do amplo movimento popular de massas que impulsionou o processo revolucionário. No momento em que a reacção passou à ofensiva e as forças do capitalismo nacional, activamente apoiadas pelo imperialismo, procuram destruir as grandes conquistas dos trabalhadores e das massas populares, no momento em que a reacção demonstra a sua verdadeira face, recorrendo aos ataques terroristas de que já foi alvo, numa manifestação de ódio à cultura, a Cooperativa Arvore no momento em que o perigo de uma nova ditadura fascista é um perigo real, os artistas plásticos devem unir-se na defesa da liberdade, na defesa da democratização da cultura, reivindicando a sua participação activa na construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo. Poderá, em alguns, renascer a ilusão que os últimos tempos do fascismo alimentou com a euforia da exploração capitalista do mercado das artes plásticas, que mais não era do que um dos aspectos da especulação bolsista. No entanto, a venda de obras de arte como meros objectos de consumo, subtrai-as ao património cultural do povo a que devem pertencer e fica em causa o legítimo direito dos artistas ao trabalho que põe sujeito às contingências do mercado. A liberdade de expressão artística é apreendida e fica estrangulada pelo capitalismo que mascara o seu desprezo pela cultura comprando-a, controlando-a. Mas mesmo essa situação dificilmente se repetirá se a direita reacçãoária conseguir impor a sua ditadura terrorista, quebrando a unidade de todos os que querem construir uma sociedade mais justa.

Para os senhores do capital a cultura ou é marginal e serve-lhe de fachada ou é um valor de consumo e os artistas plásticos voltarão a percorrer os caminhos da resistência que conheceram no fascismo. O PCP considera que os artistas plásticos são trabalhadores que como tal devem ter um estatuto social definido auferindo dos direitos de todos os trabalhadores, nomeadamente previdência social. O PCP defende a liberdade de criação artística e preconiza a igualdade de oportunidades para todos os criadores independentemente da sua forma de expressão. O PCP defende a organização autónoma dos artistas plásticos, organização que defina um programa de acção que integre consequentemente as artes plásticas num vasto plano de democratização da cultura. O PCP considera prioritário que o Estado subsidie as associações dos artistas plásticos que no passado e no presente sempre mereceram o respeito de todos os artistas e democratas. O PCP considera que é um dever e um direito dos artistas plásticos a sua participação no movimento popular de massas utilizando os meios que lhe são específicos. VOTAR no PCP é votar pela democratização da instrução e da cultura que por fim à ignorância secular das classes trabalhadoras e que lhes dará a possibilidade de terem uma intervenção directiva em todos os sectores da vida política, social, económica e cultural portuguesa. VOTAR no PCP é votar pelo desenvolvimento da cultura nacional. VOTAR no PCP é o único voto seguro e certo para a formação de uma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda, que prossigam as transformações progressistas, iniciadas no dia 25 de Abril rumo ao socialismo.

A Célula dos Artistas Plásticos da DORL do PCP

REVISTA INTERNACIONAL
PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO
Nº 3/1976
Distribuição e assinaturas: CDL — Central Distribuidora Livreira Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1
A SAIR BREVEMENTE

um livro importante!

manual de marxismo-leninismo
OTTO. V. Kautskien e outros
CIENCIAS ECONÓMICAS e SOCIAIS
O presente livro propõe-se expor, de modo acessível a todos, os fundamentos do marxismo-leninismo como doutrina representativa de um conjunto único e harmonioso. Os autores não tiveram como objectivo escrever um trabalho académico e por isso detiveram-se principalmente nas teses do marxismo-leninismo com maior actualidade nas presentes circunstâncias, o que se reflectiu tanto no carácter da exposição como na estrutura do próprio livro.
Distribuição: CDL — Central Distribuidora Livreira Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

ABC do Marxismo-Leninismo
ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES (A linguagem e o preço)
Pedidos a: — Central Distribuidora Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

ÁLVARO CUNHAL
De novo à venda
O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista
1ª edição 25.000
2ª edição 10.000 exemplares
O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista contemporâneo, na nova situação política, o seu papel negativo e nocivo. A luta ideológica e política contra o radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista não terminou com o derrubamento da ditadura. O trabalho de Álvaro Cunhal, agora de nova venda, constitui uma contribuição para essa luta.
Distribuição: CDL — Central Distribuidora Livreira
A VENDA NAS LIVRARIAS

UNIDADE DE ESQUERDA NOS CANDIDATOS DO PCP

A presença de independentes entre os candidatos do PCP reflecte o esforço do nosso Partido em unir a esquerda na luta popular contra a reacção e o fascismo

O nosso país vive de novo situações muito difíceis. O fascismo e o imperialismo afitam as garras. Atena-se contra a liberdade, contra a ordem democrática. Os antifascistas consequentes pressentem o perigo. Há que afastá-lo. «É neste contexto que se inserem as próximas eleições para a Assembleia da República e, por isso, elas se revestem de maior importância, já que os seus resultados vão condicionar fortemente a evolução da situação política. Ou triunfa uma alternativa de esquerda ou uma vitória eleitoral da direita significa o assalto ao aparelho de Estado e a liquidação da democracia» — salientam os candidatos independentes pelo nosso Partido, num importante manifesto recentemente divulgado, onde apelam para a unidade da esquerda. A integração de candidatos independentes nas listas do PCP vem reafirmar que o nosso Partido é a única força de esquerda capaz de, na sua política aberta e não sectária, conduzir os esforços de todos os progressistas, de todos os patriotas, para o caminho da vitória popular. «Eu não sou comunista, mas bato-me pela unidade de todos os antifascistas e considero que essa unidade, urgente e indispensável, só é possível, só é meio eficaz de impedir o regresso ao fascismo se for feita ao lado e com o Partido Comunista. Esta a razão da minha presença ao lado destes homens que integram um Partido que possui os mais consequentes lutadores pela causa da liberdade, um Partido moldado por homens que se bateram abnegadamente, nos tempos e nas condições mais difíceis, pela liberdade, e que por ela sofreram ao ponto de alguns heróicamente terem dado a própria vida na luta pela libertação de todo o Povo português.

«Como candidato independente proponho-me demonstrar a necessidade do alargamento da unidade, tão necessária a este difícil momento político, e ao mesmo tempo ser a expressão do justo entendimento que os comunistas possuem da necessidade da unidade antifascista ao fazerem participar das suas listas de candidatos, homens independentes, convictamente de esquerda, sinceramente antifascistas» — afirmou João Lameiras de Figueiredo, médico, candidato independente pelo PCP, num comício recentemente levado a efeito em Peniche. Não está em causa, para milhares de democratas que vão votar no PCP, a concordância integral com o nosso programa. Mas o voto de muitos milhares de antifascistas será de certeza o voto certo e útil, o voto da contribuição para o fortalecimento da democracia e para impedir o regresso ao fascismo. É dentro deste esquema que surgem nas listas do nosso Partido candidatos independentes. Esta é mais uma prova da força actuante do PCP como grande partido de massas, um partido não sectário que defende com toda a energia dos seus militantes, simpatizantes e democratas sem filiação partidária, a Revolução Portuguesa.

Apesar da direcção do PS seguir uma linha que não corresponde aos interesses e aspirações dos trabalhadores socialistas, o nosso Partido continua a apontar como necessária a unidade das camadas antimonopolistas e das classes trabalhadoras, nomeadamente entre trabalhadores comunistas e socialistas. O PS desviou-se da orientação traçada no seu programa. Facilitou em certos casos a infiltração do poder reacçãoário. Votar conscientemente contra a exploração e contra o fascismo, é votar PCP.

«É isto porque a prática política da direcção do PS, aliando-se frequentemente com partidos da direita, assumindo uma orientação incerta, ora à esquerda ora à direita, recusando-se a definir as suas futuras alianças, retira a confiança do voto no PS, que se apresenta como um voto no desconhecido», como sublinham os candidatos independentes do PCP no manifesto já referido, que ainda destaca: «Foi neste condicionalismo que, actuando com a inteira liberdade e independência que à partida nos foram garantidas pelo PCP, aceitámos fazer parte das suas listas, como candidatos independentes. É em face da actual situação política que apelamos para todos os homens e para as diversas forças de esquerda para reforçarem a concentração de votos no PCP, pois só o voto de todos os antifascistas no PCP, como único voto seguro na esquerda, poderá assegurar a defesa da situação democrática conquistada com o 25 de Abril e consubstanciada, em grande parte, na Constituição Política recentemente promulgada, e o seu ulterior progresso rumo ao socialismo.»

A presença activa e militante dos candidatos independentes nas listas comunistas constitui um vibrante apelo à unidade revolucionária. É a demonstração coerente de que o nosso Partido não está só na luta pela democracia, pela liberdade e pelo socialismo.

Edições SEARA NOVA
CARLOS COUTINHO
TEATRO DE CIRCUNSTÂNCIA
Cinco peças que são cinco imagens descarnadas de um passado recente prolongado num quotidiano que ainda temos. Cinco formas de registar o ódio e a fraternidade, deixando sempre a esperança como perspectiva bem firme.
COLEÇÃO FICIONISTAS PORTUGUESES PREÇO: 60\$00

Edições SEARA NOVA
SOBRE AS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS
VOL. I — ESTUDO INTRODUTÓRIO DE MAURICE GODELIER
VOL. II — ANTOLOGIA DE TEXTOS DE MARX-ENGELS-LÊNINE
Uma vasta série dispersa de fragmentos de obras de Marx, Engels e Lênine acerca das sociedades sem classes e das formas primitivas de Estado, precedidos de um aprofundado estudo de um célebre investigador do C.E.R.M.
COLEÇÃO UNIVERSIDADE LIVRE PREÇO: VOL. I 50\$00 VOL. II 100\$00

COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA AS OUTRAS CAMPANHAS ELEITORAIS

A contra-revolução: CDS, PPD, PDC, PPM

Da campanha dos partidos da direita reaccionária se pode dizer que ela foi não só o que se esperava, como também foi por demais esclarecedora!

CDS, PPD, PPM e PDC definiram uma tónica geral de ataque. O menos atento dos observadores rapidamente se apercebeu que as organizações políticas da reacção não surgiam como um programa positivo, um programa de propostas concretas para a vida do país, mas definem a sua política na base do ataque ao processo revolucionário, do ataque às conquistas do 25 de Abril.

Necessário é dizer que no que se refere ao CDS, este terá sido talvez o mais explícito. O programa de «alternativa» do partido dos ex-ministros do fascismo comportava propostas mais concretas — que se resumem afinal à adaptação dos documentos da CIP e da CAP defensoras dos grandes monopólios e latifúndios.

Estes três factos — a tónica negativa da campanha da direita, a ausência de propostas concretas e a situação isolada dos políticos dos monopólios do CDS — são extremamente significativos.

Em primeiro lugar, o ataque desferido às conquistas do 25 de Abril denuncia só por si o que é sinal o projecto político da direita acolhida no PPD, CDS, PPM e PDC. Tais partidos definem-se contra o processo revolucionário, se não afirmam claramente a sua posição contra-revolucionária, acabam por a revelar quando centram toda a sua proposta política nos ataques às consequências reais da revolução, às expressões concretas da revolução: nacionalizações, a Reforma Agrária, a descolonização. Em discursos, documentos, entrevistas, os dirigentes da direita multiplicaram-se nas críticas mais violentas ao que constitui efectivamente a revolução da vida em Portugal.

A cobrir este ataque da direita, a direita acobertou-se com a conquista do 25 de Abril, conquista que afinal lhes permite realizar a sua ofensiva contra a revolução: as liberdades democráticas. A demagogia democrática foi a única forma que as forças da contra-revolução encontraram para mascarar o seu carácter francamente fascizante e reaccionário, para cobrirem os seus ataques à revolução sob uma máscara de partidos democráticos.

No fundo, estes partidos de democráticos têm apenas a utilização que fazem da democracia para tentarem atacar as bases concretas e reais dessa mesma democracia!

Contudo, mesmo neste aspecto, a sua prática se encarrega de desmascarar o carácter demagógico das suas declarações sobre as liberdades. Nas zonas dominadas pelos caciques reaccionários, as liberdades pura e simplesmente foram aniquiladas e a direita reaccionária encarrega-se de demonstrar qual a sorte que destinava à democracia se pudesse estender a sua dominação a todo o país.

A ausência de propostas concretas (que seriam a consequência lógica das críticas descabeçadas ao processo revolucionário) é igualmente muito esclarecedora. A social-democracia do PPD é um balão oco e balfo onde não se descortinam quaisquer sugestões objectivas, para além de medidas que mais não visam que a recuperação capitalista pela destruição das conquistas da revolução; a democracia cristã do PDC não consegue ocultar a

denúncia do perigo do fascismo, denunciado os objectivos fascistas escondidos sob a capa da demagogia dos partidos reaccionários.

Pela sua acção concreta, pela sua acção política, pela sua implantação nas massas populares, o PCP tem-se revelado o grande partido da esquerda — o grande obstáculo aos objectivos contra-revolucionários da direita.

Defensor intransigente de uma política de independência nacional, concretizada na consolidação de relações diplomáticas e económicas com todos os países do mundo, o PCP tem-se batido pela quebra da dependência de Portugal em relação ao imperialismo engendrada pelo fascismo ao isolar Portugal de dezenas de países socialistas e progressistas.

Os partidos dos grandes monopólios e latifúndios são também os partidos dependentes do imperialismo, os partidos

defensores da continuação da dominação do imperialismo sobre a economia portuguesa.

Peça importante da sua acção anticomunista é pois também o anti-sovietismo, o ataque calunioso e primário aos países onde os trabalhadores se lançaram decididamente na construção do seu futuro.

Peça importante ainda da sua acção ao serviço do imperialismo, o ataque feito pela direita à descolonização, ao rude golpe dado pelo povo português nos interesses do colonialismo.

CDS, PPD, PPM e PDC com o que disseram e o que calaram durante a campanha eleitoral vieram demonstrar a total exactidão da análise feita pela Conferência Nacional do PCP ao desmascará-los como os agentes da reinstauração do fascismo, ao denunciar que a sua vitória eleitoral ponha em perigo o presente e o futuro da democracia portuguesa.

Os grupelhos esquerdistas

A acção dos grupelhos esquerdistas durante a campanha eleitoral serviu essencialmente dois objectivos contra-revolucionários: o anticomunismo e o anti-sovietismo ao serviço da direita reaccionária e o divisionismo.

Paralelamente — e com especial destaque para o MRPP — os grupelhos verbalistas auxiliaram os bandos fascistas da direita nos seus esforços para criarem confrontações, para gerarem durante a campanha um clima de instabilidade e violência que pudesse abrir caminho a aventuras reaccionárias de maior fôlego.

A democracia portuguesa permitiu que as liberdades duramente conquistadas fossem utilizadas e viciadas da forma mais completa, desde a desmultiplicação de grupelhos com o único fim de multiplicar os meios facultados por uma campanha que se quis democrática (caso da AOC e do PC de P (ml), até ao confusãoismo gerado pela questão dos símbolos partidários).

AOC, PC de P (ml) e MRPP destacaram-se no seu anticomunismo primário, na sua acção contra-revolucionária que nem sequer se mascarou: a AOC abelhorou o voto no PPD e no CDS, MRPP afirma preservar uma maioria de direita do que a maioria de esquerda! Não se podia exigir maior clareza!

Paralelamente, tais grupelhos evidenciaram a sua falta de apoio de massas, o seu total isolamento em relação ao povo português. O MRPP fez «comícios» com sete pessoas, a AOC teve de recorrer à presença de elementos do PPD e do CDS para realizar sessões!

Os órgãos de Informação controlados pela direita escancararam as suas colunas à esquerda primária do anticomunismo esquerdistas e as intervenções na Rádio e na TV das grupelhos esquerdistas caracterizaram-se por um tom odioso que fez Portugal regressar por minutos aos momentos mais violentos da ascensão do nazismo ou às horas sombrias da «guerra fria».

A indigência política destes agrupamentos ao serviço declarado da reacção resultou igualmente patente e as declarações alucinadas de um Arnaldo Matos ou as caricatas iniciais da AOC (castelo de Guimarães, «Padeira de Aljubarrota», Oliveira) ficaram em Portugal como exemplos eslarafiosos da inbecilidade que o irracionalismo anticomunista mediocremente ocultava.

A UDP tentou desempenhar um papel mais profundo na divisão das forças democráticas. Jogando a fundo — tal como a direita reaccionária — na ignorância sobre a própria resistência democrática e na inexistência política impostas pelo fascismo,

O Partido Socialista

Acerca da campanha eleitoral do PS falou o PCP com a maior clareza durante as últimas semanas.

A necessidade iniludível de uma maioria de esquerda nas próximas eleições, a necessidade absoluta da concretização dessa maioria num governo de esquerda e numa política de esquerda mereceram do PS uma resposta equívoca, uma recusa total a esclarecer a sua posição, os seus objectivos, a sua política de alianças.

Durante a campanha, o Partido Socialista oscilou entre ataques às forças de direita e manifestações do anticomunismo mais primário, oscilou entre a demagogia democrática e críticas de direita ao processo revolucionário.

A crescente consciência da necessidade da unidade das forças de esquerda, às propostas concretas feitas pelo PCP no sentido da definição dessa unidade, a direcção do PS respondeu ignorando inclusivamente as manifestações muito concretas de largos sectores socialistas de apoio a uma política unitária.

Como referiu o camarada Álvaro Cunhal, pretende-se justificar a política da direcção do PS, a sua inexistência evidentemente irrealista na constituição de um governo minoritário, a sua recusa a clarificar os seus projectos de alianças, como uma astúcia destinada a garantir eleitorado à esquerda e à direita. Como o camarada Álvaro Cunhal disse ainda, se por um lado tal política faz correr riscos ao próprio PS («o excesso de astúcia nem sempre é compensado, os eleitores pedem clareza para decidir o seu voto») o que significa que se faz correr riscos ao conjunto das forças de esquerda, por outro, tal posição transforma o voto no PS como um voto indefinido que não dá garantias.

Graças à recusa do PS em se definir, os eleitores socialistas não sabem se irão votar numa política de direita, se numa política de esquerda!

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

O camarada Álvaro Cunhal deu ontem uma conferência de imprensa na Fundação Gulbenkian. Grande número de jornalistas portugueses e estrangeiros puseram várias questões ao secretário-geral do PCP, durante mais de uma hora. Depois de uma curta declaração inicial sobre as próximas eleições, «primeiro grande acto político para a aplicação da Constituição que acaba de ser aprovada», o camarada Álvaro Cunhal, que estava acompanhado pelo camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e pela camarada Alda Nogueira, membro suplente do CC, acrescentou referindo-se ainda ao próximo acto eleitoral:

«As maiorias de uma maioria estão completamente claras. Há cinco hipóteses: ou um governo de 2 partidos reaccionários (CDS-PPD); ou três hipóteses de uma maioria destes partidos com o Partido Socialista — ou seja, PS com os dois juntos, ou, separadamente, com qualquer deles — e uma 5.ª hipótese: uma maioria PS-PCP.

Por tudo quanto se pode prever acerca dos resultados, não há outras hipóteses.

Segundo a opinião do nosso Partido, quatro destas maiorias possíveis correspondem a governos reaccionários, ou governos de direita, que, em qualquer caso, poriam em causa as conquistas fundamentais da revolução portuguesa.

A única hipótese de um governo de esquerda é um governo com o Partido Comunista. Não há nenhuma outra hipótese no quadro político nacional».

Depois de reafirmar que uma forte votação no PCP é condição essencial e indispensável para uma maioria de esquerda, o camarada Álvaro Cunhal frisou que o reforço do PCP «não é apenas do interesse do próprio Partido, mas do interesse de todo o processo democrático português».

Assim, muitos democratas e antifascistas, «acompanham os nossos esforços no sentido da formação de uma maioria de esquerda».

O secretário-geral do PCP, em resposta às perguntas formuladas pelos jornalistas, referiu-se ainda a vários aspectos da situação política, nomeadamente às relações com o PS, aos governos provisórios, ao papel do MFA no processo democrático, ao 25 de Novembro, às eleições para a Presidência da República e à questão da independência nacional.

pela unidade de esquerda tenham condições a pôr em prática. O voto no PCP reforça assim a sua qualidade de voto seguro e certo não só para constituir quantitativamente uma maioria de esquerda através da eleição de uma forte representação comunista na Assembleia da República, como também para que o peso dessa representação assegure o concretizar da unidade que o PCP claramente defende como indispensável à defesa e prosseguimento do processo revolucionário.

A campanha eleitoral veio, em suma demonstrar a correcção das palavras que o PCP dirigiu no seu início ao povo português.

Do resultado das eleições para a Assembleia da República dependem, em larga medida, as conquistas da Revolução do 25 de Abril e o futuro de Portugal.

A firme resistência das forças populares e democráticas tem impedido que a direita reaccionária recupere o poder

económico e o poder político. Mas a reacção não desiste. O povo português sabe que a eventual maioria CDS-PPD-PDC-PPM significaria a um curto prazo a instauração de uma nova ditadura fascista.

O povo português pode derrotar e derrotar a reacção. O voto não é obrigatório. Ninguém pode nem deve ser coagido a votar. Mas, nenhum antifascista, nenhum democrata se deve abster. Se todos votarem em massa, a reacção não passará.

Uma grande votação no PCP é condição indispensável para uma maioria de esquerda, um governo de esquerda, uma política de esquerda.

O voto no PCP é o voto seguro e certo no futuro democrático de Portugal.

O PCP é o Partido da verdade e da esperança.

A CONSTITUIÇÃO É UMA PROVA DA UNIDADE INDISPENSÁVEL

O processo democrático português dispõe de um texto legal que o consagra e defende. O caminho para uma sociedade socialista está institucionalizado.

A Constituição, que passa a vigorar em todo o território nacional a partir do próprio dia das eleições para a Assembleia da República, é de execução obrigatória para todos os partidos, mesmo para os mais reaccionários, mesmo para o CDS que a não aprovou.

Essa lei fundamental, que consagra as liberdades e direitos dos cidadãos e institucionaliza os novos órgãos do poder, foi possível alcançar-se porque, na Assembleia Constituinte, se verificou, sobretudo nos últimos tempos, uma aproximação entre socialistas e comunistas que, juntamente com o MDP/CDE, derrotaram as forças da direita reaccionária e conseguiram fazer aprovar uma Constituição que institui um regime político de liberdade e progresso social.

As massas trabalhadoras, todo o povo português, dispõem agora, legalmente, do direito de defenderem e de verem defendidas pelas autoridades as grandes conquistas da revolução que o texto constitucional consagra. Os atentados contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária e o controlo operário são atentados contra a Constituição, contra a Lei por que se regem todos os portugueses.

Embora com lacunas e imprecisões, a Constituição é uma vitória do nosso povo e de todas as forças democráticas.

A sua aprovação provou novamente que o processo democrático, para que prossiga e se consolidem os passos já dados a caminho do socialismo, não pode dispensar a unidade das forças democráticas e progressistas, não pode dispensar a coesão dos militares do 25 de Abril, do Movimento das Forças Armadas, que também partilha dessa vitória que é a Constituição, tal como foi aprovada e vai entrar em vigor.

A convergência dos votos socialistas e comunistas na Constituinte foi imprescindível para que dela não saísse um texto que contrariasse, ou anulasse, as grandes realizações que são obra de todo o povo e têm inimigos poderosos.

As tentativas de recuperação do grande capital monopolista e latifundiário caem hoje sob a alçada da lei. Segundo a Constituição, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário são realizações inatacáveis.

O fascismo foi posto fora da lei. E a sua base material também.

Cabe agora, nas eleições de domingo, defender ao lado das outras, essa conquista: a Constituição. Não se pode perder nas urnas aquilo por que todos os dias se esforça e luta o povo português. Não se pode ceder nas eleições um milímetro que seja das realizações consagradas pela Constituição.

CUSTO DE VIDA E ELEIÇÕES

O custo de vida sobe em flecha. Os senhores do PPD e alguns do PS fazem promessas em vão. Os comunistas não ocupam as pastas ou cargos governamentais responsáveis pela crise. Os ministros vão à TV dizer que só soberam da carestia da vida por intermédio das esposas. A tática é clara: os meios criados pela Revolução não são aplicados pelo Governo para normalizar a actividade económica.

Se analisarmos a actuação dos ministros e dos secretários de Estado da direita que estiveram e estão presentes no Governo, chegaremos facilmente à conclusão que a direita é inteiramente responsável pela situação criada na economia nacional.

Por um lado ataca as forças de esquerda e apregoa, muitas vezes com desespero, que são elas as «responsáveis», por outro afasta Comissões Administrativas de empresas em plena recuperação, outora vítimas do boicote dos patrões e do imperialismo, nomeia novas comissões afectas à entidade patronal, entrega descaradamente empresas e fábricas aos antigos donos e coloca no Ministério do Trabalho um grupo de homens que não merecem a confiança dos trabalhadores e que desenvolvem uma política antioperária e antipopular (congelamento de salários, e da contratação colectiva, etc.).

A política levada a efeito pelos ministros das Finanças, do Comércio Interno e do Trabalho, entre outros, é a imagem mais ou menos exacta do que poderá acontecer se a direita tomar o poder.

A resolução do problema económico no nosso país só tem uma saída: é a aplicação de medidas progressistas, de medidas que definam na prática uma orientação antimonopolista e antilatifundiária.

Depois da promulgação do texto constitucional, as forças do progresso, das quais se destaca o PCP, organização de vanguarda do proletariado e de todos os trabalhadores, travam outro combate: as eleições para a Assembleia da República. Daqui se irá definir um Governo. E deste Governo, uma política. O voto nos partidos reaccionários, ao contrário do que eles apregoam, não vai estabelecer as condições para a resolução dos graves problemas que o país atravessa. Um Governo de direita nunca poderá resolver, senão nos moldes fascistas — o que equivale à miséria, ao atraso e ao desemprego — o impasse em que se encontra a nossa actividade económica, o desenvolvimento produtivo, o aumento do custo de vida, o desemprego.

Votar PCP, votar para uma maioria de esquerda é a única forma de garantir que o nível de vida das classes trabalhadoras será defendido por um Governo ao serviço dos trabalhadores.

MAIS UM SERVIÇO À REACÇÃO

As autoridades sociais democratas da RFA expulsam um candidato do PCP à Assembleia da República

1 O Partido Comunista Português protesta contra a discriminação de que foi alvo o seu militante José Vargas Picado, candidato pelo círculo da Emigração na Europa à Assembleia da República, ao ser expulso da RFA no dia 11 de Abril deste ano.

2 José Vargas Picado dirigia-se do Luxemburgo para a República Federal Alemã com a finalidade de ouvir os trabalhadores emigrantes acerca dos problemas mais sentidos por estes, para que os futuros deputados comunistas na Assembleia da República melhor defendessem os interesses da emigração portuguesa.

3 ÀS 6 horas e 45 minutos do dia 11 o carro em que seguia, juntamente com outro companheiro de viagem e o casal que se prestou a transportá-los foi interceptado no posto fronteiriço da RF Alemã, na ponte de Wasserbillig. Ao casal de emigrantes foi permitido seguir viagem, depois de se confirmar serem exclusivamente amigos pessoais de Vargas Picado. Mesmo assim estes estiveram retidos durante perto de 5 horas e foram submetidos a interrogatórios, tal como Vargas Picado e o seu companheiro de viagem, pela polícia secreta, que se fez apresentar para o efeito como polícia criminal.

4 Durante o tempo em que esteve retido, José Vargas Picado viu-se impedido de telefonar, de contactar um advogado e inclusive de conhecer a lei que a polícia secreta do governo social-democrata invocava. O camarada candidato foi impedido de aguardar no local a vinda de um advogado que tomasse em suas mãos o problema.

5 A lei invocada — lei dos estrangeiros (Ausländergesetz), §18.º, cap.1 em ligação com §10.º, cap. (1)-1 — afirma que um estrangeiro pode ser expulso quando puser em perigo a ordem constitucional livre e democrática ou a segurança da

RFA. O todo poderoso estado social-democrata alemão, país das liberdades para os grandes monopólios, diz ver ameaçada a sua ordem constitucional por um cidadão português, membro do Partido Comunista Português que pretendia tão só ouvir os trabalhadores emigrantes do seu país. Ridículo, demagógico e falso argumento quando sabemos que comunistas na RFA são perseguidos, expulsos dos seus empregos, vítimas de toda a espécie de discriminações, impedidos de ocupar postos na função pública além das outras profissões. O que a polícia alemã quis esconder por trás da lei invocada é a perseguição sistemática que move àqueles que defendem a liberdade, a democracia e a paz. A social-democracia prestou mais um bom serviço à reacção.

6 Ainda há bem pouco tempo esteve na RFA, contactou com autoridades deste país e obteve apoios, um homem e a organização a que pertence que pretende ameaçar a liberdade e a democracia em Portugal, o ex-general Spínola e o MDLP. A máscara democrática da social-democracia alemã não resiste aos factos e deixa ver o cariz anti-social e opressivo deste regime, dando liberdade de movimentos ao fascista Spínola e expulsando um democrata e antifascista.

7 Aos portugueses trabalhadores emigrantes na RFA, o Partido Comunista Português assegura que não obstante esta discriminação de que foi vítima um seu candidato, tendo em conta que membros de outros partidos políticos portugueses têm-se deslocado a esse país para contacto com emigrantes, inclusive com apoio governamental, irá defender, como sempre o fez, os interesses dos portugueses que se viram obrigados a procurar fora de Portugal o trabalho que o fascismo aqui lhes negava.

Lisboa, 20 de Abril de 1976.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PCP

RÁDIO VOTA PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

DIA 23, 6.ª FEIRA

RÁDIO-DIFUSÃO PORTUGUÊSO das 19 e 10 às 19 e 20 das 20 e 10 às 20 e 20

RÁDIO RENASCENÇA das 23 e 50 às 24

XV CONGRESSO DO PC DA CHECOSLOVÁQUIA VIA PARA NOVAS VITÓRIAS DO SOCIALISMO

Operários, camponeses cooperativistas, intelectuais, mulheres, homens e jovens, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista da Checoslováquia, com o apoio dos outros partidos, encaram com confiança as tarefas de construção do socialismo desenvolvido

Desde o primeiro momento até ao final, assinalado pelo canto vibrante da «Internacional», o XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia reflectiu eloquentemente a actividade criadora do povo checoslovaco na construção do socialismo, o impulso das massas trabalhadoras no cumprimento das tarefas de uma economia e sociedade mais desenvolvidas, a profunda coesão entre o partido e o povo, o alto nível ideológico da vanguarda cada vez mais larga da classe operária da República Socialista da Checoslováquia. Do mesmo modo se manifestou a integração, intimamente coesa, com os outros irmãos dos outros países socialistas. O XV Congresso do PC da Checoslováquia traduziu ainda o grande entusiasmo do povo checoslovaco na edificação da nova sociedade, entusiasmo que garante a concretização das complexas metas do VI Plano quinquenal ratificado pelo Congresso, entusiasmo que ecoa nas cantigas dos Pioneiros e da União Socialista da Juventude, entusiasmo visível nas ruas quando, nos fins de tarde, os pais carregam aos ombros as crianças felizes como só é possível encontrar no campo socialista.

Este optimismo, esta crença nas próprias forças, foi destacada pelo camarada Kirilenko, secretário do Comité Central do PCUS e chefe da delegação soviética: «Se nos perguntassem o que nos impressionou mais no vosso Congresso, citaríamos o optimismo, a convicção na vossa força, derivada da firme certeza de que a via escolhida é justa, que a política e os planos do Partido encontram um largo apoio em todo o povo trabalhador. Para os

marxistas-leninistas, a prática foi e será sempre a mais segura confirmação da linha política do Partido e o critério mais importante da sua veracidade. A prática desta própria via testemunha a justeza da linha do PC da Checoslováquia, testemunha o seu acordo com as aspirações das massas populares, com os interesses do socialismo. Os sucessos com que os comunistas da Checoslováquia

socialismo mundial foi expressa nas palavras dos demais representantes dos partidos irmãos do campo socialista, o Partido Operário Unificado Polaco, o Partido Socialista Unificado da Alemanha, o Partido Socialista Operário Húngaro, o Partido Comunista Búlgaro, o Partido Comunista da Roménia, a Liga Comunista Jugoslava, o Partido Revolucionário da Mongólia, o

os quais manifestaram profundo acordo os delegados de todas as organizações regionais do Partido e das organizações municipais de Praga e de Bratislava, foram os seguintes:

— Relatório sobre as Actividades do Partido e a Evolução da Sociedade desde o XIV Congresso e as tarefas futuras do Partido, apresentado pelo camarada Gustav Husak, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, a cuja intervenção já fizemos referência.

— Informe da Comissão Central de Controlo e Revisão, apresentado pelo camarada Milos Jakeš, do Presidium do Partido.

— Informação sobre os objectivos principais no Desenvolvimento Económico e Social da RSCH nos anos de 1976 a 1980.

«Projecto de Directrizes para o desenvolvimento económico e social da RSCH nos anos de 1976 a 1980», apresentado pelo camarada Ludomir Strougal, membro do Presidium do Comité Central e presidente da República Socialista Checoslovaca.

O relatório da Comissão de Controlo e de Revisão evidenciou, de modo inequívoco, o crescimento do Partido, o seu alto nível ideológico que não cessa de se intensificar, o aperfeiçoamento da disciplina e unidade orgânica, a coesão entre o Partido e o Povo.

As metas traçadas pelo VI plano quinquenal foram caracterizadas no informe sobre os objectivos fundamentais de desenvolvimento até 1980.

Momento dos mais entusiásticos do Congresso ocorreu durante a intervenção do camarada Ludomir Strougal.

Após ter salientado os resultados obtidos no decorrer do V plano quinquenal, traçado pelo XIV Congresso, o camarada Strougal disse:

«O nível actual da nossa economia e a situação global da sociedade constituem uma base positiva sob a qual o nosso futuro pode ser edificado com toda a confiança. Além do potencial de trabalho e intelectual, e a vasta riqueza cultural e material, consideramos como o mais importante o facto de as massas compreenderem os objectivos e programas do nosso Partido, de se identificarem com eles e de os cumprirem cada vez mais activamente».

Depois de analisar as condições objectivas em que se vai desenvolver o trabalho de concretização do VI plano quinquenal, o camarada Strougal continuou:

«Baseando-se nas experiências anteriores, o Partido considera como indispensável assegurar que o VI plano quinquenal tenha como dominante uma alta eficiência no desenvolvimento e na qualidade da produção e em todo o trabalho. A orientação da evolução económica e social durante este plano quinquenal far-se-á segundo estas tendências fundamentais».

«Com o fim de cumprir o objectivo fundamental da política do Partido elevar-se-á novamente o nível de vida material e cultural da população e procurar-se-á aumentar a sua taxa média de longevidade: atingir em 1980 um nível de rendimento nacional superior de 27 a 29% ao de 1975; elevar consideravelmente o nível científico e técnico da economia e atribuir ao crescimento da produtividade social de trabalho a quota parte de 90% no crescimento do rendimento nacional».

«Terá de tomar-se em consideração a estabilização da produção dos meios de produção, melhorar o emprego de meios de produção essenciais, nomeadamente mecânicos, na indústria, na construção e na agricultura».

«Reforçar a capacidade industrial do país e aumentar a produção industrial em 32 a 34 por cento. Obter uma melhoria na qualidade, variedade e renovação contínua de produtos. Assegurar o desenvolvimento acelerado da indústria das construções mecânicas que constitui a condição principal do sucesso de toda a política económica; assegurar uma maior autonomia no domínio dos produtos agrícolas fundamentais, desenvolvendo e intensificando a produção; desenvolver substancialmente as capacidades de exportação da economia e melhorar a eficiência nas trocas de produtos e serviços nos mercados mundiais; continuar a elevar a capacidade de defesa do país e, em conformidade com os nossos mais profundos interesses, reforçar os laços de aliança e cumprir os compromissos derivados da nossa participação no Tratado de Varsóvia».

«A realização destes objectivos está inseparavelmente ligada com a prática consequente da qualidade do desenvolvimento político, social, económico e cultural. Sem estes factores não seria possível atingir um crescimento rápido da eficácia de toda a nossa sociedade em geral e da economia em particular. Sob a direcção do nosso Partido todos devemos agir para que na consciência do povo se implante e reforce a convicção sobre a necessidade objectiva de enfrentar as novas condições exigindo o aumento substancial da eficiência da economia nacional, por uma qualidade nitidamente mais perfeita do trabalho e também pela melhoria considerável do nível e da eficácia do trabalho nos organismos de Estado e económicos».

Depois de analisar em profundidade a aplicação destas tendências fundamentais do VI plano quinquenal em cada sector da economia nacional, na produção industrial e agrícola, na esfera científica e técnica, o camarada Strougal terminou a sua longa intervenção com palavras de confiança:

«Contamos com boas condições prévias para realizar todos os nossos objectivos fundamentais: um Partido aplicando consequentemente os princípios marxistas-leninistas, um plano exigente mas traçado com realismo, uma base material e técnica largamente desenvolvida, grandes possibilidades derivadas da nossa participação na integração económica socialista, nomeadamente em cooperação com a URSS. O principal factor das nossas certezas no futuro é o povo com as suas experiências e espírito de devotamento, já demonstrados por diversas vezes no passado e no início deste VI plano quinquenal. Depende de nós saber utilizar optimamente todas estas condições favoráveis».

«Podemos encerrar os anos futuros com um optimismo real e fé profunda na felicidade do nosso povo. Os resultados concretos e os sucessos da nossa causa comum constituíram um novo progresso importante na edificação da sociedade socialista desenvolvida na Checoslováquia. Sabemos que esta será paralelamente a nossa contribuição para o fortalecimento da força económica e política e também da autoridade da comunidade dos países

socialistas, da qual o nosso partido constitui, um elo firme e seguro, será a tradução da nossa contribuição activa para o fortalecimento da causa da paz e do progresso social no mundo. Estamos conscientes da nossa grande responsabilidade na evolução futura do socialismo na nossa pátria e anima-nos uma força inquebrantável para cumprir as próximas e exigentes tarefas».

«Sob a direcção do Partido Comunista, avançaremos audaciosamente e resolutamente para novas vitórias dos ideais do socialismo, para o futuro feliz da nossa Pátria, a República Socialista Checoslovaca».

UM POVO CONSTRUINDO O SEU FUTURO

Da tribuna do Congresso, operários, camponeses das

25 por cento».

«Em comparação com o quarto quinquênio — disse o camarada Toman — a nossa contribuição para os fundos estatais ultrapassou o plano em 30 por cento de carne e cereais e 22,5 por cento do leite. A produção de cereais desenvolveu-se a um ritmo anual médio de 5,6 por cento... Secámos mais de 58 mil hectares de terra agrícola, o que, além de outras coisas, nos permitiu aumentar a área arável em mais de cinco mil hectares».

O camarada Toman terminou assegurando que os trabalhadores da Boémia do Sul dedicam uma atenção extraordinária à solução complexa do problema dos cereais e ao aumento da produção da batata, afirmando que os agricultores se entregarão com todas as suas energias ao cumprimento das tarefas do Congresso.

«Uma parte importante da nossa

indispensável que contribui para o fortalecimento da autoridade internacional da República Socialista da Checoslováquia e assegurou a todos os delegados e convidados do Congresso que, para o Partido Popular Checoslovaco, as conclusões do XV Congresso do PC da Checoslováquia serão um documento programático que comprometerá os seus elementos a trabalhar abnegadamente em prol do desenvolvimento futuro económico e cultural da Checoslováquia, e pelo aprofundamento das alianças fraternais com a União Soviética e com todos os países do campo socialista para o progresso e a paz no mundo».

O presidente do Partido da Liberdade e Socialismo, Michal Zakovic depois de referir a fraternidade e aliança com o povo soviético e as perspectivas de expansão e desenvolvimento da URSS, manifestadas no recente XXV Congresso do PCUS, disse aos delegados e convidados do XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia:

«O vosso Congresso é uma festa não somente para os membros do Partido Comunista, mas também para os filiados no Partido da Liberdade e para todos os cidadãos que desejam que prossiga a construção da paz na nossa pátria socialista, o desenvolvimento das relações fraternais e sinceras entre checos e eslovacos, em colaboração com as outras nacionalidades da nossa República».

Unisso a vontade inquebrantável de cumprir o VI plano quinquenal, comum a convicção de que o socialismo desenvolvido se assegura um futuro ainda mais pleno para os homens foi pois a manifestação entusiástica dos delegados ao Congresso, representantes do Partido Comunista, vanguarda revolucionária do povo, bem como dos representantes dos outros partidos da República Socialista da Checoslováquia. E um povo assim unido nos seus objectivos de progresso, felicidade e paz não deixará de cumprir as directrizes árduas do VI plano em cuja concretização se contém o desenvolvimento cada vez mais perfeito da sociedade socialista.

HUSAK REELEITO

O camarada Gustav Husak, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, foi reeleito para o seu cargo pelo XV Congresso do Partido que manifestou igualmente plena confiança em toda a direcção do Partido. Todo o Presidium foi reeleito por unanimidade, permanecendo portanto nos seus cargos os camaradas Vasil Bilak, Peter Colotka, Karel Hoffmann, Vaclav Hula, Alois Indra, Antonín Kapek, Josef Kempny, Josef Korcak, Josef Lenart e Lutomir Strougal. Apenas o general Ludvík Svoboda desapareceu da lista por se encontrar gravemente doente. Os secretários do CC foram igualmente reeleitos, exceptuando Frantisek Ondrich que, desde Fevereiro passado, é presidente da Comissão de Controlo Popular, e o primeiro-secretário do PC da Eslováquia, Josef Jelinek, que permanece no Presidium mas não consta da lista dos membros do Secretariado. Como novos membros do Secretariado surgem Maria Kablehova, presidente da União das Mulheres, Cestmir Lovetinsky, que era chefe da secção de Organização Política do CC e Jindrich Polednik, presidente da União da Juventude. O Comité Central foi também alargado, passando o número dos seus membros de 115 efectivos e 45 suplentes para 121 efectivos e 52 suplentes.

cooperativas, intelectuais, artistas, homens, mulheres e jovens, falaram com calor dos sucessos obtidos na concretização do V plano quinquenal e da delimitação com que os trabalhadores checos e eslovacos se propõem realizar as metas traçadas no VI plano quinquenal e se permitir o seu desenvolvimento extraordinário da economia e da sociedade checoslovaca até 1980. Mais de 32% dos delegados operários, 76 por cento de origem proletária, mais de 10 por cento de membros de cooperativas, intelectuais e outras camadas da população deram exemplos concretos do trabalho socialista, da edificação de um futuro melhor em todas as regiões da Checoslováquia.

Eis alguns testemunhos significativos do fervor revolucionário do povo checoslovaco no cumprimento das tarefas do mundo novo que foram quotidianamente guiados pelo Partido Comunista Checoslovaco:

«Cumprimos dignamente as tarefas do V Plano Quinquenal e produzimos mercadorias cujo valor ultrapassa o plano em mais de 85 milhões de coronas — declarou a camarada Karolína Chlebová, chefe de secção de preparação técnica da produção de Tatrasvit em Svít. Participámos activamente na satisfação das necessidades do mercado interno e cumprimos com êxito, o que nos impunhamos realizar a nível do mercado externo. As nossas exportações aumentaram cerca de 254 por cento para os países socialistas e 242 por cento para os países capitalistas».

Mais adiante a camarada Chlebová salientou que em honra do XV Congresso assumiram compromissos socialistas cerca de 98 por cento dos trabalhadores de Tatrasvit e que nas brigadas do trabalho socialista se encontram mais de 62 por cento dos trabalhadores da empresa. A camarada Irlisov ainda que o trabalho das mulheres na região da Eslováquia oriental aumentou consideravelmente graças ao incremento da indústria têxtil e de confecção, afirmando a felicidade dos trabalhadores pela sua participação activa «na construção da nossa sociedade socialista desenvolvida».

«As brigadas de trabalho socialista na nossa empresa têm uma grande tradição e, desde a sua constituição nos anos de 1958 até 1960 têm desenvolvido ininterruptamente as suas actividades» — disse o camarada Frantisek Graf, mineiro da mina «Presidente Gottwald» em Hrdlovka.

«Durante todo este tempo não houve um só ano em que não tivéssemos cumprido o plano estatal graças principalmente às brigadas de trabalho socialista e aos esforços dos outros trabalhadores».

O camarada Josef Toman, presidente da Cooperativa Agrícola de Záhori, na região da Boémia do Sul, na sua intervenção, referiu que durante o último quinquênio o aumento da produção agrícola havia atingido a média de 5 por cento anualmente».

A produção industrial aumentou nesta região em cerca de 40%, a produção agrícola bruta durante o quinquênio em 2,2% e a produção destinada ao mercado elevou-se

luta ideológica, uma grande força espiritual da nossa época socialista é a arte, e particularmente a literatura» constatou o presidente da União dos Escritores Checoslovacos, o camarada Jan Kozák, de cuja intervenção destacamos alguns extractos.

«No período de superação da profunda situação de crise na nossa sociedade, os escritores fiéis ao Partido e ao Povo tiveram uma tarefa difícil. Constatamos uma nova União de Escritores que dedicaram a sua vida e trabalho à missão que se abria depois do Fevereiro vitorioso de 1948. Podemos dizer que entre os novos autores da média e da jovem geração não existe um só escritor de valor que através da sua criação e consciência de cidadão socialista não adira ao programa do Partido. A luta para reflectir artisticamente a nossa sociedade, o seu carácter socialista desenvolve-se com êxito na literatura». Depois de considerar que o mesmo se verifica na esfera da dramaturgia e da música, cinematografia e outras actividades, o camarada Kozák acrescentou:

«Nunca perdemos a oportunidade de enriquecermos com obras verdadeiramente artísticas, qualquer que seja o país onde surjam, obras que nos façam conhecer os valores democráticos, humanistas e progressistas de toda a literatura mundial. E se alguns depois da Conferência de Helsínquia, atacam a política cultural do nosso Estado, que reparem primeiro como o nosso povo se familiariza com a nossa literatura socialista e com a literatura dos países socialistas em geral. Se os capitalistas impedem a divulgação da cultura socialista é por que têm temores justificados da atracção do socialismo».

Representando também o povo da República Socialista da Checoslováquia, os convidados de outros partidos políticos que, com o Partido Comunista da Checoslováquia e as diferentes organizações de massas que constituem o Fronte Nacional, expressaram o seu apoio à realização do Programa do XV Congresso do PC da Checoslováquia.

«A formulação das novas tarefas para a construção da sociedade socialista desenvolvida, significa o enriquecimento futuro dos valores multifacéticos, que tão claramente diferenciam a nossa realidade socialista da crise económica e social sem saída do capitalismo», afirmou no seu discurso de saudação ao Congresso, Bohuslav Kucera, presidente do Partido Socialista Checoslovaco.

J. Martan, presidente do Partido do Renascimento Eslovaco referiu que os membros do seu partido «com profunda convicção, reconhecem a força dirigente do Partido Comunista da Checoslováquia» e que «os êxitos e os resultados alcançados no passado quinquênio são obra do trabalho objectivo do PC da Checoslováquia que, na Frente Nacional conseguiu unir todas as camadas da população para o bem-estar e felicidade comuns».

Rotislav Petera, presidente do Partido Popular Checoslovaco, na sua intervenção, assinalou que o fortalecimento das relações fraternas, internacionalistas, com os países da comunidade socialista e sobretudo com a URSS, são um valor básico e

da nossa enviada especial HELENA NEVES

celebram o seu XV Congresso e o seu 55.º Aniversário, são verdadeiramente consideráveis... «As experiências da edificação socialista na República Socialista da Checoslováquia representam uma parte importante das experiências de todo o mundo ganhas na luta pela realização dos ideais comunistas. Os vossos sucessos fortalecem o prestígio e as posições do socialismo mundial no seu conjunto. A importância principal do vosso Congresso consiste na confirmação e desenvolvimento contínuo da linha que aprofunda a cooperação da Checoslováquia com os partidos irmãos da comunidade socialista, a linha da participação activa nas actividades da Organização do Tratado de Varsóvia e do Conselho de Assistência Económica Mútua. A República Socialista da Checoslováquia contribui de uma maneira importante para o reforço da unidade e da homogeneidade dos países socialistas.»

A unidade cada vez mais forte do

Partido dos Trabalhadores do vietnam, o Partido do Trabalho da Coreia, o Partido Comunista Cubano. Esta unidade é a garantia mais potente do triunfo da causa da paz e do socialismo. O potencial da família dos Estados Socialistas-irmãos, as conquistas do movimento comunista e operário a nível internacional, a consolidação do trabalho criador e mútuo em todos os domínios da vida foi, sem dúvida, enriquecido com a experiência do XV Congresso do PC da Checoslováquia. Este o sentimento de todos os partidos irmãos que, através dos delegados levaram ao povo checoslovaco o testemunho da coesão cada vez mais desenvolvida da comunidade socialista.

AVANTE POR NOVAS VITÓRIAS DO SOCIALISMO

Os documentos básicos apresentados ao Congresso sobre



VIVA A AMIZADE ENTRE OS POVOS DE PORTUGAL E DA CHECOSLOVÁQUIA!

Na sua intervenção num comício integrado nos trabalhos do XV Congresso do PC da Checoslováquia, o camarada Sérgio Vilariques, do Secretariado e da Comissão Política do CC e chefe da delegação do nosso Partido, enalteceu o internacionalismo proletário, símbolo da unidade e da vitória da luta revolucionária

Os representantes dos partidos irmãos e do movimento comunista e operário internacional presentes no XV Congresso do PC da Checoslováquia encontraram-se no passado dia 15, em diversas regiões da República Socialista da Checoslováquia, com as massas trabalhadoras em comícios realizados em fábricas e cooperativas agrícolas, verdadeiro encontro-símbolo do internacionalismo proletário.

O camarada Sérgio Vilariques, chefe da delegação do PCP ao XV Congresso, e o camarada Rogério de Carvalho, do CC, levaram aos trabalhadores da fábrica de computadores ARITMA, em Praga, o eco das esperanças do povo português na sua indomita luta pela libertação nacional, contra a reacção, pela defesa do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril. Acompanhados pelo ministro das Relações Internacionais da República Socialista da Checoslováquia, deslocaram-se a esta empresa, além da delegação do nosso Partido, os representantes dos Partidos Comunista das Filipinas, da Frente de Libertação Nacional da Argélia e do Partido Comunista Turco. Aguardavam as diferentes delegações, o núcleo do Comité de Fábrica do PC da Checoslováquia, o presidente do Movimento Sindical Revolucionário e o presidente de uma Associação de Amizade, além de outras individualidades. O calor com que foi distinguida a intervenção do camarada Sérgio Vilariques, que se faria também sentir na visita da nossa delegação a uma cooperativa agrícola da região da capital, demonstra bem como a luta do povo português encontra no povo checoslovaco, bem como nos outros povos socialistas, um fraternal e solidário apoio que tem sido manifestado por diversas formas quer no período de luta contra o fascismo, quer depois do 25 de Abril.

Na sua saudação aos operários e outros trabalhadores da empresa Aritma, inscrita no livro de honra da fábrica, escreveu o camarada Sérgio Vilariques:

«A delegação do CC do PCP ao XV Congresso do PC da Checoslováquia deseja a todos os operários da Aritma as maiores felicidades, e pede-lhes para trabalharem ainda melhor para bem de todo o povo do seu país e para o triunfo mais rápido do socialismo em todo o mundo».

Na sua intervenção na fábrica Aritma, o camarada Sérgio Vilariques historiou os aspectos mais importantes da revolução portuguesa encetada a 25 de Abril, a combatividade do povo trabalhador na defesa das conquistas revolucionárias contra o «complot» da reacção nacional e internacional. Referindo-se aos progressos da construção do socialismo na Checoslováquia, o camarada Vilariques disse:

«As tarefas e as metas apontadas pelo XIV Congresso foram cumpridas com êxito e na maior parte dos casos ultrapassadas. A economia conheceu um impulso e um desenvolvimento muito grande. Aumentaram e alargaram-se as regalias sociais e económicas do povo checoslovaco. Desenvolveu-se a cultura e o desporto. A Checoslováquia assegurou a sua posição cimeira entre os países industrializados. Reforçou-se o papel dirigente da classe operária e simultaneamente a sua aliança com o camponato e a intelectualidade. Reforçou-se o Estado socialista. Aprofundou-se a democracia socialista e a Federação

Checoslovaca como base jurídica que dá forma ao estado de coexistência fraternal entre checos e eslovacos.

Pelos êxitos alcançados na edificação da sociedade socialista avançada, pela sua acção consequente no quadro da comunidade dos países socialistas, pela sua luta persistente pela afirmação dos princípios de coexistência pacífica, pelo valioso contributo dado pelo Partido Comunista da Checoslováquia à unidade do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, cresceu o prestígio e autoridade da República Socialista da Checoslováquia no plano internacional.

O progresso técnico e científico da Checoslováquia socialista está patente nesta grande e moderna fábrica de calculadoras onde cerca de 5000 trabalhadores ajudam a erguer as bases materiais do socialismo avançado.

O vosso trabalho criador constitui uma preciosa ajuda ao desenvolvimento económico da Checoslováquia e contribui para o bem-estar do vosso povo.

Quanto maior e melhor for a vossa produção, mais forte se tornará a Checoslováquia, o campo socialista e o vosso exemplo será caminho a seguir por outros milhões de trabalhadores.

A forma como os trabalhadores e o Povo da Checoslováquia cumpriram com êxito as tarefas apontadas pelo XIV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia constitui para os comunistas e trabalhadores portugueses motivo de regozijo e encorajamento na nossa actividade.

Pelo que nos é dado a conhecer, a Checoslováquia conhece um notável incremento económico. Alargam-se as condições e bases materiais que assegurarão um constante melhoramento material e espiritual dos povos checo e eslovaco. A classe operária e o seu Partido fortalecem-se e reforçam-se como força impulsionadora e dirigente da vossa sociedade. A unidade política e moral da Federação reforça-se.

Há dificuldades? Cremos que sim. Mas a vida na Checoslováquia é dirigida para o progresso, para o futuro, e o Partido Comunista da Checoslováquia, a classe operária, os trabalhadores e o povo checoslovaco a partir das teses aprovadas no XV Congresso e do seu cumprimento integral darão, estamos seguros disso, mais um grande passo para a sua suplantar e assim ligar os desejos de hoje à realidade de amanhã — a construção da sociedade comunista».

A terminar o camarada Sérgio Vilariques salientou: «O Partido Comunista Português e os trabalhadores portugueses não estão sós».

«Estão conosco as forças revolucionárias de todo o mundo, a URSS, o campo socialista, a Checoslováquia socialista, por cujo fraternal apoio e solidariedade, aqui, perante os trabalhadores da Fábrica Aritma, a delegação do CC do nosso Partido ao XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, quer expressar-vos a profunda gratidão dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal. Desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores sucessos no vosso trabalho criador e as maiores felicidades pessoais para todos vós».

● Nacionalistas palestinos e árabes de esquerda obtiveram muitos lugares em municípios da margem ocidental do Jordão (Cisjordânia) nas eleições recentemente realizadas. Os resultados, que beneficiaram em particular a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e o Partido Comunista, reflectem nomeadamente os protestos contra a ocupação.

● Regista-se na Dinamarca uma greve dos técnicos da central de processamento de dados, que reivindicam o início de novas conversações sobre o contrato de trabalho.

● O diário «Excelsior» do México, afirma que no Uruguai impera «a repressão mais absoluta» sobre a igreja católica e sobre todos os meios de informação. O regime de Bordaberry fechou, nos últimos anos, 16 dos 20 maiores diários do país e aplica sistematicamente a tortura como forma de sufocar qualquer organização ou manifestação popular no país.

● Num discurso pronunciado no Congresso Nacional de Empresas Públicas, o primeiro-ministro indiano, senhora Indira Gandhi, acusou o mundo ocidental de ataques contra o seu governo e afirmou a sua determinação em prosseguir a actual política. As críticas do mundo capitalista «constituem na realidade um ataque ao papel independente que a Índia tem vindo a desempenhar na política internacional».

● A Guiné-Bissau nacionalizou toda a sua riqueza florestal ao mesmo tempo que passam a ser propriedade do Estado todas as serrações existentes no país cujos proprietários se encontram ausentes no estrangeiro. As restantes serrações podem também ser nacionalizadas ou passarem a integrar empresas de economia mista em que a participação mínima do Estado seja 51 por cento. Os serviços agrícolas preparam uma intensa campanha de exploração e imediato repovoamento florestal.

● Por decisão do governo peruano, o Instituto Linguístico de Verão — denunciado como organismo de penetração norte-americana, cessará as suas operações no Perú antes do fim de 1976. Esta decisão culmina uma vasta campanha desenvolvida pelo campesinato, professores, estudantes e amplos sectores da imprensa pela expulsão do Instituto.

● Desde que entrou em vigor a nova lei da RFA que impede o acesso ao funcionalismo público de todos os suspeitos de simpatia pela ideologia marxista («radicalismo»), já foram criteriosamente examinados 500 mil candidatos.

● A Reforma Agrária surge em primeiro plano no programa do governo indiano que pretende acabar com as influências feudais nas regiões rurais. Mais de 330 mil hectares de terras pertencentes aos grandes latifundiários serão expropriadas. Oitenta e oito mil famílias de camponeses pobres já receberam cinquenta mil hectares de terra. Comités especiais, encarregados de problemas agrários, foram ou estão a ser criados nos diversos estados da República. O governo atribui aos camponeses pobres assim beneficiados um crédito para darem início aos trabalhos de cultivo dos novos terrenos.

● O Brasil apresentará a questão do Atlântico Sul como ponto principal na próxima Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal pretensão é interpretada como uma oficialização do seu interesse em criar um pacto militar no Atlântico Sul. Pacto naturalmente subordinado ao imperialismo americano.

● George Bush, director da CIA, declarou em Nova Iorque o que toda a gente já sabe, mas que nem por isso perde o peso de uma confissão responsável — que os Estados Unidos continuarão a sua actividade política encoberta no estrangeiro, acrescentando que aquela organização provocatória se recusa a desistir de futuras operações para mudar governos hostis ao imperialismo americano. Para Bush a CIA «tem de cooperar com o Congresso, tem de ser capaz de proteger os segredos da agência».

● A Central Unitária de Trabalhadores da Venezuela propôs às duas outras centrais venezuelanas que celebrassem o primeiro de Maio de uma forma unitária.

● O ministro peruano da Agricultura formulou um apelo aos peruanos para que eliminem todos os traços do individualismo e removam os escombros a que o capitalismo reduziu a agricultura no Perú. Foi anunciado que o governo transferirá em breve cerca de 300.000 hectares de terras no sudoeste do país para a posse de cinco empresas de propriedade social.

● O Camboja comemorou o seu primeiro aniversário como Estado socialista. Khieu Samphan, há dias nomeado chefe de Estado do Camboja, em substituição da dúbia figura de Sihanouk, prestou homenagem num comício realizado em Phnom Penh ao milhão de pessoas mortas durante a guerra e acusou os Estados Unidos pelo seu papel no país, quando apoiou o governo de Lon Nol.

● O presidente da Comissão de Descolonização das Nações Unidas afirma que o seu órgão chegou a conclusão que uma luta armada intensificada é a única solução possível para o problema rodesiano. Quaisquer outras conversações com o primeiro-ministro rodesiano — afirmou — seriam «não apenas um exercício de futilidades mas também uma conversa com a morte — o que é impossível».

● «A União Soviética e a Suécia contribuirão, por todos os meios, para o desanuviamento internacional e para a consolidação da paz, não só na Europa como no Mundo. Declaram os dois países, de ser realizado por intermédio de medidas concretas. Por isso, ambos os governos consideram de enorme significado a acta final da Conferência Europeia e confirmam o seu empenhamento na realização de todos os seus artigos e assumem essa responsabilidade» — afirma-se no significativo comunicado final publicado após a visita à URSS do primeiro-ministro sueco Olaf Palme.

Informação

Quem se encarnaça contra a revolução argelina?

Dentro de dias começará o debate público sobre a nova Constituição argelina. Ao anunciar tal acontecimento, o presidente Boumediene declarou que este documento inaugurará «a aliança de todos os revolucionários».

Na conferência, Boumediene falava sobre o desenvolvimento agrícola. «A tendência que existe — afirmou — é para que os trabalhadores da terra tenham a sua dignidade humana e que se ponha fim a toda a forma de exploração, miséria, ignorância e discriminação. A Reforma Agrária significa o estabelecimento de uma verdadeira igualdade, em que não existe uma minoria de cidadãos privilegiados e uma maioria que vá herdando a pobreza de geração em geração».

Boumediene alertou para a propaganda desenvolvida pelos que se encarnam contra a revolução argelina, aqueles a quem a nacionalização das terras argelinas afectou e que por terras da Europa Ocidental começaram a falar de democracia e a lamentar a sorte do povo argelino. Os mesmos que não a lamentavam quando, sob domínio colonial, o povo da Argélia se batia pela sua difícil libertação.

A Argélia tem constituído, no panorama político do Norte de África e do Médio Oriente, um importante polo de forças progressistas. Os esforços para cercar países como a Argélia e a Síria de zonas reaccionárias, particularmente evidentes nos casos do Líbano e do Sara Ocidental, visam também a sua sufocação. Traduzem a luta, na área, entre as forças progressistas e reaccionárias, entre regimes que apontam, ainda que com oscilações e hesitações, para a solução real dos problemas dos seus povos através da aplicação de uma política progressista, e os que se dão mãos com o imperialismo ou mais não são do que suas pontas de lança nesta área geográfica.

O debate da nova Constituição argelina, que constituirá sem dúvida um passo importante na consolidação das conquistas revolucionárias — virá de imediato provocar o incremento da luta ideológica, o agudizar da propaganda reaccionária.

Os senhores instalados em Paris, ou em qualquer outra capital do mundo ocidental, vão redobrar de esforços no sentido de pôr em causa o curso da revolução argelina. Vão subir de tom os lamentos sobre a sorte do povo da Argélia, falar de ditadura e de opressão, baralhar as cartas dos interesses de classes antagonicas, acusar de falta de democracia e liberdade.

É esta a base normal da propaganda reaccionária face à orientação progressista de um processo de desenvolvimento político — base que acaba por retirar às palavras democracia e liberdade (e até socialismo), qualquer conteúdo real — a não ser o de traduzir, de uma forma mais ou menos correcta, o equilíbrio de forças alcançado em determinado momento.

As palavras democracia e liberdade na boca da reacção têm, entretanto, um significado muito preciso, cuidadosamente ocultado. Na verdade, quando a democracia e a liberdade existem para um povo, para as massas trabalhadoras, não existem forçosamente para os seus opressores. Sempre que são tomados em linha de conta e defendidos os interesses das massas populares, são postas em causa «liberdades» particularmente importantes, como a liberdade de obtenção de lucros máximos, a liberdade de exploração desenfreada, a liberdade de manter na ignorância e em condições de vida subumana a maioria esmagadora da população, a liberdade de alienar as mais amplas camadas da população. Cessa assim de existir a democracia para o mundo do capital. A democracia e a liberdade simultaneas para exploradores e explorados mais não é que um mito criado e alimentado por os únicos que dele podem tirar proveito — as forças da reacção.

Quando a reacção recorre com particular acuidade a esse mito. Quando diz mesmo defender o socialismo — e hoje fá-lo com frequência — isso traduz o enraizamento nas massas de tais conceitos essenciais na construção do seu futuro. Traduz também a sua fraqueza. E o seu cinismo. O despuddorado recurso a todos os meios para retardar o curso da história.

Um cinismo que exige atenção permanente. E esforço redobrado de esclarecimento.

O imperialismo e os seus sabotadores radiofónicos

Nos últimos 20 anos e a partir do território da República Federal Alemã e de outros países da Europa Ocidental, durante as 24 horas de cada dia emissões anti-soviéticas provocadoras e hostis, são lançadas para o ar em russo e outras línguas dos povos da União Soviética. Essa é a tarefa da emissora que utiliza a designação hipócrita de «Rádio Liberdade». Em conjunto com a famosa «Europa Livre», as principais características do seu trabalho são a escolha tendenciosa de informações, as notícias falsas, as calúnias e a propaganda mais desbragada dos inimigos do regime socialista.

O ano passado os patrões da Rádio «Liberdade» inauguraram três novos canais e adquiriram dez novos emissores, prevendo-se por outro lado segundo o jornal «Die Welt» e para o ano corrente que o exercício financeiro destas emissoras atingirá 65 milhões de dólares, enquanto o do ano passado foi de 50 milhões.

Pelos seus objectivos e características tanto a Rádio «Liberdade» como a Rádio Europa «Livre» distinguem-se, mesmo assim, até entre as outras «coisinhas» de propaganda anti-soviética. Tanto num caso como no outro, trata-se realmente de centros de espionagem e de sabotagem ideológica, instalados em Munique mas recebendo instruções e dinheiro de Washington, onde podem ser encontrados os seus verdadeiros patrões.

O financiamento da RL e REL, cabe formalmente ao Conselho de Radiodifusão Internacional e as indispensáveis subvenções são concedidas pelo Congresso americano, cabendo ao Departamento de Estado a responsabilidade da actividade política das duas emissoras. Cai deste modo por terra, a convicção generalizada de que as mesmas são «empresas privadas», representando as «vozes livres dos emigrados» dos países

socialistas. Pelo contrário, a RL e a REL são o que sempre foram, um órgão de informações e propaganda dos serviços de informação norte-americana, controlando através de agentes da CIA, o conteúdo das emissões radiofónicas e o trabalho das filiais das emissoras em Paris, Roma, Londres, Viena e Bruxelas. De tal forma que o próprio controlo sob os seus funcionários chega ao ponto de serem punidos no caso de divulgação da sua actividade, em penas que podem chegar a 10 000 dólares e 10 anos de prisão.

Entre aqueles que se encontram à frente das emissoras em causa, vamos encontrar Walter Scott, ligado à CIA e antigo director da RL, actualmente vice-presidente do Conselho de Radiodifusão Internacional; e Havland Sargeant, também ligado à CIA, antigo subsecretário de Estado dos Estados Unidos e presidente dessa emissora. A cabeça dos departamentos e sectores mais importantes da RL e REL, encarregados de fornecer informações às várias subdivisões da CIA e aos serviços especiais da NATO, estão agentes da CIA como Gerd Von Doering, enquanto no número de altos funcionários do Centro de Radiodifusão, pagos pela mesma, figuram Robert Redlich, Peter Dorman, George Peny, Robert Tuck e Keith Bush.

A lista de nomes de homens da CIA, colocados nas duas emissoras, seria de tal modo longa que nos limitaríamos a apontar, apenas como outro exemplo, o de John Lodeizen, chefe da «redacção russa». Após ter terminado o curso da CIA em Garmish (RFA) foi colocado em Moscovo como 2.º secretário da Embaixada dos Estados Unidos. Tendo-se ocupado de tarefas que nada tinham a ver com a actividade diplomática, foi considerado «persona non grata» e expulso da URSS, após o que surge colocado no quartel-general da NATO em Bruxelas e finalmente como chefe de redacção da RL em Munique.

É nesta cidade que estão localizados os serviços de informação das forças armadas americanas na Europa, mais exactamente no aquartelamento «Macgrow» local para onde, em determinada altura, foram transferidos do Centro de Radiodifusão, os serviços de interceptação das emissões de rádio e de escutas telefónicas das embaixadas estrangeiras instaladas na RFA.

De forma a ocultar os seus objectivos e a fim de facilitar a sua actividade contra a URSS, há vários departamentos do Centro de Radiodifusão a funcionar noutros países, como é o caso do antigo «Departamento de Projectos Especiais» da RL, localizado na Itália. Sob a capa da «Associação Literária Internacional», esse departamento organiza o envio da literatura anti-soviética para a URSS e a difusão de propaganda do mesmo cariz entre os cidadãos soviéticos existentes nos países capitalistas.

Com o mesmo fim, foi transferido para Paris o «Departamento de Análise da Audição e Eficácia de Emissões» dirigido pelo funcionário da CIA, Max Ralis, cuja função em conjunto com os seus homens, consiste em estabelecer «contactos» com cidadãos soviéticos, enviar agentes para a URSS disfarçados de turistas e outras actividades do mesmo tipo. A partir de 1973, iniciou a sua actividade em Londres sob a direcção do traidor Finkelstein, uma outra filial do mesmo departamento.

De resto, parece ser uma das preocupações dos «patrões» da RL no que diz respeito à selecção dos seus colaboradores, a escolha de traidores tais como Glazenap (na realidade Lanine), Touglanov (Veli Zounnoun), Plaiev (Revlovski), Chamrov (Octiabrev), todos com um longo passado de agentes da Gestapo e dos serviços de informações nazis. Actualmente a totalidade desses e outros traidores e criminosos de guerra, responsáveis por torturas e execuções exercidas sobre patriotas soviéticos, são agentes da CIA. Na tentativa de renovar os seus quadros, a RL tem recorrido nos últimos tempos a alguns daqueles que, sob o pretexto de se fixarem em Israel, têm abandonado a União Soviética e seguido, afinal, para o campo dos inimigos do regime soviético: Galitsh, Belotserkovski e outros «activistas» de organizações de emigrantes brancos, anti-soviéticos e nacionalistas, colaboram também com as emissoras RL e REL.

No sentido de renovar, também, os temas das suas campanhas anti-soviéticas, os patrões e dirigentes das citadas estações de rádio encontraram um novo filão a que recorrem largamente e com avidez: trata-se do ódio anti-soviético cozinhado em Pequim e que é largamente difundido nas antenas tanto de uma como da outra estação emissora.

Procurando simultaneamente adaptar-se ao abrandamento geral verificado no clima político internacional, tentam mudar de tom e sugerem, agora, «uma mudança do sistema vigente da União Soviética» e esforçam-se por evitar instigações directas à sabotagem. Mas a sua essência não se modificou, como pode deprender-se destas palavras de Sig Michelson, nomeado recentemente presidente do Comité da RL e REL:

«Asseguro-vos que estas medidas — a fusão de diversos departamentos, a redução do pessoal, etc. — não foram dadas por considerações políticas no âmbito do «desanuviamento»; a política continuará a ser a mesma, continuará a ter como princípio, fazer o trabalho que for necessário fazer». Não se sabe lá muito bem de que «trabalho» se trata mas, segundo a revista «Blatter fur Deutsch» editada na Alemanha Ocidental, tudo indica que «os seus objectivos continuam inalteráveis: a propaganda, a espionagem e o trabalho de sapa contra os países socialistas».

Não restam já quaisquer dúvidas de que todas estas actividades representam uma violação das normas do direito internacional e da carta da ONU, assim como dos acordos estabelecidos na Conferência Europeia. Estes estabelecem, com efeito, o compromisso de todos os Estados participantes «absterem-se de toda a intervenção, directa ou indirecta, individual ou colectiva, nos assuntos internos ou externos da competência nacional de qualquer Estado».

É incompreensível como na nossa época, um Estado soberano como a RFA, tolera que estações de rádio estrangeiras, centros de sabotagem da CIA, se instalem no seu território. A própria Constituição da RFA afirma que «os actos que possam violar a vida em comum pacífica dos povos, são anticonstitucionais. Devem ser banidos».

Torna-se assim claro que uma actividade de «Liberdade» e de «Europa Livre» como a destas estações emissoras, é incompatível com o desanuviamento internacional e o desenvolvimento de cooperação pacífica de boa vizinhança. O apoio dado por certas instâncias dos Estados Unidos, ao prosseguimento da actividade de sapa ideológica e de espionagem destes dois centros de radiodifusão e a tolerância da RFA, quanto a essa actividade, tornam-se cada vez mais intoleráveis aos olhos da opinião pública soviética e internacional e à luz dos princípios que foram objecto do acordo de Helsínquia.

É da razão de ser de todos estes motivos que decorre, portanto, a lógica desta pergunta: quando será posto um fim a toda esta situação?

As vitórias da esquerda moldarão uma nova Europa

«Já declarei, e repito, que me sentiria muito feliz se os comunistas não subissem ao poder» — declarou Agnelli, presidente da gigantesca fábrica de automóveis Fiat e presidente da Confederação do patronato italiano.

Agnelli é bem a expressão de sentir do capitalismo italiano. Um capitalismo que, naturalmente, não se fica pelas palavras.

Neste momento está em curso na Itália todo um conjunto de manobras visando a completa desestabilização social e política e a sabotagem planificada. Os especuladores da bolsa actuam livremente na praça de Milão. Os açambarcadores patenteiam as suas capacidades. A hemorragia de divisas processa-se a um ritmo preocupante. Tudo isto num momento em que são particularmente agudos os problemas económicos nacionais. Os aumentos salariais servem de pretexto para novos saltos no processo inflacionista, lançando-se assim sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise do capital monopolista.

Os grupos terroristas de direita entram em acção. Registraram-se grandes incêndios em fábricas italianas, nomeadamente na fábrica de Automóveis Fiat em Turim, numa fábrica de sapatos em Ascoli, e nos armazéns Standa, em Roma, o maior estabelecimento em Itália de uma cadeia de supermercados.

Face à violência fascista, milhares de operários italianos deixaram de gozar os feriados da Páscoa para protegerem as instalações das fábricas onde trabalham. Particularmente nas cidades de Milão e Turim, os trabalhadores organizaram patrulhas de vigilância em torno das instalações fabris. Antes de começar a vigilância popular foi lançado fogo a dez fábricas e armazéns no último mês. Em diversas localidades, bombas incendiárias foram atiradas contra postos de polícia.

A situação que se vive actualmente em dois países capitalistas desenvolvidos da Europa — a Itália e a França — dois países cujo destino imediato terá sérias repercussões sobre o equilíbrio político do continente, é de molde a preocupar seriamente o imperialismo.

Enquanto na Itália uma vitória da esquerda unida, com peso determinante do PCI, é considerada como certa, em França, os esforços do governo do capital monopolista para moldar melhor ainda a sociedade francesa segundo os seus interesses, esbarra com a resistência popular nos vários sectores. Foi recentemente aprovado pela Comissão Coordenadora do movimento estudantil francês, representando 84 associações de estudantes em toda a França, a realização de um «dia nacional de acção pelas universidades em greve», tendo sido marcada a data de 23 de Abril. Este dia de luta culmina todo um conjunto de acções em que se inseriu uma manifestação de mais de 70 000 estudantes pelo centro de Paris.

Os estudantes franceses batem-se contra projectos de reforma de ensino que visam subordiná-lo mais estreitamente aos interesses do patronato francês, sob a capa de corresponder aos interesses económicos do país (naturalmente que é ludibriada a questão de que tais interesses económicos, num país capitalista, não são comuns para o capital e para as massas trabalhadoras).

Os actos de provocação verificados na manifestação de Paris alerta para a tática da direita de transformar justas manifestações de descontentamento ou acções reivindicativas, em situações de confronto gratuito, que só podem favorecer os seus desígnios.

A participação comunista nos governos — afirmou recentemente o jornal Pravda, órgão do Partido Comunista da União Soviética, «está a tornar-se agora um dos problemas permentes na vida política da Europa Ocidental, especialmente em relação à aguda situação política em Itália».

O temor gerado no seio do imperialismo por mais essa ameaça pendente sob o seu futuro leva-o a assumir atitudes hoje anacrónicas no contexto do actual equilíbrio mundial de forças. As conhecidas intervenções de Kissinger e de Schmidt, estigmatizando os Estados europeus que tivessem a audácia de incluir comunistas no seu governo, tomaram umas proporções, que o próprio jornal conservador inglês «Sunday Telegraph» se lhe refere em termos críticos, assinalando que «nenhum italiano ou português gostaria de pensar que as suas eleições livres estão a ser manipuladas de Bonn ou Washington».

A intervenção é, no entanto, real. Como justamente afirma o Pravda, parece que «está a formar-se um conceito pelo qual os EUA se consideram autorizados a intervir na vida política interna dos Estados da Europa Ocidental e a ditar-lhes certas condições americanas sobre a actividade parlamentar e a estrutura partidária dos seus governos», o que contradiz manifestamente os mais elementares princípios de não ingerência nos assuntos de outros países proclamados da acta final de Helsínquia.

As manobras de desestabilização que se estão a verificar na Itália, com que se pretende criar uma situação de caos que possa justificar alianças de direita para a tomada do poder ou agudizar de tal forma a crise económica e social que dificulte extraordinariamente a capacidade governativa de uma aliança de esquerda — tem nitidamente o dedo da CIA. A hipótese cada vez mais nítida de uma vitória da esquerda leva as forças da reacção a tentar precipitar o país numa situação particularmente difícil. Não é ocasional que sejam os grandes industriais a desejar as eleições antecipadas e o Partido Comunista (sem dúvida o grande vencedor de tais eleições) a esforçar-se por adia-las. O capital monopolista sabe bem as condições a que reduziu o país.

As descaradas interferências de Kissinger não têm entretanto encontrado o eco desejado, em Itália como em França. O Partido Socialista Italiano manifestou-se disposto a formar governo exclusivamente com o Partido Comunista Italiano, considerando fora de causa fechar a porta aos comunistas.

O futuro imediato da Europa está-se a jogar no dia-a-dia que hoje se está a viver na Espanha e em Portugal, na França e na Itália.

O 25 de Abril em Portugal será uma primeira peça na determinação desse futuro. Uma peça importante para o povo português, para todas as forças progressistas da Europa e do Mundo.



LÉNINE NASCEU HÁ 106 ANOS

Camaradas,

Há homens de que é muito difícil falar com palavras usuais. A história da Rússia, infelizmente, conhece poucos. Na Europa ocidental há-os. Por exemplo Cristóvão Colombo... Podemos citar na Europa ocidental numerosas dessas personalidades que serviram de algum modo da alavancas de viragem da história no sentido desejado. Entre nós, na Rússia, há apenas um, ou pouco mais, e esse é Pedro, o Grande.

Pois bem, Vladimir Ilitch é um homem desses, não apenas para a Rússia, mas para o mundo inteiro, para todo o nosso planeta. Penso que por mais belas palavras que pronunciemos, não conseguiremos traçar e revelar o alcance profundo da sua obra, da sua energia, da sua perspicácia, não só para nós mas para toda a humanidade.

Penso que não encontrarei, embora eu seja escritor, as palavras susceptíveis de pintar com bastante brilho esta grande figura, poderosa, cheia de vigor, esta figura de gigante.

Lénine é grande no plano político. Mas ao mesmo tempo é um homem simples, terrestre, de carne e osso.

Queria dizer algumas palavras sobre um outro Lénine que conheço pessoalmente, queria falar do homem de todos os dias, como vós e eu.

Em 1907, cheguei àquela húmida cidade de Londres, ao Congresso do Partido. Eu estava adoentado. Temendo que o meu estado se agravasse, Vladimir Ilitch Lénine veio ter comigo, ao hotel, e pôs-se a apalpar o colchão para ver se ele não estaria húmido. É assim o Lénine que eu conheço, que é um homem inteiramente inesperado para muitas pessoas.

Lembro-me da maneira como Lénine jogava as cartas, um jogo chamado «a tia» de que ele gostava muito; graças a isso como só ele sabia. Nesses momentos nada havia nele que pudesse admirar o mundo. Absolutamente nada: um Russo, tão simples, tão amável, tão afectuoso, um simples homem russo como qualquer um de nós. E de súbito descobrimos esta figura de gigante; quando a contemplo, asseguro-vos que embora eu não seja o maior dos medrosos, tremo. Tremo por ver esse grande homem que, como uma alavanca, altera a história do nosso planeta à sua vontade.

E quando se vê este homem simples, amável, afectuoso, rindo com um sorriso magnífico, transformar-se numa figura titânica, cuja importância é difícil de abarcar, há nisso qualquer coisa de maravilhoso.

É isto que queria dizer sobre Ilitch, sobre esse homem diante do qual me inclino em pensamento e a quem desejo, por longos anos, uma boa saúde e essa energia inesgotável que lhe é própria; desejo-lhe tudo o que há de melhor no mundo.

Vi grandes homens, conheci Tolstói e alguns outros. Mas esta figura de gigante eclipsa-os a todos.

Para vossa felicidade, para a felicidade do país inteiro, este homem existe. É preciso apreciá-lo muito, é preciso estimá-lo muito, é preciso ajudá-lo muito no seu labor imenso, universal, planetário. Sim, na pessoa de Lénine, a história da Rússia faz-se um milagre.

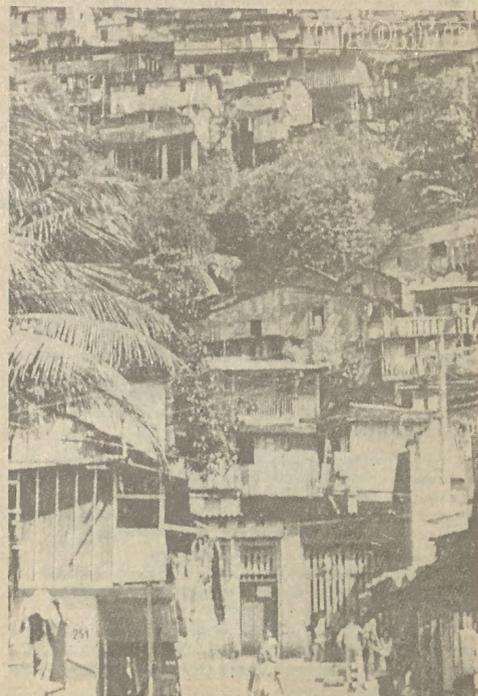
Compreendam-me bem, este homem não tem necessidade de nada para ele próprio, mas como figura histórica tem necessidade do vosso trabalho corajoso, tenaz ardente, tem necessidade da vossa estima afectuosa.

A mais bela homenagem que se possa prestar ao seu enorme labor, o mais profundo reconhecimento para com tudo o que ele fez não apenas para a Rússia, mas para a humanidade, é um trabalho honesto, um trabalho empenhado, o amor do trabalho, essa força de alma que vos desejo a todos com todo o meu coração... São estas, camaradas, as poucas palavras que vos queria dizer.

MÁXIMO GORKI

A 22 de Abril de 1870, faz hoje 106 anos, nascia o grande Lénine. Nas palavras do notável escritor soviético Máximo Gorki, ditas por ocasião do cinquentenário de Vladimir Ulianov, a memória sempre presente do incontestável guia do exército proletário mundial

NOS CAMPOS DO BRASIL A LUTA AVANÇA



A necessidade de realizar a reforma agrária no Brasil é cada vez mais evidente. Não tendo qualquer esperança na ajuda do governo, os camponeses sem terra começam a ocupar as terras incultas dos latifundiários.

Têm-se verificado recontros sangrentos entre os camponeses e os latifundiários. Segundo informou a Associação Brasileira para a Reforma Agrária, tiveram lugar, só no período 1972-1974, 197 incidentes cujo resultado provocou a morte de 63 pessoas e ferimentos em mais de dezanove. Os problemas ainda se agudizam mais na medida em que 80 por cento das terras aráveis pertencem aos latifundiários, assim como os terrenos com condições para a criação de gado. A terra pertencente aos latifundiários está longe de ser toda cultivada, se bem que muitas famílias brasileiras tenham necessidade premente da mesma. Desta maneira só dez por cento das terras cultiváveis são exploradas

pelos camponeses. Além do mais, cinquenta mil grandes explorações pertencem ao capital estrangeiro que explora a mão-de-obra barata brasileira.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, no país cada vez é maior a concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Os camponeses que ainda possuem terras acabam definitivamente por se arruinar sendo integrados no imenso «exército de assalariados». Assim, no período que medeia entre os anos de 1967 e 1972, o número de assalariados que trabalham no sector agrícola aumentou de 3,9 para 6,8 milhões de pessoas.

No Brasil permanece feroz e implacável a ditadura dos grandes senhores da finança e das terras. Mas o povo brasileiro não desiste da sua luta pela democracia — e a seu lado, solidário, tem o povo português, que sabe bem por experiência própria o que é a opressão fascista.

A REPRESSÃO POLICIAL AUMENTA NO CHILE

Preso recentemente, o patriota José Waibel, dirigente da Juventude Comunista no tempo do Governo da Unidade Popular corre perigo de vida. A solidariedade internacional pode salvá-lo. Entretanto, a «normalização» fascista prossegue a todos os níveis

A 29 de Março, o patriota chileno José Waibel, sub-secretário da Juventude Comunista durante o Governo da Unidade Popular, foi preso pelos agentes criminosos da DINA.

Como resposta às pesquisas e inquietações da família e de amigos, a DINA declarou José Waibel como desaparecido, processo muito utilizado como antecâmara de numerosos assassinados perpetrados pelo governo fascista de Pinochet.

José Waibel é um dirigente operário juvenil que teve a seu cargo o comando eleitoral juvenil da Unidade Popular nas Eleições de 1970. Pai de três crianças de tenra idade e patriota de grande prestígio internacional, a sua prisão originou um movimento de protesto e de solidariedade que importa intensificar. A União Internacional de Estudantes e a Federação Mundial das Juventudes Democráticas enviaram telegramas exigindo a sua libertação a Pinochet e às Nações Unidas. O povo português, as massas trabalhadoras, os jovens que conheceram a repressão do fascismo não podem deixar de aderir a este movimento Internacional de solidariedade do qual depende a vida de José Waibel. Por exemplo, enviar telegramas em massa à embaixada do Chile e a Pinochet é uma tarefa pela qual se devem comprometer todos os democratas no nosso país.

O Partido Comunista do Chile, que trabalha na mais profunda clandestinidade dadas as condições de sangrenta repressão da Junta Militar Fascista de Pinochet que mergulhou o país em sangue e miséria, publicou recentemente uma declaração na qual analisa a situação nacional e traça as tarefas na luta contra o fascismo. O PC do Chile chama a atenção para a situação catastrófica do país — a produção industrial diminuiu no ano passado em 24%, também decresceu a produção agrícola e mais de 20% da população activa encontra-se desempregada. Para

se acentua. Como sob todos os outros regimes terroristas, é então que se processa o maior número de prisões. As rusgas nos bairros, nas casas, nas lojas, nos apartamentos. Os assassinatos. Os interrogatórios, com o seu cortejo de torturas.

De vez em quando, imagens dessas acções repressivas são passadas na televisão. Para que o medo se instale em cada casa. Para que o medo de uns possa manietar outros.

Para o mundo capitalista, para os seus órgãos de Informação, hoje, no Chile, tudo é normal.

Normal o medo, as perseguições. Normal a repressão como sustentáculo do regime. Normal o silêncio que deve pairar sobre a luta de um povo que se ergue na sombra da clandestinidade. Normal o crime. O desaparecimento sistemático dos que se opõem à ditadura de Pinochet.

o número crescente de «desaparecidos» é uma das mais alarmantes facetas da repressão no Chile. Pelo terror que imprime à vida das pessoas. Pelo medo que instala no seio de cada família. Pela sensação de instabilidade permanente que surge aliada a todo um contexto já de si particularmente opressivo.

O número de «desaparecidos» aumentou a partir de Outubro de 1975 coincidindo com o aumento de corpos mutilados pela tortura, especialmente nos meios operários. Nestes aspectos nada melhorou em relação aos dias sangrentos do golpe.

As preocupações da Junta em relação à sua imagem interna e externa são entretanto uma estranha realidade. E manifesta-se através de cínicas medidas como ainda simbólica redução do recolher obrigatório e de todo um conjunto propagandístico com que se pretende criar do Chile de hoje uma imagem respeitável para o paladar ocidental.



transformar a situação actual é necessário mudar o regime político do país e orientá-lo para o caminho da paz, do progresso, da democracia e do socialismo. Para isso é imprescindível a unificação de todas as forças democráticas e patrióticas.

MENTIRA PROPAGANDÍSTICA

Recentemente, a agência noticiosa da República Democrática Alemã, ADN, descobriu uma mentira propagandística da Junta de Pinochet. A agência obteve um folheto propagandístico dos fascistas chilenos intitulado «Chile ontem — hoje», naturalmente destinado a glorificar a sinistra realidade actual. Na fotografia da capa, com que se pretende mostrar uma «feliz vida familiar» no Chile fascista, aparece uma mãe sorridente acompanhada dos seus filhos. Na realidade, esta fotografia veio da RDA. A mãe feliz não é chilena mas da Alemanha. Chama-se Petra Adler e trabalha na fábrica textil de Neugersdorf (provincia de Dresde). A foto foi tirada em 1972 por fotógrafo da ADN.

Assim, o Chile de Pinochet escolhe como imagem da felicidade real, que não existe nem pode existir no seu próprio país, a sua expressão no mundo onde ela tem todas as condições para imperar — o mundo socialista. E utiliza-a para ilustrar a farsa do que quer fazer crer ser a realidade chilena, para denegrir e falsificar a situação do Chile da Unidade Popular, do Chile que sabera um dia concretizar na sua martirizada terra verdade materializada na foto que Pinochet quiz utilizar.

O folheto com a fotografia falsificada é uma publicação de mais de cem páginas, redigido em Espanhol, inglês e francês. Destina-se a ludibriar os povos do mundo capitalista. Alia-se ao silêncio da imprensa burguesa sobre os crimes que se praticam, hoje como ontem, nas terras marcadas pelo ferrete do fascismo.

Os cúmplices encobrem-se mutuamente. É natural.

Mas a denúncia dos povos, de todas as forças progressistas, ergue-se mais alto. É uma ajuda objectiva aos revolucionários que, no Chile, se batem pelo fim da ditadura fascista.

«NORMALIDADE» FASCISTA

Entretanto, a Junta fascista de Pinochet encurtou de uma hora o recolher obrigatório em vigor todas as noites desde o derrubamento do governo de Unidade Popular, em Setembro de 1973. Um comunicado oficial dizia que o recolher nos dias da semana, com excepção dos sábados e domingos, começaria uma hora mais tarde, às duas da madrugada. Aos sábados e domingos principiará às três da manhã. O recolher é levantado todos os dias da semana às 5 e 30 da madrugada.

Aproxima-se Setembro de 76. Faltam já poucos meses para a comemoração da data que significou o provisório e sangrento aniquilamento das liberdades do Chile. A notícia que horrorizou todo o mundo progressista.

No Chile de 76, o recolher obrigatório ainda permanece em vigor. Símbolo da resistência de um povo. Do carácter profundamente repressivo do governo que hoje o oprime.

A medida agota tomada tem entretanto o cunho de cinismo de todas as medidas demagógicas. Teoricamente, o recolher obrigatório recuou no Chile de uma hora. Não é só o facto que é ridículo. É que na realidade a nada corresponde.

O recolher obrigatório está sempre em vigor no Chile. Quando oficialmente começava à uma hora da manhã, os habitantes de Santiago evitavam sair, no centro da cidade, a partir das onze horas da noite. Nos subúrbios operários, logo que entardecia. O terror faz parte do quotidiano. Pode ser desencadeado em qualquer momento do dia. Mas é à noite que

